

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

ATA Nº 032

PRESIDENTE - DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Em nome de Deus e do povo matogrossense declaro aberta esta Audiência Pública que tem por objetivo debater a proposta de estadualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

Convido para compor a mesa o Deputado Federal Valtenir Pereira; o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Dr. André Luís Torres Baby; o Procurador Dr. Renato de Almeida Orro Ribeiro, neste ato representando a Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães; o Dr. Leandro Volochko, Promotor de Justiça do Município de Chapada dos Guimarães; a Dr^a Cíntia Maria Santos da Camara Brazão, Chefe do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães; o Vereador Luciano Augusto Neves (Dudu), representando o Parlamento Municipal de Chapada dos Guimarães; o Ten. Cel. Dércio, Comandante do Batalhão de Emergências Ambientais, neste ato representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso, Alessandro Ferreira; o Major Osmário, neste ato representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, Cel. Cunha, e o Marcus Ojeda, Superintendente de Estruturação do Turismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico-SEDEC.

Todos convidados para compor conosco a mesa.

Registro, com satisfação, a presença do Sr. Elias Pereira dos Santos, ex-Vice-Prefeito de Chapada dos Guimarães; do Jorge Luiz Martins Defanti, Secretário Municipal de Turismo de Chapada dos Guimarães; da Dr^a Fernanda Lúcia Oliveira de Amorim, Procuradora da Frente Parlamentar de Regularização Fundiária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; do Daniel Martins, Secretário de Turismo do Município de Nobres; do Caiubi Emanuel Souza Kuhn, Presidente da Câmara Setorial Temática da Assembleia Legislativa Geoparque de Chapada dos Guimarães; da Valeria Schmidt, Geóloga e membro da Câmara Setorial Temática da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; da Simone Renê Guerreiro Dias, Presidente da Associação Brasileira para Conservação Ecológica Pro-Eco Chapada dos Guimarães; do Fabiano Henrique Fortunato Ferreira, Professor do Instituto Federal de Mato Grosso, neste ato representando o Curso de Turismo; da Dr^a Jaqueline da Silva Albino, Advogada da UNEMAT; do amigo Afrânio Motta Filho, jornalista, professor e proprietário na região; do Professor Rodrigo Marques, Chefe do Departamento de Geografia da UFMT; do Aubeci Davi dos Reis, Coordenador da Câmara Especial de Engenharia Civil do Crea /MT; da Juliana Bonanomi, Secretária Executiva do Instituto de Conservação Brasil - ICB; do Fernando Rodrigo Tortato, Diretor Executivo da ONG Internacional Pantaneira Brasil, e do Marcel Alexandre Lopes, proprietário da Chácara Lopes, no Município de Chapada dos Guimarães.

Composta a honrosa mesa, convido a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quero começar agradecendo a presença de todos.

Nós sabíamos que esta Audiência seria bastante concorrida, principalmente, sob o ponto de vista das ideias. A intenção nossa é provocar o debate. Estamos abrindo assim esta Audiência e vamos encerrá-la assim. A intenção nossa é exclusivamente discutir esse tema, tratar desse tema.

O Parque Nacional de Chapada dos Guimarães foi criado por Decreto no dia 12 de abril de 1989, se não estiver equivocado, pelo então Presidente José Sarney. Vinte e nove anos e dois meses se passaram da criação do Parque, quase trinta anos, quase três décadas se passaram.

Eu sou proprietário ali próximo, tenho um sítio no Vale da Benção e a cada quatro finais de semana, três eu estou no meu sítio. Então, eu passo por ali a vinte e dois anos, ouvindo, conversando com as pessoas, participando dos processos eleitorais em Chapada, aqui em Cuiabá, principalmente ouvindo. E não é justo ouvirmos apenas um lado, somente os proprietários de imóveis ou somente os funcionários públicos do ICMBio, do IBAMA, do antigo IBDF, é importante que ouçamos todos os atores envolvidos nessa questão.

A função desta Audiência Pública é democratizar esse debate; é permitir que todos tenham acesso à palavra; que todos possam trazer aqui as suas sugestões e que nós possamos, quem sabe, estar encerrando uma etapa da história do Parque, inaugurando um novo momento para o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães; um momento onde todos os envolvidos possam estar com um grau de satisfação aceitável; um momento onde os objetivos para os quais o Parque foi criado possa ser atingido, que é a preservação ambiental, que é a busca de pesquisas ali dentro, nessas 32 mil e 250 hectares, que é também o turismo sustentável, o ecoturismo e outros objetivos.

Que esses objetivos para os quais a sociedade mato-grossense concorreu e cobrou da Presidência da República a criação do Parque, que eles possam ser avaliados.

Será que de fato nós estamos atingindo todos os objetivos? Quantas pesquisas foram feitas no Parque nesses vinte e nove anos e dois meses? O turismo ecológico, de fato, decolou, está acontecendo de fato? Esse turismo tem gerado emprego, trabalho, na região? Tornou Chapada dos Guimaraes um polo de atração nacional? É o quinto Parque mais visitado no Brasil? Poderia ser o décimo ou poderia ser o segundo, o primeiro, o terceiro? Como está isso? Como está a gestão do Parque? Há pesquisas que comprovam esse grau de satisfação?

Enfim, esta Audiência Pública, meu amigo Mário Friedlander, não tem o objetivo de criminalizar ninguém. Aqui eu vou atuar como moderador. Nós temos que sair daqui hoje mais sábios do que quando chegamos aqui, às 14h30min, com decisões que possam trazer benefícios a todos.

Nós temos de um lado aqui os proprietários, que estão aí há 29 anos e 2 meses aguardando a indenização do seu patrimônio, das suas benfeitorias, que têm um conjunto de reclamações, vão fazê-lo aqui hoje, que vão desde a não indenização há 30 anos, há 3 décadas, como também outras atitudes que esses proprietários consideram truculentas, violentas, desumanas; turista que recebeu pistola no rosto de servidor do ICMBio, servidor que sacou de revolver e colocou na cara de turista - esse depoimento será feito aqui hoje -, fotografias que demonstram a destruição de casas, de benfeitorias que nunca foram indenizadas, e ninguém sabe quando serão.

A Constituição é clara no seu art. 5º, que diz que a desapropriação de interesse público sempre estará acima do interesse privado. E é verdade, tem que ser assim.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Quando construí a Avenida das Torres fiz centenas de indenizações. Pagávamos sempre antecipadamente, antes de colocar uma patrol, uma pá carregadeira dentro da casa de quem quer que seja.

Esse artigo, parece-me que não vem sendo cumprido rigorosamente aqui.

Alguns dizem que só houve 10% de proprietários indenizados, outros falam em até 60%, enfim, há um conjunto de situações que gostaríamos de deixar claras desde o início dessa reunião.

Quero dizer também que não há Projeto de Lei, porque não pode haver Projeto de Lei Estadual.

O Estado não tem poder de transformar um bem federal em estadual.

Nós nunca dissemos na mídia que havia um Projeto de Lei. Jamais informamos isso.

Dissemos que queremos discutir, debater esse tema. Chega de ouvir “chororô” o tempo inteiro. Chega de ouvir. Chega de ouvir lamentos. O Parque não foi feito para isso e acho que ninguém está levando vantagem com esse Parque.

Não vejo ninguém, não vejo guia turístico levar vantagem, não vejo dono de comércio levar vantagem, proprietário levar vantagem, ou servidor. Não vejo ninguém levar vantagem nisso.

Então, não há, mas poderá haver.

Se o Deputado Valtenir Pereira, que foi convidado para estar aqui, e veio, depois de muitas discussões, estudos, pesquisas, decidir apresentar, ele tem autonomia para apresentar o Projeto de Lei, é a autoridade e tem legitimidade para tal, enriquecendo e alongando este debate.

Também não quer dizer que o Projeto de Lei vai ser aprovado. Não quer dizer também que essa luta vai ser uma luta transformadora de federal para estadual. Não.

Eu acho que está na hora de discutir o Parque. Passou da hora. Esse Parque era para ser discutido de 5 em 5 anos, no mínimo.

Se tivéssemos feito isso, Deputado, não teríamos acumulado a série de denúncias que estão aí.

Alguém disse que essa é uma tese absurda. Respeito. Respeito aqueles que não concordam.

Muitas coisas que fiz na minha vida pública foram taxadas de absurdas no início.

Quando falei que faria uma avenida de treze quilômetros em Cuiabá me chamaram de demagogo, irresponsável, inconsequente.

Eu não tinha um real nos cofres da Prefeitura e nós acabamos fazendo, Deputado Valtenir Pereira, a Avenidas das Torres duplicada. Está aí há dez anos e transformou-se num eixo do desenvolvimento da cidade.

Quando eu falei que, se eleito Prefeito, colocaria o salário dos servidores em dias em 90 dias, também me chamaram de demagogo. Estavam atrasados há onze anos e nós levamos apenas cinquenta 56 dias para colocar em dias.

Assim também respeito os que dizem que essa é uma tese absurda, respeito e defendo o direito de dizer isso.

Quero dizer que não existe projeto de lei do Deputado Wilson Santos, nem existirá, porque eu conheço minhas limitações como Parlamentar Estadual.

Já fui Deputado Federal e não fiz esse projeto à época, mas o Deputado Valtenir Pereira e os outros setes Deputados Federais de Mato Grosso e os três Senadores podem fazê-lo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Diz-se que essa minha tese só atendem interesse de terceiros.

Eu não sei quais são os terceiros.

Quero dizer que minha postura é sinceramente republicana. Eu não tenho nenhuma dificuldade em dar um passo atrás. Não tenho nenhuma vergonha, se eu for convencido, de que estou com uma tese errada, equivocada e prejudicial na sociedade. Não tenho nenhum problema em dizer: errei, desculpe-me, dou um passo atrás e está retirado não tem mais esse debate. Posso perfeitamente ser convencido e fazê-lo.

Há também a informação de que já passou de 50% o número de proprietários devidamente indenizados.

Então, nós queremos dizer também que haverá a apresentação da proposta de um Termo de Ajustamento de Gestão, um TAG, para o ICMBio.

Não vamos ficar aqui só na poesia, só no discurso. Estamos trazendo uma proposta para o ICMBio e eu sei também que o ICMBio não pode responder a queima-roupa, dentro de alguns, ou algumas horas. Não. Sabemos que precisará fazer suas consultas e suas discussões.

Por isso, estamos propondo que essa resposta do ICMBio chegue dentro de 30 dias, que entendo ser um prazo moderado, equilibrado, para discutir internamente aqui em Mato Grosso e depois levar a tese a Brasília.

Liguei e falei com alguns dirigentes em nível nacional do ICMBio - não me lembro agora o nome -, mas falei com um senhor, que me pediu desculpas, não poderia vir, mas mandaria representantes. Eu disse que não poderíamos fazer esta audiência pública sem ouvir o ICMBio. É um desequilíbrio, uma injustiça e uma deslealdade.

Fazemos questão que o ICMBio em nível estadual, em nível nacional estejam aqui para que possam trazer as suas alegações e fazer a sua defesa.

Isso é democracia!

Aprendi isso nos Movimentos de Redemocratização do Brasil, quando presidi por dois mandatos o Centro Acadêmico de Direito da UFMT, quando fiz política estudantil, quando eu vim de lá, do meio do povo.

Não dá para fazer audiência pública ouvindo só um lado. Temos que ouvir todos os lados envolvidos.

Insisti com a Prefeita Thelma para que ela estivesse aqui presente. Agora de manhã ainda voltei a ligar para ela e ela me pediu mil desculpas, porque surgiu uma emergência, mandou dois dos seus Secretários, estão aqui o Sr. Jorge Luiz Martins Defanti, Secretário de Turismo, e Renato de Almeida Orro Ribeiro, Procurador Geral do Município de Chapada dos Guimarães - os dois estão aqui em nome do município -, porque não dá para discutir só com um lado. Só com um lado é ditadura, é radicalismo.

Temos que confrontar ideias.

Nós vamos apresentar ao ICMBio, que tem autoridade legítima e legal para administrar o Parque, para que ele possa levar esse documento e nos responder no máximo em 30 dias as sugestões que nós elaboramos, dentre as quais a reabertura da Trilha do Mel, do Paredão do Eco, da Trilha Magessi, da Trilha do Carretão E da Cachoeira Independência.

Então, eu tenho certeza de que nós podemos sair daqui com um espaço importante de negociação. Temos condições de sair daqui com um entendimento razoável. Se o caminho não é a Estadualização, qual é o caminho? Nós vamos radicalizar a discussão? Tem outro caminho que não seja a estadualização?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O ICMBio é dotado de todos os recursos, equipamentos, máquinas e servidores suficientes para tocar o Parque? Ele tem estrutura suficiente para tocar ou também está limitado; está aquém da sua estrutura?

Os proprietários quando cobram, quando denunciam, têm razão? Há de fato o desrespeito as suas benfeitorias? Há de fato proprietários que não foram indenizados nessa região?

Nós não temos o direito de agirmos de forma pequena. Nós temos o direito, sim, dentro do Parlamento Estadual, que é um fórum adequado, um ambiente correto de tratarmos de um tema no qual tem centenas, talvez milhares de pessoas envolvidas.

E sairemos desses debates de maneira altaneira; jamais levando para o aspecto de ordem pessoal, jamais levando para o aspecto familiar, empresarial. Mas, tratando de um tema importante, que é de uma área importante no coração da América do Sul, uma área frágil, uma área sob o ponto de vista ambiental muito frágil, delicada. Nós estamos acabando de concluir a recuperação do Complexo Turístico da Salgadeira e nós sabemos o que é isso.

Tomamos três atitudes no caminho da sua sustentabilidade: proibimos banho em determinado espaço do córrego; construímos rede coletora de esgoto, construímos uma estação para tratar esgoto da Salgadeira. Fizemos quinhentos metros de trilhas suspensas para evitar o máximo de contato do ser humano na degradação com o meio ambiente e utilizamos luminárias, vinte e quatro luminárias, todas movidas à energia solar.

Então, o Governo do Estado está demonstrando claramente que caminha para a sustentabilidade naquele complexo turístico que será inaugurado no final do mês.

Agora, será entregue definitivamente, já está concluído, já tem autorização para o banho em parte do córrego, no lugar em que o Ministério Público e a SEMA identificaram razoabilidade, segurança para o banho; banho ordenado, limitado a um número de pessoas, e nós não queremos entregar o Parque para ser destruído; que haja um retrocesso de forma nenhuma!

Só um maluco, um insano, alguém sem noção é que gostaria disso. De forma nenhuma, pelo contrário, nós temos que avançar agora e temos trabalhado com o Caiubi e com muitos outros na implantação do Geoparque.

Esta semana mesmo o Governo deve pagar quase 180 mil reais de uma emenda de minha autoria para movimentar toda a área do Geoparque.

O Caiubi já esteve lá na Serra do Araripe visitando o único Geoparque do Brasil à custa do meu mandato; eu banquei estadia, passagens. Como é que eu vou fazer proposta para retroceder? Claro que não!

Eu sou proprietário em Chapada dos Guimarães; aposentado eu vou morar em Chapada, lá é a minha residência definitiva.

Então, não tem aqui na minha proposta nada organizado, armado, concatenado, de forma nenhuma, nunca agi dessa forma. Estou há quarenta anos na vida pública, desde 1981 como Professor Interino do Estado, ganhei oito mandatos democráticos dados pela sociedade, e vou propor algo que retroceda que destrua o Parque? Isso não existe!

Então, de qual lugar saiu essa ideia, Wilson? Saiu nessa semana Santa agora passada, quando eu fui passar uns dias em Mendoza na Argentina, com a minha esposa. Desejei conhecer o Parque Nacional do Aconcágua, que é a maior montanha da América.

Fui informado pelos guias turísticos, depois por algumas autoridades locais, de que aquele Parque Nacional havia se transformado, Deputado Valtenir Pereira, Promotor de Justiça de Chapada, havia se transformado em um Parque Provincial. Eles falam Província, o que a equivale a Estadual aqui; o que mudou completamente a realidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Enquanto era Nacional, não havia melhoria nenhuma no Parque, era só reclamação e reclamação. O dinheiro que entrava no Parque era redistribuído pelos outros Parques que estavam na Argentina a fora, e que eram Parques Nacionais. Quando Estadualizaram o Parque, e aí vocês podem checar no Google, no lugar que seja, passou a pertencer à Província de Mendonza.

Toda a arrecadação auferida no Parque era reinvestida, e o grau de satisfação do Parque e da sociedade foi lá em cima. Nós temos hoje em nosso Parque Nacional de Chapada algo em torno de cento e setenta, cento e oitenta mil visitantes/ano, é o quinto ou sexto mais visitado do Brasil. E parece-me que não há cobrança, já houve, mas não há.

Eu defendo a cobrança com algumas exceções: estudantes, comunidade da Chapada; eu defendo algumas exceções, mas o Parque tem que ter cobrança e que todo esse arrecadado seja investido ali.

Não é possível o Parque ficar ali cinco, seis anos com uma guarita de recepção inacabada, e eu sei que não é culpa dos servidores do ICMBio, longe disso, mas porque uma guarita de quarenta, cinquenta metros quadrados, não conseguiram terminar em cinco anos, está lá, e outras demanda mais.

Então, nós não viemos aqui para achincalhar com os servidores do ICMBio, porque ele é um órgão, às vezes não tem poder de decisão. As decisões vêm de Brasília na Política Nacional para os Parques. A nossa intenção aqui não é de forma alguma criminalizar alguém, nem tencionar o debate, mas fazer o debate da forma mais tranquila, civilizada e respeitosa.

Nós não desrespeitamos ninguém, e não desrespeitaremos quem quer que seja. Todo encaminhamento vai ser de forma legal e respeitosa.

Caiu lá. É bom que estique lá, apesar de ser uma faixa que não concordo, mas tem que ser respeitada. Então, quem puder, pode esticar de novo.

Então, a intenção é permitir o debate. São 15h15min, nós temos até as 17h30min. Nós temos duas horas e quinze minutos para ouvir as pessoas aqui da Mesa e também da plateia, que vieram para cá.

Eu só peço que quem for usar da palavra, vá até a tribuna ou espere o microfone chegar aí, porque está sendo filmado, e você depois quem quiser; o ICMBio, qualquer outro, o Ministério Público Estadual. Eu sou do tempo antigo, eu falo fita, essa fita, esse pen drive, esse cd, não sei como se chama hoje na modernidade, está à disposição, gratuitamente para quem quiser.

Então, toda essa Audiência Pública, desde o início até o final, está sendo gravada e, neste momento, está passando ao vivo para todo o Estado de Mato Grosso pela TV Assembleia, canal 30.1 e 30.2. Então, assim eu encerro a minha fala. (PALMAS)

Convido para abrir a fala, a Sr^a Fernanda Lúcia Oliveira de Amorim, que é Procuradora efetiva da Assembleia Legislativa e também da Frente Parlamentar de Regularização Fundiária do Parlamento Estadual Mato-grossense. A senhora disporá de quinze minutos para fazer a sua exposição. (PALMAS)

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Boa tarde!

Cumprimento à Mesa, na pessoa do Coordenador, Deputado Wilson Santos; cumprimento o Parlamento Federal, na pessoa do Deputado Valtenir Pereira; demais autoridades presentes e convidados.

Esse é um tema muito complexo. Eu chego a dizer que é um tema passional, quem é cuiabano ou Mato-grossense que já usufruiu ou usufrui das águas da estrada de Chapada dos Guimarães. Eu cresci tomando banho naqueles rios, naquelas cachoeiras.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Trago, em meu coração, um grande afeto por esse Parque Nacional, e sei... Sem entrar em discussões acadêmicas sobre o direito ambiental... A finalidade desta Audiência Pública é justamente acharmos uma solução para que não fique mais dessa forma ociosa uma área tão maravilhosa como essa, que não está sendo devidamente utilizada, seja por inércia do Estado, seja por falta de recursos, mas uma coisa é certa, Deputado Valtenir Pereira, nós precisamos fazer alguma coisa hoje, uma urgente proposta federal, uma urgente solução para esse caso.

A verdade é uma só, Deputado, e apresento posteriormente, realmente houve 50%, aproximadamente, de indenização, mas o incrível é que essa indenização foi para pouquíssimas pessoas que detêm grande área no Parque Nacional, porque os pequenos, Excelência Deputado Wilson Santos, estão aqui (PALMAS), estão aqui porque estão sofrendo, há 30 anos estão gritando, os pequenos estão aqui, não foram indenizados, estão sendo arrancados, humilhados, depredados das suas áreas.

Hoje, quem tinha uma área lá há 30 anos, como Vossa Excelência tem a sua chácara, não pode mais levar a sua família, não pode mais convidar ninguém, porque se criou o Parque Nacional... E a Lei é clara em dizer que tem que ter a prévia indenização em dinheiro.

Mas voltando ao assunto, nós viemos aqui para apresentar propostas, e essa Casa de Leis... E é isso que o pessoal vem aqui reivindicar, os pequenos que têm áreas pequenas lá, áreas reconhecidas judicialmente, Excelência, em processos judiciais, em perícia judicial, determinando a indenização, respeitando aqueles posseiros que estão lá há mais de 30 anos. (PALMAS)

Então, nós viemos aqui dizer – eu também sou servidora pública – aos servidores do ICMBio que nós estamos a serviço do Poder Público, não somos donos do Poder Público. Dono do Poder Público é quem está aqui do outro lado, são os pequenos que clamam por justiça.

A proposta que eles apresentam, Excelências, é que a Casa ofereça um plano de manejo para uso sustentável das áreas privadas, até que se resolva de forma judicial o que determina a constituição, que é o prévio pagamento das indenizações. Até lá nem o Poder Público pode dizer que é o dono da área, continua com quem já tem e a mantém há anos com suas famílias. (PALMAS)

Eles propõem também, Deputado, além do TAG apresentado com normas para um estudo da viabilidade, que seja criada uma câmara temática com o Parlamento do Estado junto com o Parlamento Federal, Deputado Wilson Santos, para que essa discussão seja levada em nível nacional, porque é um grande problema não só do Parque Nacional como dos demais Parques Nacionais.

O MPE acabou de lançar uma nota contra a estadualização sob o fundamento de que o Estado não deve arcar com esse alto custo. Mas não é essa, eu acho, a proposta apresentado, eu acho que aqui se procura uma solução, além do TAG apresentado, eles ofertam, e que serão encaminhados oficialmente ao ICMBio e as demais autoridades, a criação dessa câmara temática, um plano de manejo, um PRAD-Plano de Recuperação de Área Degradada para cada área, para uso sustentável, porque temos que coadunar o uso da área de forma que se preserve o meio ambiente.

Obrigada! Boa tarde. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dr^a Fernanda, a senhora foi econômica. Gastou menos de 06 minutos.

Nós temos inscritos pela mesa, Dr^a Cíntia, mas já pediu para ficar por último, vou fazer alteração, também já autorizei dar uma cópia da proposta de TAG para a Dr^a Cíntia, temos inscritos o Dr. Renato Orro, Procurador do Município de Chapada dos Guimarães, neste ato representando a Prefeita Thelma de Oliveira; temos aqui também representando a Câmara Municipal

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

de Chapada dos Guimarães, o Vereador Luciano Augusto, o Dudu; inscrito também o Promotor de Justiça daquela comarca, Dr. Leandro; e André Baby, Secretário de Estado.

Então, convido o Secretário de Estado de Meio Ambiente, André Luís Torres Baby, que eu sei que ele tem uma série de atividades e não poderá ficar durante toda a Audiência Pública.

Com a palavra, o Secretário de Meio Ambiente, por até 15 minutos, o Dr. André Baby. (PALMAS)

O SR. ANDRÉ LUÍS TORRES BABY – Quero saudar a todos e cumprimentar com uma boa tarde o Deputado Estadual Wilson Santos, Presidente da mesa, a quem eu reconheço e parablenizo pela oportunidade de discutirmos o Parque Nacional de Chapada, que é importantíssimo para o desenvolvimento regional, para a sustentabilidade, para o turismo, para a preservação ambiental, para a conservação; o Deputado Federal Valtenir Pereira; o Promotor Dr. Leandro; a Sr^a Cíntia, Chefe do Parque Nacional; o amigo Ojeda; o amigo Coronel do BEA; o Procurador Municipal; o Major da PM; o Sr. Fernando Xavier, também do ICMBio, eu o vi agora há pouco e é um amigo de longa data.

Senhores e senhoras presentes, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente vem, numa proposta e a convite dessa gloriosa Assembleia Legislativa, tentar enriquecer o debate sem polemizarmos a autoridade e o trabalho daquele ente federal, mas no sentido de até contarmos um pouco do que temos feito na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dizer que o caminho, Deputado Wilson Santos, seja a gestão compartilhada ou uma gestão cooperada, que tem sido cada vez mais utilizada nos órgãos públicos.

Ainda hoje, pela manhã... Estamos num período climático de outono, eu, por exemplo, já me encontro fanho, um quanto tanto entupido, as condições climáticas realmente começam a nos prejudicar nesse período.

Hoje, pela manhã, no Parque Tia Nair, formamos um trabalho de gestão compartilhada, de gestão cooperada, em que Estado, Município, Ministério Público, Justiça Volante Ambiental, Secretaria de Segurança Pública e de Meio Ambiente, Defesa Civil Estadual e Municipal deram as mãos para evitarmos as queimadas urbanas no Vale do Rio Cuiabá.

Portanto, esse é o caminho sim, porque nos encontramos num momento de escassez de recursos, de dificuldade de gestão não só numa instituição ou em outra, mas no momento em que temos que otimizar... Assim, eu vislumbro uma forma de trabalho em que possamos otimizar recursos, otimizar conhecimento, otimizar equipamentos e acima de tudo buscar o bem para o meio ambiente e para a sociedade, porque o espaço é da sociedade, aquilo que a sociedade promove, aquilo que a sociedade empreende nesse espaço...

Entendo, sim, a importância desse Parque, um dos parques mais visitados do nosso Brasil. Quanto a outros parques, nós já estamos replicando modelos para a nossa Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Estamos com edital, com chamada pública para concessão, num trabalho de desenvolvimento turístico e econômico, sem prejuízo nenhum para o meio ambiente, dos nossos três parques urbanos, um parque meio urbano e meio rural - se assim podemos chamar -, o de Serra Azul e o de Barra do Garças, e também um novo momento para o nosso Parque das Águas Quentes.

Então, há, sim, a oportunidade de emprendermos um novo modelo de gestão, em novos mecanismos que possam otimizar, sim, os nossos parques. Nós precisamos aprender a ganhar dinheiro, no bom sentido, com a natureza. Nós precisamos aprender a viver em conformidade com a natureza... (PALMAS) E se nós pudermos dar oportunidade ao cidadão de conviver com os nossos parques, será um grande mecanismo de preservação, pois você não protege aquilo que você não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

conhece. Se nós continuarmos num modelo brasileiro... Eu estive, na última semana, no Ministério do Meio Ambiente, na Secretaria de Biodiversidade, conversando com o Secretário, Dr. Pedro, discutindo novos modelos de gestão ambiental para os nossos parques estaduais, e ele me apresentou alguns modelos de gestão de alguns parques nacionais. Eu acredito que seja o caminho para promovermos de fato a sustentabilidade e possamos empreender, e essa palavra que eu uso - empreender - está muito relacionada à sustentabilidade. Essas áreas precisam de dinheiro para que sejam cuidadas, elas precisam de dinheiro para combater o incêndio florestal, elas precisam de dinheiro para equipamentos dos Agentes Ambientais que lá trabalham.

E eu também falo isso das nossas estaduais, portanto, eu também visto essa camisa de que precisamos pensar em modelos alternativos também para os nossos parques estaduais, também precisamos desenvolver esses modelos... Eu coloco um descontentamento, o Conselho Nacional do Meio Ambiente se manifestou - não a pessoa do Secretário e da Secretaria -, mas a saída do ICMBio de Mato Grosso para nós partiu o coração, nos deixou um tanto quanto, com um vazio. Portanto, seria interessante que o ICMBio voltasse com uma Regional para o Estado de Mato Grosso, eu sei que nós temos uma Regional em Goiânia, mas que pudéssemos rever a participação do ICMBio em Mato Grosso.

Muito bem colocada a oportunidade, e nós emitimos recentemente a licença de operação da Salgadeira. Está ali um exemplo e que possamos replicar para os nossos parques, dar aquela valorosa atenção para a nossa Cachoeira Véu de Noiva, para as nossas trilhas, para o nosso Turismo. Aqui, Chapada dos Guimarães é a abertura da sustentabilidade dos outros, de todos os parques mato-grossenses, sejam nacionais ou estaduais.

Portanto, nós viemos acompanhar essa importantíssima Audiência Pública e eu chamo a atenção no sentido de que podemos, sim, cooperar, temos, sim, que buscar indenização, o Poder público tem que dar atenção a esse novo modelo de fazer gestão ambiental. Os Estados Unidos já estão nesse caminho, muito bem colocado pelo Deputado, a Argentina já está nesse caminho, o Chile também. Portanto, há, sim, como aglutinar e desenvolver os modelos em que a sociedade, a comunidade local possa participar, até sendo treinada e capacitada para nos auxiliar nos cuidados e na preservação desses nossos parques, dessas belezas naturais, dessas belezas cênicas.

O Governo de Mato Grosso, o Governador Pedro Taques, lançou na última COP 21 - Conferência do Clima, a estratégia: produzir, conservar e incluir, em que há um pensamento do Governo estadual de que nós temos, sim, que olhar para o povo, olhar para a nossa gente, desenvolvendo um modelo, sim, de conservação, um modelo, sim, de desenvolvimento econômico. Nós temos que buscar prosperidade, mas aquela prosperidade que possa ter benefício para todos da comunidade, que possa ter preservação ambiental, que possa ter o desenvolvimento econômico.

Então, Deputado Wilson Santos, eu agradeço a participação.

A Secretaria fica numa expectativa positiva de que possamos coletar também de forma bastante humilde boas colocações e que possamos replicar em nível estadual. Nós vivemos boa parte dos dilemas que vivem os órgãos ambientais, em toda parte do país, mas estamos dispostos, sim, à inovação, nós estamos dispostos, sim, a um novo modelo de gestão, obviamente, e que possamos otimizar a preservação ambiental, olhar para o desenvolvimento sustentável e enxergar que o cidadão é parte do processo também da ecologia, da transformação e da preservação ambiental.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Agradeço ao Secretário de Estado, André Torres Baby, que é servidor de carreira da SEMA. Estava com a agenda superlotada, mas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

abriu um espaço para vir aqui. Ele me comunicou que não poderá ficar até o final, mas veio trazer a sua mensagem e a sua proposta em relação a este tema.

Com a palavra, o Sr. Leandro Volochko. Nós, aqui de Cuiabá, temos dificuldade de falar seu sobrenome, que não é fácil. Os povos que vêm do estrangeiro têm cada sobrenome, Deputado Valtenir Pereira, que não é fácil falar, não. Mas com a palavra, o Sr. Leandro, Promotor de Justiça da Comarca de Chapada dos Guimarães, que dispõe de quinze minutos.

O SR. LEANDRO VOLOCHKO - Deputado Wilson Santos, cumprimento a Mesa, na pessoa de Vossa Excelência e, na verdade, o meu nome é muito simples de dizer, ainda mais para nós de Cuiabá, que temos um parentesco com os cariocas. Basta reproduzir um bom sotaque carioca Volochko e já se resolveu o meu sobrenome. E não é russo. Se vocês falarem que é russo a minha avó vai bater em vocês, porque ela é ucraniana.

Pessoal, parece-me ser público e notório, o Ministério Público é radicalmente contra a ideia da estadualização pelos motivos expostos na nota que já foi publicada... (PALMAS E VAIAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Pessoal, só um pouquinho. Quando vocês aplaudiram, eles não vaiaram. Então, se não quiserem aplaudir, não precisa, mas vamos respeitar. Eles têm o direito de se manifestar.

O SR. LEANDRO VOLOCHKO - Na verdade, Deputado, a minha fala aqui é muito mais breve, porque quero aproveitar para protocolar à Mesa a nota que já foi divulgada também, inclusive, no sítio do Ministério Público. Como praticamos, também, muitas Audiências Públicas, parece-me que aqui o grande foco é ouvir as pessoas que vieram se manifestar. Logo, eu preciso ouvi-los, também, para, depois, refletir sobre tudo.

A única questão que já indago aqui, Deputado Valtenir Pereira...

Já nos conhecemos há bastante tempo, desde o tempo de Rosário Oeste, quando Vossa Excelência militava na causa da saúde, dos agentes de saúde, uma bandeira que, certamente, lhe rendeu bastante visibilidade e com razão.

Parece-me que, se eu não estiver fazendo uma leitura equivocada, a principal discussão aqui é a questão fundiária com relação aos que, ainda, não tiveram sua indenização paga. Portanto, não se discute aqui gestão do Parque, aqui não se discute o efeito se está sendo bom ou ruim, mas, sim, uma questão fundiária, de um interesse que é legítimo de quem, obviamente, teve a sua área afetada e, ainda, não indenizada.

Então, considerando, talvez, esse plano de fundo da Audiência Pública...

E me perdoem aqueles que dizem que não querem polemizar, porque o próprio nome e a convocação da Audiência Pública já gerou a polêmica necessária para que todos nós estejamos aqui.

Estadualizar um Parque Nacional, certamente, é provocar, principalmente o pessoal do ICMBio. Então, a pergunta que eu deixo e que, obviamente, gostaria que fosse respondida é: considerando o plano de fundo, questão fundiária, indenização dos proprietários que ali estão, quando o Estado indenizará esses proprietários, considerando a possibilidade de todo o processo de estadualização correr regularmente? O Estado tem esse dinheiro para fazer essa indenização?

É uma pergunta que eu...

Porque me parece que vocês estão aqui interessados nisso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Então, se aqui se está dizendo que o Estado Federal, a União, não tem esse dinheiro, por isso, estamos aqui, o Estado tem esse dinheiro? Essa indenização será imediata tão logo haja a oficialização dessa estadualização?

E pergunto isto, também, com base...

E só lamento, Secretário André Torres Baby, que Vossa Excelência não tenha dito das dificuldades que a SEMA passa para gerir suas próprias unidades de conservação...(PALMAS)...porque como gestor dessa pasta - e nós sabemos a realidade que o senhor vive na gestão dessas unidades de conservação estadual - imagino que deva estar bastante aflito com relação à possibilidade ou perspectiva de assumir o Parque Nacional.

Eu estava conversando ali com o pessoal, são 13 funcionários, salvo engano, que estão diretamente ligados ao Parque, o que somados já seriam mais que todos os servidores públicos da SEMA na CUCO, que é a Coordenadoria de Unidades de Conservação Estadual para cuidar do Estado inteiro. Então, são, alguns desafios sobre os quais precisamos refletir, certamente, para chegarmos a uma solução que seja boa não só para os que são afetados, supostamente, mas, também, para o meio ambiente que me parece ser a grande razão da criação do Parque Nacional.

Portanto, com essa indagação, se o Estado já está com esse dinheiro em caixa para fazer o pagamento aos proprietários, eu encerro me colocando, obviamente, à disposição de todos para os questionamentos e, também, protocolo a nossa nota oficialmente ao Presidente da Mesa.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Dr. Leandro Volochko.

Agora ficou bom! Ficou cuiabanizado!

Muito obrigado!

O Dr. Leandro está protocolando aqui à mesa a posição do Ministério Público, assinada por 4 Promotores de Justiça: Dr. Joelson de Campos Maciel, Dr. Marcelo Caetano Vacchiano, Dr. Leandro Volochko e Maria Fernanda Corrêa da Costa.

Então, está registrado aqui, doutor! Isto aqui vai ser levado consideração.

Vou passar a palavra para responder – aqui sentado mesmo - ao Secretário André Baby.

O SR. ANDRÉ LUÍS TORRES BABY – Deputado, eu agradeço!

Vou usar da palavra, porque fui citado e a título de esclarecimento e organização das nossas ideias.

Em primeiro lugar, a Audiência Pública foi provocada pela Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Wilson Santos, e já citei no início a oportunidade de discutirmos não só esse parque como os parques estaduais, também.

Portanto, Dr. Leandro, amigo, Promotor que faz um belíssimo trabalho em Chapada dos Guimarães, não só o pagamento como mecanismo de organização dos nossos parques estaduais, assim como o cadastro ambiental rural por meio dos mecanismos de compensação, do programa de regularização ambiental, podem, também, trazer a solução disso.

Neste primeiro momento, o Estado, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, entra com uma proposta pela qual possamos somar esforços e desenvolver uma gestão compartilhada. Foi esse o meu discurso, foi isso que eu citei.

Ano a ano o Estado de Mato Grosso, o Governo de Mato Grosso empreende esforços por meio dos seus bombeiros, das suas aeronaves, do seu corpo efetivo para auxiliar no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Em nenhum momento levantamos e nos vangloriamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

disso. Ao contrário! Temos o Parque como um Parque amigo, temos o ICMBio como uma instituição parceira com a qual temos uma ligação por meio da Lei Complementar nº 140 e da Organização Nacional dos órgãos do SISNAMA-Sistema Nacional de Meio Ambiente.

A nossa Coordenadoria de Unidade de Conservação tem feito, sim, um trabalho hercúleo em um momento de escassez que pegamos um Estado sucateado da gestão passada e temos, ainda, dificuldades inúmeras. Eu ouço prefeitos, nobres candidatos que estão tentando pleitear o Governo de Mato Grosso, dizerem que a gestão passada foi uma boa gestão.

Entristece-me muito como servidor público de carreira do Estado de Mato Grosso, concursado, a SEMA não estar com o seu quadro adequado, ainda, Dr. Leandro. Estamos empreendendo nisso em um trabalho em conjunto com o Tribunal de Contas para que possamos, sim, chegar a um número ideal.

Os nossos parques estaduais precisam buscar outros modelos e, por isso, citei a inovação como um processo de transformação das nossas unidades de conservação não que vamos doar ou privatizar. Não é isso! Vamos desenvolver modelos econômicos e já temos exemplos no País e no mundo de que isso, sim, tem viabilidade.

Peguem o nosso Parque Nacional do Iguaçu!

Senhores, é o parque que mais recebe pessoas e o que mais gera renda no Brasil. E por que não Chapada dos Guimarães? Por que não?

Assim temos feito um trabalho, também, com o nosso Parque Estadual Serra de Ricardo Franco que tem uma cachoeira belíssima que não estava nem dentro do Parque naquela ocasião em que foi implementado o Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco.

Então, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente colocou que, sim...

Em meu discurso, se, por ventura, alguém quiser fazer uso do mesmo, vai notar que eu coloquei que compartilho, sim, das dificuldades que o ICMBio passa e os órgãos públicos em geral têm muitas dificuldades. Agora, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente não se acomodou. Ela foi buscar uma parceria com o poder privado onde desenvolvemos metodologia de organização do nosso licenciamento ambiental.

Hoje estamos num processo de organização das nossas compensações ambientais.

Eu li no ano passado, na *Folha de São Paulo*, que o Governo Federal tem quase um bilhão em compensações ambientais não destinadas, tanto é que o Presidente Temer resolveu dar oportunidade para que o Governo Federal possa contratar um ente privado para poder fazer a gestão disso.

Se fosse fácil, não estaríamos nesta Audiência Pública, Deputado Wilson Santos, estaríamos cada um nos seus escritórios, nos seus laboratórios. Eu acho que esse não é o caminho.

A SEMA está aqui, justamente, buscando alternativas de discussão. Eu, particularmente, não sou do tipo que fica em gabinete, coloco a botina e vou ver o problema. Estive com o senhor na Salgadeira e em outras oportunidades; acompanho o Deputado; acompanho o Prefeito; acompanho membros da sociedade, ONGs, Promotores, quando sou convocado, porque gosto de ver de perto a realidade. Por isso, ainda que a competência não esteja em minhas mãos, vim ver de perto. Mas, eu acho que já temos um trabalho em conjunto, em desenvolvimento.

Esta semana tivemos um trabalho belíssimo, um exemplo de gestão compartilhada, onde fizemos um treinamento com relação ao uso do fogo, o combate, a resposta e a prescrição do fogo, inclusive, com um membro do Governo de Portugal, onde o Governo português tem excelência no combate a incêndios florestais e veio compartilhar conosco, Deputado Wilson Santos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Quero crer que fomos citados justamente para uma cooperação, para uma atenção diferencial, para um trabalho em conjunto, e é aqui que estamos com essa intenção, com essa posição, onde dá para fazer mais, dá para desenvolvermos mais.

O mundo está pensando em redução das emissões de gás de efeito estufa com base nas nossas unidades de conservação. Por que não ganhamos dinheiro ainda com essas unidades de conservação? Porque estamos lentos, passivos, e as Audiências Públicas servem justamente para isso. Ou vamos ficar de jardineiros, apenas cercando essas unidades? Não, senhores! Pesquisa, desenvolvimento, educação, fármacos, química, biologia, descoberta de novos pássaros, de novos anfíbios, de novos répteis e assim por diante.

Então, está na hora de despertarmos para as nossas riquezas ambientais e quero crer que essa é a missão deste debate. Este debate deve ser colocado neste caminho, em uma oportunidade de desenvolvermos as nossas áreas ambientais.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Nós é que agradecemos ao Secretário.

A proposta não pertence ao Secretário nem a SEMA, a proposta é minha. Eu sou o autor da proposta.

Eu só convidei a SEMA para vir aqui trazer a opinião dela. A proposta é minha. Assumo com todas as letras, de A a Z, e debato em qualquer lugar, qualquer instância.(PALMAS)

Convido para fazer uso da palavra, representando a Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, o Vereador Luciano Augusto.

Eu vou pedir ao Deputado Valtenir Pereira que assuma a Presidência da Audiência Pública, enquanto vou conceder uma entrevista.

(O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 15H47MIN)

O SR. LUCIANO AUGUSTO NEVES – Deputado Wilson Santos, autor da proposta desta Audiência Pública; companheiros de Chapada dos Guimarães, em nome dos quais cumprimento o Secretário de Turismo, Sr. Jorge Defanti; Deputado Valtenir, que anteontem estava com a comitiva da Prefeita e da Câmara Municipal na localidade de Praia Rica que, para quem não sabe, fica a 200 quilômetros daqui. Tem andando bastante, Deputado! Isso é bom!

Na verdade a proposta é bastante interessante e já podemos afirmar que teremos já um ganho, um ganho real. A discussão, realmente, acaba fomentando as ideias. Aqui nós temos um segmento muito forte e faço um registro enquanto parlamentar Municipal, nem temos competência alguma sobre a matéria, o único aqui que tem legitimidade para propor algo do tipo é o Deputado Federal Valtenir Pereira, mas discutimos dias atrás, dentro da Secretária de Turismo, e esse tem sido o entendimento dos onze vereadores de Chapada dos Guimarães de que o segmento dos mais de duzentos guias turísticos, está aqui o nosso amigo Felipe Desiderio, as pousadas, as agências de Turismo possam discutir, esgotar todas as ideias e chegar naquele modelo que é importante.

A Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães tem o entendimento de não interferir. Nós temos a legitimidade de aprovar e fazer aquilo virar lei, mas sem a interferência. Então, a discussão, ela tem sido bastante interessante em Chapada dos Guimarães por muitas vezes até ásperas, mas esperamos, realmente, o produto pronto para darmos aquele respaldo.

Então existe alguma insatisfação em relação ao Parque Nacional de Chapada dos Guimarães? É inegável! Tem a questão das desapropriações, a não indenização das pessoas que lá estavam e estão; existe certa marginalização, não podemos deixar de reconhecer isso. Tirando uma análise, circulando em vários segmentos, esta Audiência Pública e essa proposta vão fazer com que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

os segmentos do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães movimentem no sentido de melhorar e aperfeiçoar aquilo que precisa ser melhorado e aperfeiçoado.

A satisfação não é 100% dos guias turísticos; não é dos turistas; não existe essa satisfação por nenhum segmento. Isso é fato também.

Então, é importante essa discussão, essa movimentação, porque precisamos estar sempre oxigenando para chegarmos num modelo mais interessante, e falo isso com toda tranquilidade.

Registrar que do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e dos outros atrativos de Chapada dos Guimarães é a terceira economia do município, é a terceira maior fonte empregadora de Chapada dos Guimarães. Nós falamos com bastante carinho, com bastante preocupação, exatamente, porque esse segmento precisa ser melhorado a cada dia. E a nossa missão tem sido exatamente fazer o quê? Participar daquilo que os profissionais, que as famílias, que as pessoas necessitam, e assim estamos acompanhando.

A nossa missão aqui é de acompanhar. Entendemos o problema. Se houver a necessidade, por meio do Secretário de Turismo, da Prefeita Thelma de Oliveira também, do Procurador Renato, nós estaremos fazendo a nossa Audiência Pública na Chapada dos Guimaraes para que os guias turísticos, para que os outros segmentos de lá possam também trazer um documento para outras discussões. Mas a ideia é essa.

A ideia é fazer com que as pessoas interessadas no segmento possam ter vez e voz. Esse tem sido o entendimento do Parlamento Municipal de Chapada do Guimarães.

Sou econômico no meu tempo. Esses minutos que ainda me restam, vou deixar com muita tranquilidade ao Deputado Valtenir Pereira.

Colocamo-nos à inteira disposição para que possamos estar sempre contribuindo com cada segmento da nossa Chapada dos Guimaraes.

Um abraço. Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALTENIR PEREIRA) – Agradeço a participação do Vereador Dudu, de Chapada dos Guimarães.

Com a palavra, o Sr. Renato de Almeida Orro Ribeiro, Procurador do Município de Chapada dos Guimarães, neste ato representando a Prefeita Municipal Thelma de Oliveira, para a sua participação.

O SR. RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO – Boa tarde a todos!

Saúdo os componentes da mesa na pessoa do Deputado Wilson Santos; Deputado Federal Valtenir Pereira; na pessoa do Vereador Dudu, nosso representante na Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, cumprimento a todos.

Nós recebemos esse convite um tempo atrás do Deputado Estadual Wilson Santos, a Prefeita tinha agendado para comparecer ao ato, infelizmente surgiu uma questão urgente e ela teve que ficar no município resolvendo um problema.

Mas, quando recebemos esse documento, reunimos a equipe – e está aqui o Secretário de Turismo Jorge Defanti -, e há duas coisas que gostaríamos de saber sobre essa questão da estadualização do Parque Nacional: primeiro, de que forma seria feito; e, segundo, qual é o objetivo, se isso traria melhoria para o benefício ao município, se melhoraria o turismo.

A forma como vai ser feita, parece-me que ficou bem clara aqui, o Deputado Wilson Santos já adiantou, que não apresentou nenhum Projeto de Lei e essa era uma preocupação que eu, como advogado, como Procurador do município, tinha, sabendo que a Assembleia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Legislativa não tem competência para estadualizar um Parque que é federal, que é de domínio da União.

(O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16H15MIN)

O SR. RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO – Por isso estamos presentes, para saber exatamente qual é, o que se busca com essa estadualização.

A princípio, não vejo aqui, de certa forma, que um único objetivo seja tratar a questão da regularização fundiária, mas me parece que está havendo muita reclamação com relação ao fechamento de alguns atrativos turísticos e isso tem, de certa forma, prejudicado os guias, as pessoas que vivem do turismo no município.

Nós temos como um dos eixos econômicos, talvez o principal, de Chapada dos Guimarães o turismo e a prefeitura, a Prefeita, quer que o município desenvolva o turismo de forma sustentável.

Eu não sei se a estadualização seja a melhor forma, mas isso é uma questão que estamos discutindo aqui nesta Audiência Pública.

Ao fechar esses atrativos turísticos, traz prejuízo, traz prejuízo para o guia, traz prejuízo para o município, e simplesmente a prefeitura não sabemos o porquê, qual a motivação, o que levou a fechar determinados pontos, como a trilha - estão reclamando da Trilha do Mel - e outras trilhas que foram fechadas.

Não sabemos de que forma foram fechados e não temos um posicionamento também, a prefeitura, quanto ao que deve ser feito para reabrir, de que forma o município pode ajudar na reabertura, de que forma o município pode estar atuando para que esses importantes pontos, o Paredão do Eco, a Trilha do Carretão, Trilha do Magessi e a Cachoeira da Independência, trilhas que foram fechados, que prejudicam o município...

Então, essa conversa, ainda que não chegue à estadualização, propriamente dita, do Parque, é muito importante para que haja uma gestão, como o André Baby colocou, compartilhada, para que o município, o Estado e todos os envolvidos tenham conhecimento de fato do que está acontecendo dentro do Parque, por que aquilo está sendo fechado, qual o estudo, o que embasou, o que deve ser feito e, o principal, quando aquilo estará liberado para acesso ao público.

Então, por enquanto, o posicionamento da prefeitura, da Prefeita, é ouvir, entender melhor qual é o objetivo dessa estadualização e depois se posicionar em cima daquilo que a população que está aqui vai achar, os órgãos técnicos, os laudos, o que foi feito, para termos um embasamento maior para poder se posicionar.

Desde já agradeço a presença de todos aqui, a Prefeita lamenta, mas estará atenta a essa situação, estará discutindo com seu Secretário, estará discutindo, se for o caso, como o Dudu falou, chamar uma audiência pública lá no Município para discutir esse assunto.

É importante essa discussão e vamos que vamos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu agradeço ao Procurador da Prefeitura de Chapada dos Guimarães, Dr. Renato Orro.

Convido para usar da palavra, antes do Deputado Valtenir Pereira, que é o último inscrito aqui, a Dr^a Cintia Maria.

A Dr^a Cintia, representante aqui do ICMBio, é a gerente, a chefe do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. (PALMAS)

A Dr^a Cintia tem até quinze minutos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Então, concedemos até quinze minutos para os componentes da mesa, depois vamos passar para a plateia e vamos reduzir esse tempo, porque temos aqui muita gente para falar, para cinco minutos.

Dr^a Cintia, com a palavra.

A SR^a CINTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Boa tarde a todos os presentes.

Em nome do ICMBio agradecemos o convite para estarmos aqui hoje, mesmo não tendo recebido a proposta de antemão. Só agora recebemos o que é chamado de Termo de Ajustamento de Gestão.

Temos algumas questões a colocar.

Tem sido muito discutida a questão de propriedade dentro do Parque, proprietários não indenizados dentro do Parque, o que me assusta e chama a atenção, porque eu tenho um documento em minhas mãos assinado por seis pessoas só, seis representantes desses proprietários.

O Deputado tem falado, pelo que tenho entendido, que a maior parte das pessoas que está aqui são pessoas que têm área dentro do Parque.

Eu gostaria que cada um se pontuasse, levantando as mãos.

Quem tem área dentro do Parque?

(PARTICIPANTES LEVANTAM A MÃO.)

A SR^a CINTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Nós temos outros servidores aqui.

Hoje eu tenho em minhas mãos, 80 processos de regularização fundiária dentro da área do Parque.

Por que esses processos não andam? É notório, é conhecido de todos que o Estado de Mato Grosso documentado, cabem três ou quatro Estados um sobre os outros.

A grilagem de terra dentro do Estado de Mato Grosso é uma coisa inexplicável! Todo mundo sabe disso. Isso é conhecido, está na imprensa.

Por que esses processos não andam? As pessoas simplesmente não apresentam documentos. Não temos documentação que comprove a propriedade da terra.

Se tivéssemos essa propriedade da terra e tivéssemos tudo em mãos, existiria forma de fazer isso.

O Secretário André Baby lembrou da questão de compensação ambiental. O Parque tem recurso de compensação ambiental para indenização de terra. Não tem documento. Faltam documentos para se pagar essas terras.

Foi comentada também a questão da visitação no Parque.

Sim, Deputado, estamos entre as dez Unidades de Conservação mais visitadas do País - 170 mil visitantes no ano passado.

Em 2010 um estudo apontou que R\$70,00 são gastos por visitantes em Chapada dos Guimarães em cada visita.

Quanto isso gera de economia local? Quanto isso gera para hotel, para pousada, para restaurante?

Aproveitando que o Secretário André Baby está aqui, o Dr. Leandro bem colocou a questão dos Parques Estaduais, essa mesma Casa há alguns meses queria extinguir o Parque Estadual da Serra Ricardo Franco.

Quantos servidores têm na Serra Ricardo Franco? (PALMAS) Um parque que é pelo menos três vezes maior que o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Chapada dos Guimarães tem trinta e três mil hectares e a Serra Ricardo Franco tem mais de cem mil hectares. Quantos são os servidores lá estão?

Somos treze servidores efetivos. Assim com o eu, todos os colegas são servidores públicos federais a serviço da população, concursados e estamos ali para respeitar o que está na lei.

Foi tocado também na questão de incêndio florestal.

Contratamos todos os anos 30 brigadistas para prevenção e combate ao incêndio florestal.

O custo que o Secretário André Baby citou, o manejo que foi feito, foi feito dentro da área do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, iniciativa do ICMBio, que convidou o Corpo de Bombeiro do Estado de Mato Grosso.

E o Gerente do Parque Estadual da Serra Azul que anualmente queima quase 100%! Quantas pessoas nós temos no Parque Estadual Serra Azul, em Barra do Garças, que até alguns meses atrás estava fechado, só com o Cristo sendo aberto para a Semana Santa, por ser tradição das pessoas que moram em Barra do Garças subir o Cristo Redentor?

Foi tocado também na questão da portaria do Parque Nacional, levantou-se esse assunto.

Ou melhor, antes de falar da portaria, quantos brigadistas o governo do Estado contrata anualmente para suas áreas protegidas?

O Corpo de Bombeiro Militar tem um corpo muito bom, servidores muito bons, mas que tem que tomar conta, além das áreas urbanas, de toda a área rural do Estado e das unidades de conservação.

Trabalhamos anualmente com a Corpo de Bombeiros Militar-CBM em combate a incêndio florestal e quem está em campo com os militares e com o Corpo de Bombeiros sabe como é estafante o trabalho de cada um deles, por ter que sair dez dias em Chapada dos Guimarães ou dez dias na Serra Azul, dez dias para Sinop, dez dias em Aripuanã, dez dias em Ricardo Franco e dez dias em Santa Bárbara.

Voltando à portaria, Deputado, Vossa Excelência citou a questão da portaria do Parque inacabada. Sim, realmente, são quarenta metros quadrados, cinquenta metros quadrados, não muito.

Assusta-me que até pouco tempo Vossa Excelência estava como Secretário de Cidades e assim como eu respondi ao Ministério Público Federal por obra inacabada. Obra essa que o recurso é do Ministério do Turismo, no valor de 325 mil reais, repassados ao Governo do Estado de Mato Grosso e até hoje inacabada, desde 2013.

Obra essa que tinha como responsável a Secretaria de Cidades – SECID. Secretaria que o Senhor presidiu por algum tempo; obra essa que junto com esses recursos, ainda existiam três milhões e meio de reais do Ministério do Turismo para o Estado de Mato Grosso para a construção de um Centro de Visitantes e trilha suspensa dentro do Parque Nacional.

Três milhões e meio de reais foram perdidos pelo Estado de Mato Grosso por não investir esse recurso do Ministério do Turismo no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Esse é o recurso que o Estado de Mato Grosso perdeu por não investir. O dinheiro estava em caixa e nunca foi utilizado.

Eu estou à disposição para outras perguntas, qualquer questão que seja levantada, estamos aqui para tirar qualquer dúvida que seja necessária.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Dr^a Cíntia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Eu passo a palavra ao Secretário André Baby, que foi citado no pronunciamento da Dr^a Cíntia, para que ele possa fazer a sua resposta.

O SR. ANDRÉ LUÍS TORRES BABY – Muito obrigado, Deputado.

Parabenizo a Cíntia pelas palavras.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente vem contribuir, mas parece que está sendo protagonista aqui, mas é bom que seja, porque nós estamos preparados para isso.

Estamos em um momento muito oportuno de gestão ambiental no Estado de Mato Grosso, com o Programa de Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, que foi mais reconhecido na última Copa, ocasião em que recebemos a oportunidade do Governo da Alemanha e da Inglaterra com a parceria de 175 milhões de reais.

Nessa ocasião, lançamos recentemente um Decreto do Governador Pedro Taques; o Plano de Prevenção de Combate a Incêndios Florestais e Desmatamento, no qual esse recurso vai ser utilizado e será investido para que possamos não só auxiliar as nossas Unidades de Conservação, mas também o desmatamento ilegal.

Nesses últimos anos, já reduzimos cerca de 16% do desmatamento, consequentemente, reduzimos as queimadas, quando nós enfrentamos o processo de degradação progressiva da destruição do meio ambiente.

As nossas unidades de Conservação estão, sim, em processo de aprimoramento, e elas são o carro chefe dentro do programa Áreas Protegidas da Amazônia, na qual temos uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente e com o Governo Alemão, que empreende recursos nessas unidades.

Recentemente, por meio do Fundo da Amazônia, adquirimos veículos, recursos e equipamentos para essas unidades. Por isso, quero insistir na oportunidade de uma gestão cooperada. Maldito aquele que pensa que consegue tudo sozinho, em um Estado com novecentos mil quilômetros quadrados, maldito aquele que pensa que vai gerir “X” hectares sozinho, sem um para compartilhar ideias, sem olhar o contexto, sem olhar a complexidade do sistema.

Estamos em um momento diferente, o Filósofo Edgar Morin, fala muito sobre isso, da Teoria da Complexidade; precisamos sim nos despir de vaidade e termos a humildade para um trabalho em conjunto, esse é o mote que temos vislumbrado, é esse o caminho que temos trabalhado.

E recentemente lançamos um trabalho oportuno, e aqui eu quero reconhecer, o Coronel Barroso, não está aqui conosco, do Batalhão de Emergências Ambientais – BEA, mas quero reconhecer aqui a presença do Coronel Désio, que está conosco, no qual lançamos o Batalhão de Emergências Ambientais em 2016 e o aprimoramos em 2017.

Lançamos em Sorriso a primeira base da Amazônia Legal de Combate a Incêndios Florestais e Desmatamento, o primeiro Governo da Amazônia a fazer isso.

Então, a Secretária de Estado e Meio Ambiente tem feito muito, só em comparação com gestão passada, gestão Silval Barbosa, nós investimos 300% a mais no combate a incêndios Estaduais.

Se nós estivéssemos desatentos, o desmatamento teria subido, as queimadas teriam subido, mas não é essa a nossa competição, nossa competição é por um Mato Grosso mais sustentável, um Mato Grosso no qual possamos empreender no Turismo, que é a indústria menos poluente do mundo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Assim, passaremos a empreender em conjunto, sim, com o ICMBio. De maneira nenhuma queremos tomar posse do Parque Nacional de Chapada, essa não é uma missão da SEMA. A missão da SEMA está posta, que é cuidar das suas unidades Estaduais.

A nossa missão aqui é contribuir para o debate, a nossa missão aqui é esclarecer e contribuir para o debate, a nossa missão aqui é esclarecer aspectos técnicos, aspectos cooperativos e colaborativos. Assim tem sido pautada a minha gestão, assim tem sido a determinação do Governador Pedro Taques, na qual nós possamos empreender naquilo que é nosso. Aquilo que não é nosso nós colocamos à disposição para auxiliar, para compartilhar, para trabalhar em conjunto e para crescer junto.

Sabendo disso, estamos todos no Estado de Mato Grosso. Reconhecemos a Unidade Federal, a importância dela, a importância que esse Parque tem para a nossa sociedade e para o nosso meio ambiente. Portanto, não é à toa que temos também nesta mesma localização a Área de Proteção Ambiental de Chapada dos Guimarães. Então, o Estado também tem os olhos positivos para este local.

Então, é esse o nosso recado de um trabalho conjunto e não de uma apropriação daquilo que não é nosso. Já estamos cuidando daquilo que é nosso. Sabemos das dificuldades, temos o caminho já proposto, o nosso programa de Regularização Ambiental pode nos auxiliar na regularização das Unidades de Conservação. Empreender com as nossas Unidades de Conservação no sentido de promover o Turismo sustentável.

Brevemente, estaremos já com consulta pública para que tenhamos o mercado de carbono no Estado de Mato Grosso efetivamente institucionalizado. É este o caminho. O caminho que pregamos é o da prosperidade. Não do conflito, não do acirramento institucional. Precisamos buscar mais um encontro e menos o confronto. Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Agora, vamos continuar com os inscritos.

Registro e convido para compor à Mesa, o Vereador Felipe Wellaton, que é do Partido Verde. Obrigado, Vereador. O Vereador Felipe Wellaton é do PV de Cuiabá. (PALMAS)

E o Parque tem dois terços em Cuiabá. Por incrível que pareça dois terços da área do território do Parque é em Cuiabá. E convidamos, convidamos e convidamos para estar aqui também, mais gente de Cuiabá para falar sobre isso.

Com a palavra, a Sr^a Simone Guerreiro, que dispõe de cinco minutos. Fale ao microfone, porque a Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Estado. Depois querendo a cópia da fita, do *pen drive*, do *cd-room*, a Assembleia Legislativa pode dispor disso aí.

A SR^a SIMONE RENÊ GUERREIRO DIAS – Boa tarde a todos!

Em nome do Deputado Wilson Santos, eu cumprimento toda Bancada.

Eu estou Presidente da PRO-ECO, em prosseguimento à gestão do Dr. Afrânio Motta, que nos deixou neste começo de ano e que lutou muito pelo Parque. Gostaria até de pedir uma salva de palmas, pela memória, pela luta do Dr. Afrânio, porque ele batalhou muito, muito, muito (PALMAS). O filho dele está aqui presente e sabe da luta do Dr. Afrânio pelo Parque, pela conservação do Parque, sabe, nós não estamos aqui para destruir o Parque.

Eu gostaria que vocês tivessem a oportunidade de conhecer a minha área, é a área mais preservada que existe dentro do Parque, estão convidados. Por outro lado, eu gostaria de colocar umas rápidas imagens aqui do Parque Nacional, porque é pouco o tempo que nós temos.

Eu gostaria que você passasse mais rápido as imagens.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Então, imagens de coisas que acontecem dentro do parque, e nós somos moradores ali, nós sabemos o que está acontecendo, o abandono na mata fria, incêndio, às vezes acontece de pegar fogo 02 vezes por semana, por quê? Porque o povo vai ali fazer macumba, e não tem quem cuida, entendeu? É uma área de conservação. Estão aí as imagens, constantemente pega fogo, e aquela nascente do Córrego Congonhas é a nascente que supre todos os moradores ali para baixo.

Então, eles usam essa área e não tem... Está completamente abandonada, constantemente, se vocês forem hoje lá, vocês vão encontrar coisas desse tipo que nós estamos mostrando aqui, é o que acontece ali na mata fria.

Armação da Mutuca, essa área já foi desapropriada, o que acontece hoje? As imagens que nós temos... Nós pedimos para o Ministério Público Federal que tomasse uma providência, porque a Mutuca se tornou um cemitério de carros usados que ficam poluindo o Rio Mutuca. Essa área já foi indenizada, é de propriedade hoje do ICMBio.

A área está lá – pode passar mais rápido as imagens –, os carros que falei, cemitério de carros, isso aqui é dinheiro nosso, gente, que está lá, abandonado, poluindo o meio ambiente, isso é preservação do meio ambiente? Eu digo não ao retrocesso ambiental, isso é retrocesso ambiental, isso é retrocesso!

A nossa luta é por uma causa justa. Não estou aqui, Sr. Promotor de Chapada dos Guimarães, para pedir indenização, quando vier recurso, nós aceitamos, mas nós não queremos essas imagens, nós queremos um futuro diferente.

Isso foram imagens feitas, olha a data, lá do alto do paredão, imagens que foram feitas... Queimando constantemente todo o ano, o Parque pega fogo, são constantes as queimadas, olha bem na frente da entrada do ICMBio, bem ali na porta, todos os anos pega fogo ali no Véu de Noiva.

O que está acontecendo? Deputado Wilson Santos, o Estado não está mandando o Corpo de Bombeiros para cuidar do Parque, porque está pegando fogo constantemente.

Agora essas imagens... Aqui, pode voltar um pouquinho essas imagens. Senhor Promotor de Justiça de Chapada dos Guimarães, o senhor nunca teve um imóvel trancado pelo ICMBio, entendeu? Foram lá lacrar meu imóvel, está aqui passando, eu teria outras imagens... Trancando a minha casa para eu não entrar em minha casa! Diz que não tenho documento, o meu documento está aqui, desde 07 de dezembro de 1984, está bom! (PALMAS)

Eu já entreguei várias vezes, nós pagamos, há outros moradores aqui, Odenir, já fizemos ou não fizemos projetos? Pagamos engenheiro para medir as nossas casas, medir os nossos bens, porque haveria indenização. Pagamos engenheiro, fizemos levantamento, entregamos todo o documento do ICMBio, cadê o dinheiro? Se chegou, como dizem que a minha área foi indenizada, a minha conta está aberta, pode verificar, de minhas filhas também, porque o dinheiro não entrou em minha conta, senhor Promotor. (PALMAS)

Então, se eu fui indenizada... Eles alegam que indenizaram a FIBRA e não sei quem, eu não fui indenizada e o meu documento é antigo...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Simone, a senhora tem mais um minuto para concluir, por gentileza.

A SR^a SIMONE RENÊ GUERREIRO DIAS – Então, o que nós queremos, Deputado Wilson Santos, sabe, é que sejamos respeitados, é respeito o que os moradores aqui querem. Aqui quantos tiveram as casas destruídas pelo ICMBio, foi necessário, para que não houvesse uma tragédia, que a Dr^a Fernanda interferisse pedindo exoneração do Ademir, que foi lá e destruiu as casas. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Ela pediu exoneração do funcionário, o que o ICMBio fez? Transferiu para outra unidade de conservação, é assim que eles fazem. Eu não estou aqui para jogar pedra, mas estou cansada de receber pedras, nunca foi um funcionário do ICMBio me dizer: “Olha vamos fazer assim ou assado”. Nunca tive orientação.

Muito antes eu plantei, havia eucalipto... Nós protegemos o parque, temos criação de abelha, me pediram, o Sr. Eduardo, quando foi Presidente do Parque, me pediu para cortar um eucalipto. No primeiro eucalipto que foi tirado, ele foi com toda imprensa dizendo que eu estava destruindo o meio ambiente, porque ele pediu para eu tirar um eucalipto, e nunca mais eu tirei. Podem ir lá ver.

E o que nós queremos é um modelo de gestão diferente... (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Sr^a Simone, obrigado. Muito obrigado. A senhora extrapolou em um minuto e meio. Agora eu convido o Sr. Fernando Francisco Xavier...

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO (FORA DO MICROFONE) – Concede-me a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – A Sr^a Cíntia pediu-me a palavra, e vou concedê-la.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Eu não vou me alongar muito, mas como estamos para escutar as duas partes, posso sim falar um pouco à Dona Simone, ao Zacarias da questão do apiário.

A área do apiário... Realmente, temos esse documento de 1984, Dona Simone, um documento de compra e venda. Nós não temos escritura, sem escritura o processo administrativo... O Sr. Zacarias é Defensor Público Estadual e sabe como funcionam as leis. Sem o documento de propriedade o processo administrativo não vai para frente.

A área da senhora já poderia ter sido indenizada, inclusive por reserva legal, por compensação de reserva legal. Uma modalidade que está dentro do Código Florestal de 2012. A Votorantim e outros grandes empreendedores têm vontade de comprar área dentro do parque para compensar a reserva legal.

E por que não fazem? Porque falta documento que comprove a propriedade da área. Compra e venda...

(A SR^a SIMONE RENÊ GUERREIRO DIAS DIALOGA COM A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Sim... Levado ao cartório 10 anos depois para reconhecimento de firma. Nós temos esse documento em mãos também, Dona Simone.

(A SR^a SIMONE RENÊ GUERREIRO DIAS CONTINUA DIALOGANDO COM A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Dona Simone...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – OK. Vamos garantir a palavra para Cíntia.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Voltando a questão, não é problema só com essa área, é com outras áreas também, todas elas também dentro de áreas já indenizadas. Temos uma ação judicial tramitando, e a senhora sabe disso, não uma, mas outras ações judiciais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

A imagem que foi mostrada de fechamento não foi da casa da senhora, foi de uma pousada. Foi de uma pousada que funcionava dentro daquela área.

(A SRª SIMONE RENÊ GUERREIRO DIAS VOLTA A DIALOGAR COM A SRª CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SRª CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – A casa da senhora fica à esquerda, entrando próximo à piscina, onde está em nome do irmão da senhora, o Sr. Sebastião.

Voltando ao assunto das 06 pessoas que estão no TAG, eu não queria ter citado o nome do Dr. Afrânio e nem do filho dele que estava aqui. Mas o filho do Dr. Afrânio está aqui e me assusta que ele não assinou isso aqui, como espólio ou qualquer pessoa como espólio. (PARTICIPANTE SE MANIFESTA.)

A SRª CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Não... Eu não estou achando... Só me causou estranheza, por isso que, quando eu citei, não queria citar nomes. Mas era só isso.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – OK, gente, aqui será desse jeito: se citar o nome de alguém, nós vamos dar o direito de resposta.

Com a palavra, o Sr. Fernando Francisco Xavier. Em seguida, o Zacarias Ferreira, já vai se preparando.

O SR. FERNANDO FRANCISCO XAVIER - Boa tarde a todos!

Eu quero agradecer a oportunidade desta Audiência Pública, eu sou servidor público do ICMBio, trabalho também no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

Antes de tudo, eu quero fazer uma referência: “não ao retrocesso ambiental” é um lema que todos os servidores públicos do ICMBio no Brasil inteiro estão utilizando, porque é uma tentativa atual de lotear politicamente o ICMBio.

Nós estamos pagando o preço hoje, nesta Audiência Pública, pelo que fizemos de certo e não pelo que fizemos de errado.

O ICMBio tem acertado muito. Nesta Audiência Pública, infelizmente, ainda que tenha sido dito no início que a intenção não era criar um “Fla-Flu”, ela está sendo um “Fla-Flu”, está vulnerabilizando o papel do servidor público na sua atividade diária, na sua atividade pública de defender o patrimônio ambiental, como diz a lei. Então, acho que pode estar acontecendo algum desvirtuamento.

Voltando a essa questão do Parque Nacional, como eu disse, nós estamos pagando pelo que fizemos de certo. É importante dizer que o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, cerca de 60% do Parque é no Município de Cuiabá. Grande parte daqueles que se dizem ocupantes são, inclusive, ocupações em Cuiabá, em uma área que já foi indenizada judicialmente pelo ICMBio. Acho que eles podem entrar com ação de *amicus curiae*, ou alguma outra coisa, no processo judicial para rever seus direitos, que é uma decisão judicial que nós e os senhores temos que cumprir.

Em relação ao Parque, muito me assustou, aqui, quando foi dito sobre a guarita do Parque. Ora, talvez não tenhamos o costume de olhar o *Diário Oficial* e ler as publicações oficiais, mas nós temos um Termo de Cooperação assinado com a Prefeitura de Chapada dos Guimarães, desde 2008, para organizar a gestão do Parque, inclusive, a guarita, as trilhas. E os gestores públicos vêm aqui falar que não foi cumprido aquilo que é de responsabilidade deles, da própria Pasta deles. Quem é o responsável por concluir a guarita do Parque Nacional? (PALMAS) Não é o Parque Nacional. Legalmente, nós não podemos nem colocar a mão na guarita do Parque Nacional, porque é uma obra pertencente ao Governo do Estado... (VAIAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Aquele que diz que é responsabilidade do ICMBio - eu gostaria de ter o meu direito garantido de fala - a finalização da guarita, infelizmente, não prestou atenção naquilo que assinou ou que os seus Pares assinaram.

Em relação às trilhas, nenhuma dessas trilhas está fechada, a não ser aquelas trilhas que nunca foram abertas.

A Trilha do Mel nunca foi uma trilha aberta no Parque Nacional! O Magessi nunca foi uma trilha aberta, havia usos irregulares. O Plano de Manejo, a legislação diz que tem que ter estudo geológico para usar a Trilha do Mel.

Talvez vocês não saibam, mas algumas pedras, só quando pisoteamos, elas quebram. São áreas extremamente frágeis. Nunca ninguém apresentou um projeto de abertura da Trilha do Mel, técnico decente para o ICMBio poder avaliar e fazer gestão dessa área.

Não somos contra a terceirização de serviços, nós temos tentado há muito tempo, inclusive a guarita. Parte dessas atividades não foi possível por conta da irresponsabilidade do Estado que não finalizou as obras do Parque Nacional, que não é só a guarita. Infelizmente, a guarita é o cartão postal do Estado, e está aquele problema todo por irresponsabilidade do Governo do Estado.

Por fim, para terminar, só mais duas coisas, a Mata Fria não é Parque Nacional, a placa está colocada na Mata Fria, porque logo a frente é o Parque, aquilo é uma reserva particular de um juiz aposentado pelo Estado de Mato Grosso, vocês podem cobrar o juiz, a sua responsabilidade, e nós temos cobrado, ele já foi autuado, já foi multado, já foi notificado para tirar o lixo e fazer recomposição da área, assim como fazemos com qualquer pessoa. (PALMAS)

E por fim, o Parque não é piscina dos cuiabanos, nunca foi, o Parque, assim como a Salgadeira, assim como o Rio Claro e o Rio Mutuca são as piscinas dos cuiabanos, assim como o Rio Coxipó. Todos nós crescemos lá, ninguém está falando que ninguém pode tomar banho lá, todos os atrativos estão abertos. Se alguém de Chapada dos Guimarães chegar aqui e disser que eles estão fechados, sinceramente, é por pura ignorância. Gestores, prestadores de serviços, todos sabem que os atrativos estão abertos, ou provem o contrário.

Mais uma irresponsabilidade do Governo do Estado - já vou finalizando, Deputado, para não passar o meu tempo. Na década de 80, o Governador Carlos Bezerra desapropriou três áreas: a Salgadeira, como vocês sabem, apesar de todos os problemas saiu, e é bom que o Parque Salgadeira saia, nós também queremos que a Salgadeira tenha banho, inclusive. Agora, o Sr. Carlos Bezerra também desapropriou o Rio Claro e também desapropriou o Rio Mutuca, tem a escritura das duas áreas e o Estado se faz de cego. As áreas estão ocupadas irregularmente, são áreas arrecadadas, áreas públicas arrecadadas são alienáveis por lei, me digam aqui, por favor, se há informação legal em contrário. Por que o Estado nunca olhou para aqueles espaços? Por que o Estado não faz a concessão onerosa ou de qualquer licitação para uso daqueles espaços? Eles também são dos cuiabanos e integram a rota do turismo da Chapada dos Guimarães, se o legislador de Chapada dos Guimarães e o gestor de Chapada dos Guimarães não conversam com Cuiabá sobre isso, nós, do Parque Nacional, estamos à disposição para ajudar. Os documentos, nós temos cópias e podemos ajudar, temos *expertise* técnica para auxiliar Chapada dos Guimarães e Cuiabá.

Obrigado, e finalizo por aqui! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado ao Fernando Francisco.

Fernando, você prestou informações importantes, anotei aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Próximo inscrito, João Batista Brandão Albernaz, Conselheiro do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Tem até cinco minutos, João.

O SR. JOÃO BATISTA BRANDÃO ALBERNAZ - Vou computando aí.

Requeiro o meu direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Com a palavra, João, já está correndo o seu tempo, João.

O SR. JOÃO BATISTA BRANDÃO - Não, mas não podia. Mais dois minutos.
(RISOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Não! O senhor tem cinco minutos, pode correr.

O SR. JOÃO BATISTA BRANDÃO ALBERNAZ - Eu sou João Batista Brandão Albernaz. Como o Secretário já saiu, eu fui um dos primeiros educadores ambientais, inclusive a Simone participou do GT da educação ambiental, no famoso PRODEAGRO, Deputado, Vossa Excelência sabe que muitas outras... Enquanto teve o PRODEAGRO, teve educação ambiental. Acabou o PRODEAGRO, acabou a educação ambiental na região de Chapada dos Guimarães e da APA, em si.

Eu quero colocar a situação, fiz parte da APA de Chapada dos Guimarães, nos anos 2000 a 2003, representando também esse segmento da educação ambiental. E o Conselho Gestor do Parque Nacional está funcionando. Faz um ano que estou participando como representante da agricultura familiar. O Sr. Zacarias sabe e está junto dos projetos, quando foi consultor do Banco do Brasil nos projetos na região da Água Fria, enquanto estava lá. Não é, Sr. Zacarias, o senhor é testemunha.

Sobre a guarita, já falaram, eu queria saber, verdadeiramente, de quem é a responsabilidade, e parte já foi respondida.

Na agricultura familiar, Deputado e Mesa, foram tolhidos muitos projetos, inclusive, o turismo rural e o garimpo fechado do Salvador que, hoje, se tornou um ponto turístico lá em Chapada dos Guimarães. Através do..., do TAC, hoje temos o guia de turismo verdadeiramente regional de Chapada dos Guimaraes, nativo dos garimpeiros, seu Salvador da Água Fria.

Falamos sobre o abandono da APA do Rio da Casca, Chalé do Governador, Martinha, Mirante, Quineira. Essa parceria, Deputado, eu parablenizo. Hoje eu saio com uma posição diferenciada, porque o contraditório é a democracia, quando nós temos os dois lados.

Eu li! São 248 páginas do Plano de Manejo do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães! E, hoje, sou Condutor de Turismo de Chapada dos Guimarães, com 62 anos. Recentemente, eu fiz 32 quilômetros, na sexta-feira, sábado e domingo, nas trilhas da cachoeira. Por incrível que pareça, tinham dois cuiabanos. Das 32 pessoas que eu guiei havia pessoas somente do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiânia, que está prestigiando. Eu falei, hoje, com um grupo de pessoas lá. Eu exponho lá na praça. O meu *banner* está lá na praça. Hoje, eu sou um guia de turismo nacional por meio do *Ecobooking*. João Batista Brandão Albernaz! Você entre lá! Por meio projeto da Câmara Municipal; por meio do Jorge Defanti; eu fui Procurador de Chapada dos Guimarães. Temos um projeto para o turismo rural em Chapada dos Guimarães.

Tem uma lei aprovada pela Câmara, não é Dudu? Hoje, o Guia de turismo de Chapada dos Guimarães é reconhecido em termos de lei. Está aqui: Guia de Condutor de Turismo Rural, assinado pelo Secretário Jorge Defanti. Eu e o meu filho, hoje, estamos fazendo inclusão. Eu com minha idade de 62 anos...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Mais um minuto, Sr. João!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O SR. JOÃO BATISTA BRANDÃO ALBERNAZ - Para encerrar eu gostaria de saber, Sr. Secretário, a situação...

Secretário, não! É ex-Secretário de Cidades...

Qual a situação do Mirante? Porque esses dias eu fui obrigado a não participar de um guiamento lá por questão de segurança. Minhas pernas até tremeram pela falta de segurança que lá está. Eu faço a denúncia perante todos!

Como a Dona Simone falou da Trilha do Mel eu convido vocês. Tecnicamente! Eu louvo a Deus aqui, porque não tem mais morte naquele Mirante e em outros lugares de alto risco.

Era o que eu tenho a falar. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, João!

Agradeço o João!

Quero aqui fazer um comentário!

João, nós propusemos, por meio de uma Indicação, a desapropriação e a respectiva indenização dos proprietários do Mirante. Ali é uma confusão! Uma hora são dois, são três, são 4, são 10. Ninguém sabe! Houve o fechamento, mas o caminho ali é essa desapropriação e tornar aquela área pública.

O Fernando Francisco Xavier...

O SR. LEANDRO VOLOCHKO - Deputado, só um esclarecimento com relação ao Mirante. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Claro, Dr. Leandro!

O SR. LEANDRO VOLOCHKO - O Mirante tinha um procedimento... Ele tinha uma gestão equivocada por parte do proprietário ou suposto proprietário e o Ministério Público Estadual, em 2011, salvo engano, a minha colega Dr^a Naira ingressou com uma Ação Civil Pública para que ele fosse obrigado a recompor a área e os danos não fossem causados naquela área que é tão sensível. Por ali estar uma Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Federal o processo foi avocado à Justiça federal onde tramita, hoje. Houve um grande acordo com os atores desse processo há cerca de quase 2 anos e o Estado de Mato Grosso ficou responsável pela desapropriação do local no sentido de assumir aquela gestão da unidade conservação. E nós estamos até hoje pendente dessa situação ser regularizada pelo Estado de Mato Grosso. Então, estamos falando que há, mais ou menos, uns dois anos essa situação não avança.

E a ação justamente judicial está, justamente, esperando esse avanço. De repente, Vossa Excelência pode ajudar conversando com a Secretaria de Meio Ambiente e com outros gestores para que andem um pouco mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Dr. Leandro.

Por isso nós provocamos esta Audiência Pública! Há muitas divergências, mas, também, há muitas convergências. Esta informação que o Fernando Francisco trouxe de que Mutuca e Rio Claro - e que a Cintia me confirmou - foram desapropriados com a Salgadeira - não é isso, Cintia? -, a partir de amanhã eu já vou atrás disso. Nós vamos correr... Se essa área é pública, vamos atrás disso. Certo! (PALMAS)

Quero responder, também, ao Francisco que trouxe uma cobrança legítima - e a Cintia já havia falado - sobre a guarita da entrada do parque.

Eu já consultei a Secretária Juliana Ferrari, da Secretaria de Estado de Cidades, porque eu fiquei lá um ano e meio e nunca...

Acho que uma vez você falou sobre esse assunto comigo, Cintia. Você tratou disso comigo uma vez.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO - Algumas vezes, Deputado! Inclusive, em um domingo quando Vossa Excelência me encontrou na portaria do parque recebendo visitantes eu falei assim: se Vossa Excelência pudesse ajudar com a portaria, eu receberia melhor os nossos visitantes.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Lembro-me que já tratamos desse assunto, mas como eu tenho tantos assuntos na cabeça, apesar da minha cabecinha de cearense, não cabe tudo. Agora, estou trazendo oficialmente a resposta.

Essa guarita foi objeto de um Termo de Cooperação que foi assinado em 2013, na gestão do, então, Governador Silval Barbosa. Certo! Em 2013! E esse Termo foi rescindido. Não foi levado à frente. Houve rescisão no dia 02 de abril de 2015. Eu não estava lá! Eu entrei lá em novembro de 2016. Então, quando eu entrei não existia mais esse documento lá. O contrato foi rescindido nessa data. O valor era de 311 mil, 836 reais e 67 centavos. Então, houve rescisão do contrato, segundo a Secretária Juliana Fiusa Ferrari, em abril de 2015.

Esta é uma informação quantíssima da Secretaria de Estado, mas se houver dúvida podemos marcar uma audiência, amanhã, com a Secretária. Ela nos recebe e tiramos a dúvida em relação a isso.

No meu tempo, em relação à Chapada dos Guimarães, lembro-me da questão da água. Eu peguei a obra da água que estava há 3 anos parada. Retomamos e a inauguramos no dia 20 de janeiro. Essa obra funcionou por 20 dias e as duas bombas queimaram. As bombas foram para São Leopoldo, que é a Fábrica da Higrá. A Higrá assumiu a responsabilidade e construiu duas novas bombas, porque essas bombas não são de prateleiras. Elas só podem ser feitas sob medida. Essa mesma bomba não cabe em Jataí, em São Paulo, Rio Branco/Acre, não cabe em Goiânia. Só cabe ali. As bombas já voltaram e a água está funcionando bem em Chapada dos Guimarães.

E a outra obra foi da Salgadeira que eu peguei com 7 anos e alguns meses parada e até o final do mês, daqui a 10, 15 dias está entregue o complexo turístico. Então, foram duas obras importantes!

Agora, sobre essa guarita, que é bem menos... A Salgadeira custou 12 milhões e 600 mil reais; a obra da água, em Chapada dos Guimarães, custou, aproximadamente, 17 milhões de reais. Era muito mais simples terminar a guarita. É que, de fato, quando eu cheguei lá esse processo, segundo a atual Secretária, já havia sido rescindido. Se houver alguma dúvida, marcamos para ir lá.

A Sr^a Cíntia Maria Santos da Camara Brazão - Deputado, só para esclarecer essa questão da guarita.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Pois não!

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Realmente, em 2015, venceu a nossa cooperação com o Estado de Mato Grosso e uma nova cooperação foi feita, ainda, no ano de 2015. O Marcus Ojeda está aqui, como Superintendente de Estruturação do Turismo da Secretaria de Estado de Turismo de Mato Grosso, esteve à frente na época do Secretário Luís Carlos Nigro ajudando-o com essa questão, está por dentro do assunto, por dentro dos fatos e sabe que temos essa cooperação, em que pé está essa cooperação, que caberia à SECID investir esse recurso e não ao Instituto Chico Mendes. Tanto é que os 3 milhões e 500 mil que foram perdidos, provavelmente, nessa época, entre 2015 e 2016, eram para se fazer um Centro de Visitantes, ilhas suspensas no parque, mas não foi investido, porque, na época do, então, Governador Silval Barbosa por 2 vezes tentou-se licitar e as duas licitações eram vazias. O Governo atual nem chegou a licitar. Infelizmente, a atual gestão não licitou novamente o Centro de Visitantes e acabamos perdendo esse recurso para investir em Centro de Visitantes e melhorias da infraestrutura dentro do Parque.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Esse é um recurso federal?

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – É um recurso do Ministério do Turismo repassado ao Governo do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Na gestão do Governador Pedro Taques que repassou?

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – O recurso veio todo da gestão do Governador Silval Barbosa, herdado pela atual gestão que, infelizmente, não foi licitado novamente. Foi licitado duas vezes na gestão do Silval.

Podemos conversar sobre isso depois.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu não sei responder isso para você, porque na minha gestão nenhum dos dois casos passaram por mim. Se passagem, tudo que era de Chapada dos Guimarães era prioridade, tanto é que fizemos obra de 17 milhões, obras de 16 milhões...

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – O Secretário Defanti, também, eu acho que esteve com o senhor...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu não iria deixar de mexer em uma obra de 311 mil reais...

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – ...e com o Secretário Luís Carlos para tratar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Daí não dá para falar, Defanti. Por favor, dirija-se ao microfone. Enquanto isso, o Marcus Ojeda vai falando.

O SR. MARCUS OJEDA – Só para ir adiantando, referente à Portaria do Véu de Noiva, Deputado, a Caixa Econômica Federal nos solicitou o replanilhamento. Já foi feito todo esse estudo de Projetos, todo replanilhado. A empresa que, à época, ganhou a licitação para fazer a obra, abandonou a obra. Um problema recorrente à época. Ela abandonou a obra, não foi para frente, tivemos que fazer um replanilhamento. A Caixa Econômica Federal está finalizando a análise desse replanilhamento, já deu uma sinalização positiva e vai entrar agora no estágio de licitação, o que a Lei nos obriga, da guarita...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Então, o recurso não está perdido.

O SR. MARCUS OJEDA – O recurso está garantido pela Caixa Econômica, vai ter um repasse, um adendo do replanilhamento que a Caixa Econômica não cobre, é o Estado, mas é em torno de 110 mil, no máximo. Agora entra esse período eleitoral e nós não podemos licitar. O recurso está mantido...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Então, em relação ao recurso, Cíntia, é importante todos saberem aqui...

O SR. MARCUS OJEDA – Esse recurso é da guarita, não é dos 3 milhões.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É da guarita.

Com relação à guarita, está dizendo aqui o Dr. Marcus Ojeda, que é da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, onde está a área de turismo no Estado, que o recurso de 311 mil está garantido pela Caixa...

O SR. MARCUS OJEDA – Garantido pela Caixa Econômica, depositado já. Não é na Fonte 100.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – E em relação ao outro recurso...

O SR. MARCUS OJEDA – Esse eu desconheço, não é da minha...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu também não conheço.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Com a palavra, o Dr. Defanti.

O SR. JORGE LUIZ MARTINS DEFANTI – Deputado, eu vou explicar exatamente o que ele acabou de falar, acrescentado que durante os primeiros seis meses do ano passado, o Luís Carlos Nigro esteve muito envolvido com isso e estava cuidando para efetivamente construir essa guarita.

Então, está em andamento muito lento, mas não morreu o assunto. Porém, o outro valor de 3 milhões que a Cíntia se refere, na verdade, no começo do ano passado o Nigro já tinha dito: “esse recurso já está vencido, não há como recuperar esses valores”. A questão da guarita é apenas de resolver, de agilizar, mas, como ele mesmo disse, o dinheiro existe.

O Nigro estava trabalhando forte nisso, teve várias vezes com a própria Cíntia, com o Fernando, tinha uma relação muito próxima com eles, estava se esforçando para que isso acontecesse. Agora, talvez, é fazer um pedido mais insistente por meio da Secretária de Turismo que estava cuidando disso.

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Agora ficou claro que esses recursos eram destinados à Secretária de Estado de Turismo e a SECID só entrava nisso porque é executora de obras, ela faz licitação, faz as medições e quem paga é a SEDTUR. Por isso que nunca vi isso lá. Um dia ela me cobrou, eu fiquei encucado, cobrei do meu pessoal e ninguém nunca soube me responder. Então, são rubricas destinadas à Secretaria de Turismo.

É uma pena que a maior verba não dá para recuperar, só a menor. Mas, vamos atrás.

O Sr. Mário Friedlander é o próximo inscrito, com direito a cinco minutos.

O Mário é um profundo conhecedor de Chapada dos Guimarães desde os anos 1894.

O SR. MÁRIO FRIEDLANDER – Boa tarde a todos!

Eu só queria propor uma reflexão: Imaginem se não houvesse o Parque Nacional em Chapada hoje, como seria Chapada? O que seria Chapada? Como seria o turismo em Chapada?

Essas pessoas que estão aqui se dizendo proprietários, eu, particularmente, não conheço. Eu conheço bem a região de Chapada, sei quem entrou depois da criação do Parque, sei quem invadiu o Parque. Isso as pessoas sabem. Então, tem gente que fica tentando inventar historinha.

O Parque Nacional, ICMBio, tem um vasto cabedal de documentos, documentações, processos, avaliações. Então, não é bem assim! As pessoas gritam aqui, levantam cartazes como se fossem legítimos proprietários, será que é isso mesmo? Será que vocês são proprietários do Parque? Será? Eu não acredito nisso. Tá? Eu não acredito. Eu acho que vocês vieram aqui fazer outro tipo de papel, um papel feio, inclusive, porque vocês foram contratados para vir aqui levantar cartazes. (PARTICIPANTES SE MANIFESTAM – INAUDÍVEL.)

O SR. MÁRIO FRIEDLANDER – Foi, sim. Mas essa é outra questão.

Então, o que me estranha, Deputado...

(PARTICIPANTES SE MANIFESTAM – INAUDÍVEL.)

O SR. MÁRIO FRIEDLANDER – Agora é minha vez. Por favor! Depois vocês se manifestem.

Deputado, eu queria saber o seguinte: Com tudo que já foi falado aqui a respeito do papel do Estado, todas as omissões que existem em relação ao Estado, as dificuldades, a falta de recursos - e aqui o pessoal foi elegante, ninguém citou os problemas judiciais que o Estado enfrenta,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

os problemas lá com a Serra Ricardo Franco, um monte de coisa errada que está acontecendo -, por que o Estado vai querer agora assumir mais a Chapada dos Guimarães se não dá conta nem de cuidar dos parques que existem na cidade de Cuiabá? Qual é?

Então, a minha reflexão aqui é bem clara: Cada macaco no seu galho. Deixem o ICMBio trabalhar! Ajudem o ICMBio a cuidar do Parque Nacional.
(PARTICIPANTES SE MANIFESTAM – INAUDÍVEL.)

O SR. MÁRIO FRIEDLANDER – O Parque é nosso, é de todos os brasileiros. O Parque não é de meia dúzia de proprietários. Entendam isso. Parque Nacional é para daqui a 100 anos, daqui a 50 anos, daqui a 200 anos. Vocês vão passar.

É isso, Deputado.

Viva o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Obrigado, Mário!

Com a palavra, a Sr^a Neire Taveira.

A SR^a NEIRE TAVEIRA – Boa tarde!

Eu recebi duas deixas do Deputado Wilson Santos que vão auxiliar na minha fala.

Primeira deixa: ele disse que foi professor. Ele foi meu professor e hoje eu sou professora. Eu sou professora do Curso de Medicina da UNEMAT, e o que eu quero deixar para os meus alunos é que eles tenham muito orgulho dos meus atos. Por isso, eu estou aqui falando e tomei a palavra.

Segunda deixa: ele disse que teríamos discursos e teríamos poesia. Os discursos eu já ouvi, agora falta a poesia. Então, eu vou falar a poesia.

A poesia é de um poeta cuiabano que se chama Antônio Carlos Lima, o Toninho Poeta, o nosso conhecido. O poema dele se chama: Árvore da Vida. É um poema oração também, não é só um poema, que fala assim:

“Ave marinha/cheia de graxa;/pomba da paz,/negra de fuligem,/perguntai aos céus/se ainda resta,/pura de origem,/pelo menos uma/floresta virgem./Talvez lá se encontre/a virgem planta,/mãe do bendito fruto/que cure a loucura do capeta,/apague o fogo da besta/e evite a queda do bruto/sobre o planeta.”

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, professora Neyres!

Como se diz, os alunos sempre passam os mestres. Por isso que a humanidade evolui.

Heitor Queiroz Medeiros, ex-Presidente da Associação Mato-grossense de Ecologia.

Em seguida, Felipe Desidério Estivil, que é membro da Pró Associação de Condutores de Turismo da Chapada.

O SR. HEITOR QUEIROZ MEDEIROS – Boa tarde a todos e todas!

Eu sou professor por opção e como professor umas das nossas responsabilidades é transgredir a ordem estabelecida para mudar o mundo para melhor.

Vou iniciar a minha fala fazendo o meu cumprimento, ao contrário do que foi feito aqui até agora, com todo respeito, quando as pessoas se dirigem à mesa de autoridades para fazer sua abertura.

Em nome do Zé Guilherme, em nome do Mário Fernandes, cumprimento toda a plateia e as autoridades, dizendo que o mais importante aqui é a plateia, porque é por isso que existe Audiência Pública, para ouvir as pessoas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O ecologismo no mundo surge com a finalidade, a partir dos movimentos de contracultura, procurando contribuir com a mudança dos paradigmas das formas com que nós olhamos e vemos o mundo.

Nós fazemos uma Audiência Pública em que as autoridades têm 15 minutos para falar e a sociedade, que veio aqui para ser ouvida, tem 5 minutos.

Nós estamos querendo mudar o mundo fazendo as mesmas coisas equivocadas que nós estamos fazendo até agora. (PALMAS)

Se nós queremos melhorar o Parque da Chapada, parece-me que esse é o desejo de todo mundo, inclusive dos Deputados, inclusive das Mesa, nós precisamos ouvir a sociedade, nós precisamos ouvir os proprietários que estão se sentindo prejudicados, nós precisamos ouvir os ecologistas que trabalham há anos.

Eu participei do movimento que propôs a criação do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, fui uns dos fundadores do movimento ecológico em Mato Grosso e não acredito na mudança de nada onde não tenhamos a possibilidade de dar voz e dar credibilidade e possibilidade de decisão para a sociedade.

Os Parlamentares e a sociedade são importantes, nós os legitimamos por meio do nosso voto, mas quem paga a conta é a sociedade.

Se nós queremos mudar alguma coisa, precisamos mudar a lógica de entendermos o mundo.

Nós estamos querendo pensar o novo, por meio de comportamentos extremamente velhos.

Nós estamos na Casa do Povo! Aqui não é a casa dos Deputados, aqui é a casa da sociedade, somos nós que pagamos a conta dessa sociedade e queremos ser mais ouvido aqui dentro do que os Parlamentares. (PALMAS)

Desculpe-me, Deputado Wilson Santos, o conheço há muitos anos e Vossa Excelência também me conhece, tenho respeito pelo seu trabalho e estou imensamente feliz de vê Assembleia Legislativa preocupado com a temática ambiental.

Há 30, 35 anos, quando começamos a falar em ecologismo aqui no Estado de Mato Grosso, os Parlamentares e as pessoas diziam que éramos loucos, que não tínhamos o que fazer na nossa vida. Muito bom que não éramos tão loucos assim e vocês estão querendo ser tão loucos quanto nós, pensando na importância que é pensarmos em conservação ambiental, pensarmos que a natureza é uma coisa... (PALMAS)

A propriedade privada não é sagrada. A propriedade privada é invenção humana.

A natureza é sagrada, a natureza é criada por Deus, é por isso que todos nós temos que cuidar dela.

E precisamos, Deputado Wilson Santos, pensar novo, pensar com audácia, pensar que para mudar o mundo temos que nos mudar, porque se queremos mudar o mundo fazendo a mesma coisa que fazíamos há 40, 50 anos atrás, não vamos para lugar nenhum e vamos estar aqui discutindo questões inócuas.

Foi falado diversas vezes que o Estado de Mato Grosso não tem capacidade para gerir as unidades de conservação que estão sob sua responsabilidade. O próprio Secretário de Meio Ambiente assume isso.

Se o Estado de Mato Grosso não tem essa competência, por que vamos investir em estadualizar?

O que precisamos fazer é melhorar o Instituto Chico Mendes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Considero que a gestão do Chico Mendes para o Parque Nacional de Chapada dos Guimaraes precisa ser melhorada. Tenho grande respeito pelos funcionários da SEMA, pelos funcionários do Instituto Chico Mendes e reconheço o esforço que é feito de forma abnegada por esses funcionários, mas temos que assumir que a gestão de unidades de conservação no Brasil feito pelo instituto Chico Mendes, feito pelo Estado de Mato Grosso estão aquém da capacidade real do que é criado as unidades de conservação. Mas não é jogando fora o filho, a criança com a bacia que vamos resolver isso.

Não podemos querer cuidar da casa dos outros quando não cuidamos da nossa casa. (PALMAS)

O que precisamos fazer, se a responsabilidade do Instituto Chico Mendes não for cumprida, é somar esforços, o Secretário do Meio Ambiente está falando que o Estado está disposto para fazer com que o Instituto Chico Mendes funcione, para que o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães atenda as necessidades para as quais ele foi criado, para que as pessoas que têm propriedade lá dentro sejam respeitadas e indenizadas... (PALMAS) ...para que o turismo feito dentro de Chapada dos Guimarães seja um turismo sustentável.

Nós precisamos parar, depois de todos esses anos falando de ecologia, de fazer brincadeira, como se essa temática do ecologismo fosse uma temática para empurrar um mundo com a barriga e continuar fazendo a mesma coisa que estamos fazendo. Não vamos para lugar nenhum.

Nós precisamos que essa questão do Parque da Chapada dos Guimarães, que é exemplar para o movimento ecológico no Brasil, porque foi o primeiro parque que foi criado no Brasil, a primeira unidade de conservação que foi criada no Brasil, por proposta da sociedade, porque quase todas as outras foram de iniciativa do Estado.

O Parque Nacional de Chapada dos Guimarães é emblemático na luta do Movimento Ecológico de Mato Grosso, do Movimento Ecológico Brasileiro e precisamos de todos nós juntos trabalhemos para que resolvamos esse problema. Mas precisa ser de forma séria. Não pode ser querendo trocar seis por meia dúzia ou então fazer e ficar pior do que já temos a gestão da unidade de conservação do Parque Nacional Chapada dos Guimarães, que todos nós temos amor, temos bom sentimento.

O Estado de Mato Grosso é um Estado rico de todas as formas, rico em recursos naturais, em belezas cênicas e nós precisamos avançar para melhorar o Parque da Chapada dos Guimarães e para que o Estado de Mato Grosso cuide de suas unidades de conservação, que ele está cuidando muito mal ou não está cuidando de jeito nenhum.

Juntos podemos vencer essas dificuldades que estamos vivendo.

Não é no embate, um contra o outro, que vamos conseguir avançar para lugar nenhum.

Grato. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Sr. Heitor.

Com a palavra o próximo inscrito, Sr. Felipe Desidério Estivil.

O SR. FELIPE DESIDÉRIO ESTIVIL – Em primeiro lugar, eu gostaria de colocar a situação de guia de turismo e guia turístico, fazer um esclarecimento.

Guia de turismo é o profissional que encaminha as pessoas, orienta nas trilhas, nos atrativos; e guia turístico é aquele papel que está escrito assim: “tal local, coisa e tal.”.

Era só para dar essa diferença, porque ouvi muitas pessoas falarem aqui, pessoas do campo mental, falarem de guia turístico, trocarem as coisas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Aqui se falou muito na administração da competência. É inegável e ninguém em sã consciência negará que o Instituto Chico Mendes, nas suas trezentos e trinta e três unidades e tendo Chapada dos Guimarães, no pronunciamento de quem me antecedeu aqui, que foi iniciativa popular. Eu estive aqui na época e realmente foi iniciativa popular, é um Parque emblemático por isso.

Agora, vejam bem: não podemos confundir uma estrutura bem feita, uma administração bem feita com bastidor. Por exemplo: eu tenho 60 anos, hoje vence o meu contrato. Quem faz o guiamento e a condução dentro do Parque tem contrato de dois em dois anos com o Parque.

Hoje, vence o meu guiamento, ou o meu contrato com o Parque, que eu assinei em 18 de junho de 2016 e vence hoje dia 18 de junho de 2018. Pois bem, a pessoa que é responsável por isso não estava lá no Parque. Amanhã, eu com o guiamento não poderei mais fazer. Por quê? Porque nesse meio tempo eu sou o guia que mais tenho dias voluntários, trinta e um dias voluntários. Por quê? Por que eu fiz isso? Porque nós temos que dar dez dias compulsórios nesse contrato.

Então, todo guia de turismo é obrigado dar dez dias nesses dois anos, todos nós, com exceção de alguns poucos, que inclusive entraram na justiça para isso. Eles não concordam com esses dias e não concordam com toda a responsabilidade nas suas costas que tem um guia, quando adentra dentro do Parque Nacional.

Eu falei: bom, vou acumular dias já que estou parado, se eu estou sem fazer nada, porque é um pouco difícil ficar parado, mas eu acumulei trinta e um dias. Chegando lá, eu falei: vou captar os meus dias parados para completar os sete dias que me restam.

Eu não pude fazer porque a pessoa que estava lá não estava qualificada, capacitada, eu não sei, para fazer essa transposição. Eu fiquei realmente pela manhã, depois e depois, dentro do Parque Nacional, que deveria ser um gerador como foi dito aqui, pelas pessoas que me antecederam, a terceira fonte de geração de renda, de trabalho, dentro do Município.

Um Município no qual não existe construção civil, porque lá só pode casa de dois andares, salvo uma área Federal, que é a Vila Militar, que tem cinco andares, uma ou duas edificações que já foram feitas antes dessa Lei.

Pois bem, nós não temos indústria. É proibido por Lei ter indústria que deixa resíduo, e foi dito que nós seríamos o terceiro; o Turismo seria o terceiro gerador da economia; deveria ser o primeiro por quê?

Porque tem um curso pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar que são dois dias ou três dias; são de capacitação das pessoas que não tem escolaridade, por exemplo, eu não tenho nenhuma escolaridade, eu fiz o Exame Nacional Ensino Médio – ENEM e passei, eu não tenho o ensino médio, fundamental, terceiro grau; eu tenho o curso do ENEM, fiz a prova do ENEM passei e pronto!

Fiz o curso pelo Instituto Federal de Mato Grosso de Guia Nacional Sul-Americano. Agora, existem pessoas que tem nível universitário, que são formadas, inclusive em Universidades Federais e são guias, tomando vaga de pessoas que não tem qualificação, não tem escolaridade, que não tiveram oportunidade de estudar, de se formar, capacitar, que não tiveram o pai e a mãe para bancar.

Essas pessoas que fazem o curso pelo Senar, elas não podem guiar, porque pessoas que fazem parte do conselho deliberativo do Parque Nacional estabeleceram cento e vinte horas de curso para essas pessoas, no qual o parque deveria estar amparando, não podem guiar.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O SR. FELIPE DESIDÉRIO ESTIVIL – A caverna Aore-Jari, que não é área Federal, é particular, não se preocupa em absolutamente nada, em gerar renda para ninguém, abrigou essas pessoas, que fizeram esse curso de três dias.

Por isso que as Audiências Públicas são ótimas para nós resolvermos essas pendengas do disse me disse. Eu nunca vi um lugar de tão disse me disse, como o Parque Nacional, como Chapada dos Guimarães. Todo mundo é cacique desse lugar, é impressionante! Como tem cacique.

Esse voucher único que está sendo discutido em Chapada foi citado aqui muito bem pelo vereador Dudu, futuro Prefeito de Chapada, ele realmente poderia ser gerado junto com o Parque Nacional, poderia sim ter participação nesse voucher único que é tão discutido.

O Parque simplesmente falou: Não. Não vamos nos meter nisso. Que geraria capital aos seus Municípios; geraria renda e seríamos o primeiro gerador de trabalho e renda do Município.

Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Felipe.

Com a palavra, o Sr. Noan Salzs Tein.

Depois eu vou passar a palavra ao Deputado Valtenir Pereira, que agora ele já quer fazer a sua manifestação.

Noam é membro da Associação de Guias e também de Condutores de Ecoturismo do Município de Chapada Guimarães. Depois do Deputado Valtenir Pereira, têm inscritos: Lauristela Guimarães, Flávia, Daniel Martins, Elias Santos, Rosalves Antunes, Professor Rodrigo Marques da UFMT; Odemil Alcântara. Nós iremos ouvir todos.

O SR. NOAM SALZS TEIN – Boa tarde a todos, à Mesa, à plateia. Fico feliz em ver todo mundo. É importante.

Talvez, Deputado, Vossa Excelência tenha feito um pequeno, vou dizer erro. Quem sou eu para falar isso, mas a discussão é excelente, é muito importante que ocorra esse debate. Talvez, só o título de Estadualização não cabe. Mas eu acho que tem muita coisa para ser passada a limpo mesmo e ser discutida, porque ambos os lados têm acertos e têm erros. Então, viva o debate democrático!

Então, visto isso, eu quero logo deixar a Estadualização de lado, já que todo mundo já falou. Nós sabemos que o Estado não tem a menor condição de tomar conta. Não toma conta nem das Unidades de Conservação Estaduais, muito menos vai ser de um Federal, que ele vai cuidar. Então, não vou perder tempo com a Estadualização. Para mim esse é um tema que não cabe nem discutir.

Eu quero dizer que eu não tenho nenhum preconceito em relação a Estadualizar o Parque, também não tenho nenhum preconceito com concessão, com privatização, mas cada caso é um caso. Então, se fizermos uma rápida análise, o Estado não tem a menor condição de assumir o Parque. Eu quero até avançar nessa discussão.

O mais importante seria se todo mundo de fato não estivesse aqui apenas para interesses pessoais; resolver o seu casinho particular, como me parece que algumas pessoas o querem. O correto seria unir esforços e tentar fazer uma reflexão crítica sobre o Parque. E talvez sobre o turismo na Chapada dos Guimarães, que as pessoas vivem dizendo que está uma bagunça, que é isso, que é aquilo. Primeiro, eu quero dizer para vocês aqui, Chapada é uma potência, falô!

Quem acha que o turismo em Chapada dos Guimarães está mal, não sabe de nada. Chapada é potência, pode comparar com Poconé, pode comparar com Cáceres, pode comparar com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Nobres, agora vir querer replicar Bonito aqui, não cabe, nós temos outra construção totalmente diferente. Eu ando nesses atrativos todos, eu sou guia particular, inclusive eu também não tenho nenhuma formação superior, eu fugi da universidade e me sinto muito orgulhoso por isso.

Eu acho que... O que acontece? Por exemplo, e até abrindo um parêntese, se o nobre Deputado quiser nos dar um grande presente aqui para Chapada dos Guimarães, encaminhe, por favor, a questão do Mirante, sabe, porque se tem alguma unidade de conservação estadual que deveria ser na verdade constituída... Mas está a caminho, já é uma área de utilidade pública, me parece, mas, poxa, por favor, que o Estado encaminhe, então, essa questão, porque ela é realmente muito importante.

Com relação ao Parque, evidentemente, que existem muitas falhas na gestão do Parque, mas eu conheço a maioria dos servidores e acho que eles estão fazendo um trabalho razoavelmente bom, não estão fazendo melhor, mas eu acho que a culpa não é deles, a culpa para mim é do Brasil, que simplesmente relega, sucateia suas unidades de conservação.

Isso aí não é um problema do Parque Nacional, é um problema de todas as unidades de conservação do Brasil, se não me engano, a única que se pode dizer que vai bem das pernas é Foz do Iguaçu. Agora, se eu fosse, por exemplo, citar uma unidade de conservação estadual, poderia citar a unidade de Encontro das Águas, onde eu trabalho no Pantanal, ela tem potencial de gerar milhões de reais para o Estado. Se ela não vai para frente, é por ausência do Estado justamente.

Então é mais uma coisa que me faz duvidar. Acho que nós precisamos, na verdade, de certa forma cobrar de Brasília, do Governo Federal, e de todos os Governos que tratem melhor as unidades de conservação, porque nós temos problemas lá, por exemplo, hoje eu não posso ver um pôr do sol no Véu de Noiva, agora se eu falar lá para os funcionários, eles vão dizer: “Com que recursos”.

Bom, neste momento, quero dizer a todos que está sendo discutida a concessão do Parque, esse processo está em trâmite, então, em meu entendimento, a próxima pauta tem que ser a concessão do Parque.

Eu quero dizer que não tenho nada contra privatização e concessão; mas, como eu já disse, cada caso é um caso, se for para entregar um patrimônio público de bandeja para o privado, eu sou contra; se for fazer uma coisa que vai realmente trazer investimento de verdade para o Parque Nacional, em que contratarão funcionários, inclusive se pagará ingressos e terá recolhimento – já estou concluindo –, eu serei a favor.

Outra coisa, quero finalizar e foi falado aqui que tem uma questão muito relacionada com a cria do mel. Eu quero dizer o seguinte, eu lamento não poder guiar lá, porque a trilha é realmente maravilhosa. Eu quero dizer que eu sou o primeiro a defender que todos os proprietários sejam indenizados, é justo. Agora, o seguinte, mostra o documento, porque senão eu sou dono da Ponte Rio-Niterói, entendeu.

Eu pergunto, Deputado Wilson Santos, quando Vossa Excelência compra um carro, quando Vossa Excelência compra um imóvel, o senhor vai ao cartório dar uma olhada no documento? Eu vou. Quando Vossa Excelência compra um carro, vai lá no DETRAN ver se o documento está em dias? Eu vou olhar, porque senão, de repente, estou comprando uma coisa que é do banco.

Então, eu acho assim, mostrando os documentos, quem for donos dos locais, que sejam indenizados. Está certo?

E a sugestão minha para o ICMBio, que eu gostaria de dar, e a minha última frase realmente, é sobre turismo em áreas privadas, nos lugares que forem realmente privados e que não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

houver perspectiva de pagamento de indenização, mediante apresentação de projetos para o turismo, apresentação ao ICMBio, e o ICMBio aprovar o projeto, eu sou a favor que seja feito o turismo naquela área. Está certo?

Eu até gostaria de pedir para as pessoas que são donas dessas áreas que tenham mais cuidado com elas, eu tenho visto todos os dias postagem de pessoas degradando o lugar.

Obrigado, desculpa!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Noam.

Vamos ouvir Lauristela Guimaraes.

Eu fui informado aqui que nós temos que encerrar a Audiência às 18h. Nós havíamos combinado até as 17h30min, então, ganhamos mais 30 minutos e ao final vou fazer os meus comentários.

São 17h10min, nós ainda temos 50 minutos. Peço às pessoas que permaneçam, porque ouviram vocês, que vocês também ouçam todos, é importante esse exercício de democracia.

Com a palavra, a Sr^a Lauristela Guimarães, que é empresária do setor de hotelaria em Chapada dos Guimarães.

A SR^a LAURISTELA GUIMARÃES – Boa tarde a todos! Eu gostaria de cumprimentar a mesa em nome da Sr^a Cíntia, única mulher a compor esse reduto exclusivamente masculino, apesar de sermos 51% das eleitoras de Mato Grosso, apenas uma mulher aqui no Parlamento e apenas a Sr^a Cíntia a nos representar. (PALMAS)

Na condição de empresária, de jornalista atuante em Chapada dos Guimarães, eu gostaria de chamar a mesa para uma reflexão do que nós queremos, do que nós esperamos de Chapada dos Guimarães? Fica difícil falar depois da brilhante exposição do Noam, em que ele chamou a atenção exatamente para os problemas que nós vivenciamos.

O que queremos do turismo em Chapada dos Guimarães? Queremos a geração de emprego e renda, nós queremos que o guia tenha emprego, que a farmácia consiga vender, que o posto de gasolina, que o supermercado e, principalmente, que os comerciantes da região consigam sobreviver.

Chapada dos Guimarães atravessa hoje uma das piores crises do turismo, já tinha feito um levantamento sobre quantos turistas passaram no ano passado, porque, quando você entra no Parque, você tem que assinar, deixar o seu nome, endereço, CPF e e-mail. Os dados da Sr^a Cíntia realmente apontam: 170 mil pessoas assinaram, visitaram o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

Se 50% desse percentual estivessem hospedados em Chapada dos Guimarães, Dr. Leandro, nós teríamos o maior PIB do turismo de Mato Grosso, mas eu posso te confessar: antes de vir para cá, eu também fiz um levantamento, nem 10% desse percentual se hospedaram em Chapada dos Guimarães.

Nós temos hoje uma situação completamente desesperadora! Hoje, 90% dos que vivem do turismo em Chapada dos Guimarães estão demitindo, estão fechando os seus negócios. Nós temos pelo menos 05 grandes restaurantes que estão fechando ou que já fecharam nos últimos 90 dias em Chapada dos Guimarães.

Nós queremos, Deputado Wilson Santos, que o ICMBio volte a atenção para Chapada dos Guimarães, para o comércio, para o turismo. Quando dizemos do turismo sustentável, é um elo que é bom para o turista e é bom para a comunidade receptora. O que vimos hoje é o Parque de costas para Chapada dos Guimarães. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O que é que nós queremos? Que quando for fechar um atrativo, como o Mirante, por exemplo, a comunidade seja ouvida e envolvida.

Eu tenho noção do quanto o Dr. Leandro tem sofrido pressão nossa, da comunidade, por causa do Mirante.

Pessoal, é uma média de quatro assaltos por semana, em Chapada dos Guimarães, no Mirante.

Ontem, antes de vir para cá, eu tive a curiosidade de passar lá, o atrativo está interditado, sabe-se que não pode ir lá. Tinha pelo menos oitenta carros ao entardecer, e nenhum policial na região. É proibido, hoje, o atrativo está fechado, mas as pessoas teimam em ir. E o que acontece lá todos os dias? Quando você chega, deixa o carro e anda um quilômetro a pé até o local, quando você volta, arrancaram todos os vidros do seu carro e levaram tudo o que tem dentro.

Nós tivemos pelo menos quatro Boletins de Ocorrências, na semana passada, só nessa modalidade.

O que é que nós queremos? O que é que os empresários de Chapada dos Guimarães pedem? Que o Parque se volte para Chapada dos Guimarães, que não continue nos dando as costas como tem sido feito até hoje, que todas as resoluções que forem tomadas passem pelo crivo da comunidade. Nós sabemos o quanto isso é difícil, mas estamos prontos a ajudar, a colaborar.

Eu quero parabenizar, porque pelo menos esta discussão trouxe à tona a grave situação que enfrentamos, hoje, em Chapada dos Guimarães. E como está aqui o pessoal da Polícia Militar, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa e, principalmente, o ICMBio, que essas nossas reivindicações sejam ouvidas e que isso represente, na prática, uma resposta para toda a comunidade. E que tenhamos, na verdade, esse elo entre o turista e a comunidade receptora, porque assim teremos orgulho de falar que fazemos turismo em Chapada, não só para o estrangeiro, mas principalmente para o turismo interno, para quem quer conhecer uma das cidades mais bonitas do Brasil, e que estamos recebendo todos de braços abertos, porque somos muitos teimosos e acreditamos no que fazemos. Só realmente quem ama Chapada e é louco por Chapada dos Guimarães continua investindo e acreditando, matando dois leões por dia e deixando mais cinco amarrados para o dia seguinte, porque não é fácil empreender, continuar vivendo e investindo em Chapada dos Guimarães.

O que eu peço, na verdade, é uma reflexão: o que nós queremos do turismo em Chapada dos Guimarães?

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Obrigado, Lauristela.

Vai falar agora o Deputado Valtenir Pereira, mas ainda estão inscritos e falarão depois do Valtenir Pereira, Sr Flávia Bertie, moradora de Cuiabá; Daniel Martins, Secretário Municipal do Turismo de Nobres; Sr. Elias Pereira dos Santos Filho; Rosalves Antunes, Servidor Público; Professor Rodrigo Marques e Odenil Alcântara. São esses os inscritos, há mais alguém que queira se inscrever? Vamos lá. A inscrição é aqui na mesa, está aqui o Odenil Alcântara, tem mais alguém que queira se inscrever depois do José Guilherme? José Guilherme... Afrânio Motta Filho.

Só lembrando: às 18 horas, em ponto, sai do ar e encerra-se a Audiência! Vou querer só 5 minutinhos para fazer a minha fala final. Então, até às 17h55min.

Com a palavra, Deputado Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA - Deputado Wilson Santos, quero saudá-lo e parabenizá-lo por chamar essa Audiência Pública para debater um tema tão importante, não só para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Cuiabá e Chapada, mas para Mato Grosso e especialmente para o Brasil, que é o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

Muitas vezes, as pessoas confundem, quando você fala que é de Mato Grosso. Fora aqui do Estado, as pessoas imaginam que nós somos lá de Campo Grande, vamos dizer assim, Mato Grosso do Sul, então, você tem que dizer: “Oh, terra de Chapada, Cuiabá”, para diferenciar, para as pessoas poderem entender qual é o Estado que você está. Então, Chapada é conhecida nacionalmente, e essa preocupação com o Parque Nacional de Chapada é extremamente importante. Quero parabenizar o Deputado Wilson Santos pela iniciativa, é um ponto bastante polêmico, já percebemos aqui pelas falas, mas eu percebo, e posso tirar das falas que me antecederam, que todos querem o melhor para o Parque de Chapada dos Guimarães, eu não tenho dúvidas disso.

Quero saudar, também, o Dr. Leandro Volochko, Promotor de Justiça de Chapada dos Guimarães; tivemos a oportunidade de conversar durante a sua atuação no Ministério Público em Rosário Oeste, se não me engano, o senhor esteve em Jaciara? Ah, não passou por Jaciara, não. Então, tivemos algumas questões importantes, discutidas e debatidas com o Ministério Público. Gostaria de cumprimentar o Dr. Renato Ouro, Procurador do Município de Chapada dos Guimarães, representando a Prefeita Thelma de Oliveira; o André Baby, que é o Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, que não pôde ficar, mas esteve presente; o Vereador Dudu, da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães; a Dr^a Cíntia Maria Brazão, Chefe do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, e eu quero me colocar à disposição da senhora para podermos conversar sobre a questão ambiental, não só do Parque de Chapada dos Guimarães, mas de outros parques nacionais para podermos dar uma mão, ajudar, como Parlamentar, como Deputado Federal, lá em Brasília, facilitar, porque nós sabemos que a máquina federal é uma máquina, vamos dizer assim, é um elefante. Até ele se movimentar, sair do lugar, é complicado.

Então, eu estou me especializando em furar a burocracia da máquina federal. Tanto que hoje, pode consultar aí, eu sou o Deputado Federal, dos 584 Parlamentares, 81 Senadores e 513 Deputados Federais, eu sou o número um em liberação de emendas Parlamentares, é empenho e pagamento. Veja: é o dinheiro na conta, executando. Situações como essas que foram colocadas do Portal, por exemplo, a emenda foi empenhada, mas não foi paga, perdeu-se o recurso e volta para o Tesouro Nacional. Só um novo empenho, só um novo processo.

Quero saudar o Marcus Ojeda, Superintendente de Estruturação do Turismo, da Secretaria de Turismo do Estado de Mato Grosso; Tenente-Coronel Dércio, Comandante do Batalhão de Emergências Ambientais, neste ato representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso, Alessandro Borges Ferreira.

Tenente-Coronel, nós estamos com o Major Washington, na Diretoria do CENAD, que é o Centro Nacional de Prevenção de Desastres; Major Osmário, neste ato representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Enfim, quero saudar todos os presentes.

O meu objetivo de vir a esta Audiência Pública, ao ter recebido o honroso convite do Deputado Wilson Santos, é ouvir vocês. Foi muito importante ouvir as diversas ponderações.

Eu concordo em grande parte com a Lauristela. Lauristela, você ponderou muito bem aqui. Nós temos que usar o meio ambiente de forma sustentável. Claro, garantindo o meio ambiente hoje, amanhã e sempre, como está lá na Constituição Federal para as futuras gerações, mas precisamos utilizar, sermos criativos, inteligentes, usando tecnologia nas construções, nos equipamentos públicos que, porventura, venham a ser idealizados para estarem dentro do parque e você utilizá-los de forma sustentável.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Agora, do que nós precisamos? Do diálogo e não o parque ficar de costas viradas para Chapada dos Guimarães; não é o parque, vamos dizer assim, estar ali com o tempo sujeito, inclusive, ao fogo. Já ouvimos notícias de onde fizeram uma área de conservação do SESI que os pantaneiros que todo ano costumavam ali caçar, usar... Quer dizer, ninguém pode explorar mais! Fecharam lá e virou uma grande quiçaca. Daqui a pouco, teve uma estiagem forte, pegou fogo e queimou muitos animais, muitas espécies florestais. Então, nós precisamos de quê? Ter o controle regrado e tudo mais.

A questão de estadualização, municipalização, federalização, de qual é o melhor para cuidar, tudo isso depende de vontade política e disso eu posso dizer, porque ando o Estado de Mato Grosso. Há município que em tal época está com tal prefeito e o município vai bem; troca o prefeito, vem outro prefeito e o prefeito acaba com a cidade; daqui a pouco, troca-se o prefeito de uma cidade que estava péssima e o prefeito chega e levanta a cidade. É questão de gestão, essa questão de boa vontade, dedicação, foco. Não tem essa questão: ah, o federal é mais eficiente, o estadual é menos eficiente, o municipal é menos eficiente, ainda, porque é menor. Não! Isso depende de um modelo de gestão que você vai aplicar e, também, depende da aplicação de recursos financeiros.

Então, vir a esta Audiência...

E eu quero propor continuarmos esse debate, fazermos um fórum permanente de debate sobre o Parque Nacional de Chapada, sim. Para quê? Para que possamos construir com o Ministério Público, com os ambientalistas, a utilização sustentável desse parque.

Quando cheguei a Cuiabá, com 11 anos de idade, lembro-me que pegamos um ônibus da empresa Nova Era, Deputado Wilson Santos, fretamos um ônibus, trabalhava na Rua 13 de junho, como balconista, e todos falando de Portão de Inferno, de Véu de Noiva, Salgadeira, e eu... E um dia nos reunimos, fizemos uma cotinha, depois do final do ano, acho que foi em janeiro, e bancamos. Fizemos uma cotinha, fretamos um ônibus da Nova Era e fomos a Chapada dos Guimarães conhecer a Salgadeira, o Portão do Inferno. Até tem uma lenda que para o carro e ele volta de ré, aquela confusão toda. Fomos ao Portão do Inferno, descemos lá embaixo, no Véu de Noiva, naquela época se descia lá embaixo. Eu fui lá embaixo ver a cachoeira. A Cachoeira da Andorinha e outros pontos turísticos eu fiquei de voltar para conhecer, mas acabei não aproveitando.

Então, eu vejo assim, um fórum permanente de debates sobre o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Se dentro desse fórum ficar convencionado de que é melhor fazer uma delegação para que o Estado administre, para que o município administre ou permaneça com a União ou faça de forma compartilhada é esse fórum que pode fazer essa sugestão diante, claro, também, de elementos técnicos.

O ICMBio tem bons técnicos em seus quadros que podem trazer essas informações. Em locais... Como foi bem colocado aqui pelo representante, por um dos técnicos do ICMBio, tem lugar que não pode pisar, porque quebra. Vamos dizer assim, é pedra, mas é pedra de areia, de arenito. Quer dizer, é um lugar importante! Como fazer isso para poder evitar. Vai fazer o quê? É uma escada suspensa, uma trilha suspensa? Como é isso? E vamos buscar os recursos, porque o Governo Federal tem dinheiro para investir; o Governo do Estado, também, pode priorizar investimento; a Prefeitura de Chapada dos Guimarães pode fazer o mesmo.

O importante aqui não é uma camisa de força! O importante aqui é todos nós nos unirmos com informações sérias, responsáveis, para podermos ter a Chapada dos Guimarães como um atrativo turístico para oferecermos não só para os mato-grossenses, não só para a Baixada Cuiabana, mas, também, para os brasileiros e para os turistas internacionais que sabem e conhecem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Hoje, a EMBRATUR-Empresa Brasileira de Turismo tem a missão de vender o Brasil lá fora, de vender os pontos turísticos do Brasil. A EMBRATUR pode, também, nos auxiliar com o conhecimento, com os técnicos que ela tem para ajudar na construção vamos dizer assim de um projeto sustentável para o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. É isso!

Nós precisamos fazer o Brasil se desenvolver! O Brasil precisa crescer, porque se o Brasil não crescer; se o Brasil não se desenvolver, como eu vou melhorar o salário do servidor público? Como eu vou fazer mais investimento? O desenvolvimento econômico é fundamental, claro, de forma sustentável, senão, as coisas não vão.

Então, é isto que eu deixo registrado nesta Audiência Pública!

Quero pedir a todos que aqui vieram, sejam aqueles que já falaram, sejam aqueles que vieram e acompanharam, que possamos cuidar do parque de forma muito equilibrada, de forma sustentável.

Vamos, Deputado Wilson Santos, fazer esse fórum permanente de debate. Vamos nos reunir a cada 30 dias, 60 dias que seja. Vamos construir uma alternativa e como Parlamentar Federal, Deputado Federal, eu corro atrás de emenda parlamentar, corro atrás de recursos importantes para investir, para fazer obras importantes no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães para oferecermos vários atrativos turísticos existentes lá. E até a criação de outros tipos de exploração sustentável. Então, é isto que eu proponho nesta Audiência Pública!

Parabenizo o Deputado Wilson Santos por esta iniciativa; parabenizando a preocupação do Ministério Público com o parque. E queremos o Ministério Público parceiro dessas iniciativas para construirmos a melhor forma de utilizar o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães de forma sustentável, gerando renda, gerando emprego, gerando impostos, enfim, gerando riquezas para o nosso Brasil.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu que agradeço, Deputado, que cumpriu o tempo de 5 minutos. Foi um dos poucos que cumpriu! (RISOS)

Muito obrigado, Deputado Federal Valternir Pereira.

Vou ler agora o Termo de Ajustamento de Gestão-TAG que está sendo proposto:

“TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO-TAG proposto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, autarquia federal, criada em 2007, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com sede em Brasília, jurisdição em todo o território nacional, doravante denominado ICMBio, neste ato representado pelo Coordenador Regional da 10ª Região, Fernando Francisco Xavier, com sede situada em Cuiabá, para readequação da gestão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, que é de sua responsabilidade, a fim de respeitar os seguintes termos:...”

Vamos ler aqui para que se torne público, Sr. Francisco. Não quer dizer que vocês acatem isto. Isto aqui é uma provocação:

“Considerando que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, caracterizado por sua situação jurídica e um sistema institucional no qual cada um e todos (do simples indivíduo ao Poder Público) são submetidos ao império do Direito.

Considerando o flagrante desrespeito aos princípios da legalidade e da eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 88) no que tange à necessidade e obrigatoriedade de desapropriação das áreas inseridas no perímetro do Parque Nacional (arts 5º, *caput* e § 2º, do Decreto nº 97.655/89, c/c art. 10, do Decreto-Lei nº 3.365/1941), e que essa desapropriação deve ser prévia e em dinheiro, conforme inciso XXIV do Art. 5º da Constituição Federal;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Considerando que há quase 30 (trinta) anos os moradores do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães vêm sofrendo diversos constrangimentos com a arbitrariedade de servidores da Autarquia Gestora, que invadem propriedades, derrubam imóveis sem autorização judicial, impedem o acesso dos próprios moradores às suas casas e todo e qualquer tipo de atividade comercial, de forma a prejudicar o sustento das famílias que ali residem, sem que se demonstre interesse na efetivação do Plano de Manejo e sem a prévia indenização em dinheiro das áreas, na forma da Lei;

Considerando que, além de não desapropriar os moradores e constrangê-los, a Autarquia Ambiental ingressou com diversas Ações Cíveis Públicas perante a Justiça Federal, visando à expulsão dos habitantes, a demolição das estruturas (às expensas deles) e, ainda, a indenização a título de dano moral coletivo de cerca de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para cada, numa nítida tentativa de confisco não autorizado pela Constituição Federal, e por fim;

Considerando a ilegítima estigmatização dos visitantes e habitantes do Parque Nacional, que lá estão desde antes de sua criação, e que de simples moradores e visitantes passaram a ser tratados como criminosos, pela simples reforma de seu imóvel ou pelo simples passeio nas trilhas do Parque sem um guia credenciado pelo ICMBio;

Necessário se faz uma intervenção estatal para solucionar tais conflitos, objetivando a adequação de condutas às exigências legais e propor a abertura de edital licitatório para a realização de uma parceria público-privada na modalidade de concessão patrocinada, na qual a remuneração do parceiro privado vai envolver, adicionalmente, à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público, nos moldes da minuta do TAG abaixo descrito:

I – DOS COMPROMISSOS GERAIS A SEREM ADOTADOS PELO ICMBio

1.1 A REABERTURA DOS PONTOS TURÍSTICOS, tendo em vista que o Parque Nacional possui como um de seus objetivos básicos a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (art. 11, Lei nº 9.985/2000). O fechamento e abandono de quase todos os pontos turísticos da região não coadunam com a finalidade de sua criação e com interesse público.

Os pontos turísticos abaixo relacionados podem ser reabertos através de parceria público-privada ou outro instrumento de ajustamento de conduta ambiental hábil a solucionar o conflito, preservando a posse dos ocupantes que não foram indenizados, em razão do pouco ou nenhum impacto ambiental de sua utilização: Trilha do Mel; Paredão do Eco; Trilha Magese; Trilha Carretão; Cachoeira da Independência.

1.2 A manutenção dos posseiros e/ou proprietários, mediante elaboração de PRAD, nas suas respectivas áreas até que sejam previamente indenizados em dinheiro, desde que mantenham a integridade dos princípios da precaução e prevenção;

1.3 A extinção das ações civis públicas propostas com o intuito de expulsar os ocupantes e/ou proprietários de suas áreas após a assinatura do TAG;

1.4 O respeito aos direitos inerentes à posse e à propriedade, de disposição, uso e gozo dos imóveis rurais, incluindo o direito à exploração de atividades econômicas das quais os ocupantes e ou proprietários retiram seu sustento;

II - Do Prazo

O compromissário deve realizar as ações administrativas corretivas presentes neste Termo no prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do presente instrumento.

III- Das Disposições Finais

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O Termo de Ajustamento de Gestão é o modelo de controle consensual da Administração Pública contemporânea que zela pela boa prática da gestão pública e estimula as ações administrativas corretivas para estancar de imediato as irregularidades.

Após a assinatura das partes interessadas, o presente Termo de Ajustamento de Gestão constitui-se em título executivo extrajudicial, renunciando o Compromissário ao direito de questionar os Termos ajustados.

E por estarem comprometentes e compromissários assim acordados, vai o presente Termo de Ajustamento de Gestão por todos devidamente assinado em 03 vias de igual valor.

Cuiabá /MT 18 de junho de 2018.”

Então, esse TAG eu passo às mãos da Dr^a Cíntia. Isso, não tem necessidade de nos responder agora.

Com a palavra, a Sr^a Flávia Bertier.

A SR^a FLÁVIA BERTIER – Já soltei o meu tempo, Deputado.

Primeiro, quero retomar a palavra da empresária Lauristela e queria que analisássemos e pensássemos com muito carinho a respeito do que nós queremos para a Chapada dos Guimarães. É preservação ou é exploração? Porque tudo que foi falado aqui não se pensa, primeiramente, em preservação, mas estamos falando de exploração particular ou econômica. (PALMAS)

Então, esse é um dos assuntos que precisamos saber. O que nós queremos para Chapada dos Guimarães e Cuiabá, especialmente essa área protegida?

A respeito do que o Deputado Valtenir Pereira falou de que essa gestão do Parque Nacional dá as costas para as solicitações e os anseios da comunidade, eu quero só deixar bem claro que, em janeiro de 2017, o Governo Federal lançou um edital chamado de Procedimento de Manifestação de Interesse, abrindo a consulta à população para toda a sociedade de quem teria interesse em planejar a exploração econômica, vamos dizer assim, para ser mais claro, dos atrativos turísticos do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e de que forma a sociedade gostaria que isso fosse feito.

Nesse PMI, Procedimento de Manifestação de Interesse, houve nove interessados, nove grupos de empresários e pessoas organizadas que se propuseram a fazer esse estudo de viabilidade econômica dos atrativos do Parque de Chapada dos Guimarães, seis deles foram habilitados, desses seis apenas dois apresentaram propostas.

Eu gostaria de dizer que desses nove que se inscreveram apenas dois eram de Chapada dos Guimarães, um deles formado pela Associação de Guias de Chapada, que acabou por não apresentar a proposta; e uma dessas empresas foi escolhida para fazer o estudo de viabilidade econômica, retomar um estudo de viabilidade econômica.

Então, essa gestão do Parque Nacional, a gestão do ICMBio, em momento algum está fechada ou dá as costas à sociedade. Ao contrário, a gestão nunca foi tão aberta e tão disponível para propostas da sociedade. Só que essas propostas, como todo órgão federal, precisam ter um formalismo. E as pessoas que aqui estão em momento algum se propuseram a mostrar algumas dessas alternativas.

O Parque Nacional de Chapada dos Guimarães é um dos que mais emprega, é um dos maiores empregadores do município de Chapada dos Guimarães.

Temos hoje, além dos 30 brigadistas, mais 7 brigadistas que vão ficar por 2 anos, temos terceirizados. Além disso, os mais de 200 guias cadastrados no Parque também auferem seus lucros, explorando economicamente os atrativos de Chapada dos Guimarães.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

A respeito do TAG proposto, seria muito interessante que essa proposta tivesse chegado para o ICMBio com uma certa antecedência, e não assim como o senhor fez, lendo no final de uma Audiência Pública quais são os termos propostos pelo grupo de proprietários, ou posseiros, ou, enfim, as pessoas que aqui estão presentes, que se propuseram a isso.

Eu gostaria de comentar alguns pontos. Quando vocês falam de Termos de Ajustamento de Gestão, para readequação da gestão, estou no quarto minuto, se fala sobre desapropriação. Esse tema já foi citado pela Cíntia, não vou retomar, mas, como servidora, posso me sentar aqui e quem tiver interesse em se cadastrar, trazer os documentos e nos levar os documentos no Parque, recursos existem, e não são poucos.

Quanto à arbitrariedade e demolição de casas, eu gostaria de fazer uma ressalva - um servidor foi citado.

Essas demolições que aconteceram na região do Rio Claro aconteceram em julho de 2013 e sequer o servidor que foi citado trabalhava no Parque.

Então é muito fácil acusar quem não está presente. Vocês falam sobre estigmatização de posseiros proprietários, enfim, com reformas, ou visitas sem guias ao Parque de Chapada.

Estamos aqui enquanto servidores para cumprir a lei e a lei diz que dentro de um Parque Nacional elas não podem acontecer.

(A ORADORA É INFORMADA QUE O SEU TEMPO ESTÁ ESGOTADO.)

A SR^a FLÁVIA BERTIER - Eu tenho mais um minuto, conforme todos os outros tiveram.

Sobre a parceria público-privada de concessão eu já falei, esse procedimento de manifestação de interesse em momento algum teve a participação de vocês, apesar de ser aberto a consulta à sociedade.

Esse procedimento, como o Noam falou, está correndo. Muito em breve vocês vão ter um edital e alguns atrativos dentro do Parque vão ser concedidos à iniciativa privada, muito possivelmente.

Reabertura de pontos turísticos dentro do Parque.

Não existe nenhum atrativo turístico fechado dentro do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Então, o Mirante não faz parte do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

A trilha do mel, por exemplo, a posse que a senhora falou no início, é simplesmente na parte baixa do Parque. A trilha inteira está fora da área de posse, dentro de área da União. Então, não podemos abrir para exploração turística uma área da União para uma exploração particular.

As outras áreas estão dentro do Parque adquiridas e elas não têm capacidade de carga, inclusive a trilha do carretão é aberta, ela faz parte da travessia da Casa do Moro e pode ser acessada por qualquer pessoa, desde que faça o agendamento.

PRADE não pode existir dentro do Parque. Não conseguimos assinar um PRADE se a pessoa não apresenta um documento da área.

Extinção ACP não temos como discutir agora, porque é uma questão jurídica da Procuradoria.

Respeito a posses. Não existe posse dentro de área pública. Esse termo não existe. Então, não fazemos nenhum tipo de desrespeito à posse.

Era isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Eu passei vinte três segundos do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O que que isso, minha amiga!
(PALMAS)

Quero avisar que temos mais oito minutos para encerrar e temos ainda seis inscritos. Temos inscrito o Rosalves...

O SR. LEANDRO VOLOCHKO – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu só vou consultar a plateia.

Temos inscrito o Rosalves, o Elias Pereira dos Santos, o Daniel Martins, o Odenil Alcântara, o José Guilherme e o Afrânio Motta, e temos oito minutos.

O SR. LEANDRO VOLOCHKO – Deputado, posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dr. Leonardo.

O SR. LEANDRO VOLOCHKO - Leandro, lembra do que morreu, fica mais fácil.

(RISOS)

Louvando a iniciativa de Vossa Excelência de chamar todos para um debate, mas me parece que não faz sentido encerrarmos os debates só porque a televisão não estará mais transmitindo.

Então, a minha sugestão é que continuemos no debate até quando for necessário, independente da transmissão, ou não, porque me parece que o objetivo é ouvir quem está aqui.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – A mesa concorda.

A plateia concorda em continuarmos até ouvirmos o último?

Levante os braços quem concorda.

(PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Aprovado!

Com a palavra, Heitor Queiroz.

O SR. HEITOR QUEIROZ MEDEIROS – Só um esclarecimento, Deputado.

Estou querendo entender. O documento que Vossa Excelência entregou para o ICMBio é um documento do Deputado Wilson Santos e, portanto, da Assembleia Legislativa, se ele tem outra origem, ou se é o resultado da audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Não. Ele tem outra origem.

O SR. HEITOR QUEIROZ MEDEIROS - Não é um documento que representa...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Tanto é que na cabeça está nominado, é um conjunto de sete, oito pessoas que fazem essa sugestão.

O SR. HEITOR QUEIROZ MEDEIROS - *Ok*. Está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - *Ok*. Continuando, com a palavra, o Sr. Rosalves Antunes.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO - Sr. Deputado? Deputado? Só um segundo, para esclarecer ao Sr. Heitor.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Pois não, Sr^a Cíntia.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – São seis pessoas que nominam o documento.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Isso.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Mas ele é feito pela Frente Parlamentar de Regularização da Assembleia Legislativa, ou seja, a Assembleia Legislativa redigiu esse documento para seis pessoas, documento esse que não teria valor jurídico, porque o que é proposto aqui é feito por pessoa jurídica e não por pessoa física.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Gente, eu só quero que vocês tenham a boa vontade e entre nesse assunto com o coração aberto.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Nós recebemos o documento para os encaminhamentos necessários...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É como disse a alguém aqui: “Não pode ser FLA X FLU”. Não pode ser FLA X FLU!

Na minha abertura eu tentei desarmar o máximo que pude.

Não pode ser FLA X FLU!

Nós estamos aqui, vamos continuar vivendo aqui e o Parque continuará existindo.

Ninguém propôs diminuir um metro quadrado do Parque.

Ninguém propôs derrubar nenhuma árvore do Parque. De forma nenhuma!

Estamos em busca de soluções. É só isso.

Se ele é de seis pessoas ou não, se pode ser da Assembleia Legislativa, isso é detalhe, são questões menores que vamos, na construção, como propôs o Deputado Federal Valternir Pereira, quem sabe formar um fórum, se o ICMBio aceitar participar do fórum, a Prefeitura, as Câmaras e o Ministério Público.

Ao final farei essa consulta e talvez saíamos hoje daqui com um fórum formado, com data para a primeira reunião e vamos continuar, com um grupo menor, discutindo e depois chamaremos uma assembleia geral ou algo parecido.

Eu tenho certeza que em 30, 60 dias, temos condições de sair daqui com alguma coisa bem negociada em que todos ganham. Todos que eu falo é a instituição, o município e o Parque. Todos!

Com a palavra, o Sr. Rosalves.

O SR. ROSALVES ANTUNES DA SILVA – Boa tarde a todos!

Sou proprietário de uma área do Rio Claro, onde o ICMBio destruiu, deitou, rolou, pegou as galinhas que tinham - ele pegavam e iam comer na Salgadeira. Tem uma casa que o ICMBio derrubou. Tenho fotos do trator saindo do ICMBio, saindo da área na hora em que não tinha ninguém. Tudo assim.

Eles falam de conservação e conservação. Mas e isso que eles estão fazendo?

Eu tinha uma ponte lá, que já existia, tinha mais de trinta metros, tinham cinco toras que eu pedi autorização na época para arrumar a ponte e o ICMBio foi lá e cerrou cada tora nesse tamanho...

(O PALESTRANTE SINALIZA A EXTENSÃO DO TAMANHO DA TORA DE MADEIRA.)

O SR. ROSALVES ANTUNES DA SILVA – ...jogou dentro do córrego e assoreou tudo.

Acabou.

A ponte lá do Valdivino, se você for lá, tem uma madeira de aroeira, de mais ou menos dez metros, na qual jogaram lá dentro da água também e está assoreando. Eu queria saber de que lugar saiu a autorização para eles fazerem isso, essas barbaridades que eles cometem. Inclusive, até então tinha uma liminar que impedia de fazer isso, até de entrar lá dentro. Eles passaram por cima da liminar e continuavam.

Teve um colega nosso, nós estávamos lá em uma reunião na Ilha do Mel, Deputado, até o senhor também estava; ele estava fazendo caminhada lá e o “cara” do ICMBio pegou, tirou a pistola e colocou na cara dele. Tinha até um bombeiro junto. O ICMBio também vai

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

falar que é mentira, como todas as ações que eles fazem, são obscuras, quando cai a público eles falam que não são eles, nunca fizeram nada. São Santos.

O primeiro levantamento lá eu que fiz, quando era pelo IBDF. O IBDF queria saber quais eram os proprietários mais antigos que tinham lá, foi passado para o Jacob não sei das quantas, foi passado; tentamos acertar com o ICMBio a permanência lá.

Com a minha permanência, era a propriedade da terra ou a minha indenização. Só isso. Como tem bastante gente aqui que está com isso aí. Aí eles falam que o Parque está aberto. Tem uma porteira que muitos turistas entram, tem a chave para entrar, aí falam: está aberto.

Eu, como proprietário, se me flagrar lá dentro, já ligam para a polícia e a polícia vai lá e prende o proprietário. Tem que prender o ICMBio que está fazendo barbaridade.

Eu quero saber que modo de gestão é essa? Aí apareceu o fulano, o sicrano; teve um que fez até campanha para futuro Prefeito de Chapada. Isso não me interessa, o que me interessa são essas duas coisas: a minha permanência lá ou a minha indenização. Como eu acho que todos aqui querem, ouvi dizer.

Quem me disse foi um ambientalista, que eles vão lá, pagam, compram a chave do ICMBio e tem direito de levar turista lá. Eu quero que o ICMBio me responda isso, porque não dá para entender. Aí vem ambientalista, que sai lá do Rio de Janeiro e vem fazer política aqui na minha área, no meu Cuiabá, Mato Grosso? Aí aparece um falando, lá não sei de que lugar, eu não quero saber disso, eu quero saber...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Mais um minuto para concluir, Sr. Rosalves.

O SR. ROSALVES ANTUNES DA SILVA – Estadualiza ou indeniza, quer dizer, indenizar é obrigatório, é o que diz a Lei. E continuaremos lá, até porque agora se fala em indenização e indenizou uma fazenda que valia cinco milhões, e a indenização foi duzentos mil, sumiu toda a indenização, toda a verba que veio.

Eu gostaria de saber, qual a utilidade do ICMBio para esse Parque e principalmente para as casas que foram destruídas, e não vejo nenhuma, só truculência, ficamos no prejuízo, Deputado. Acho que o senhor tem que ter a posição sobre a indenização do Parque ou sobre a permanência dos proprietários, porque o ICMBio fala que foi indenizado. Pega fogo lá, aí chama o povo de Cuiabá, se é Federal a ICMBio está lá, tem que impedir o fogo, o que eles fazem com o dinheiro? Vem verba Federal para contratar e impedir o fogo, aí o Governo Estadual quem vai lá apagar, se é Parque Estadual.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ok. Para concluir.

O SR. ROSALVES ANTUNES DA SILVA – Para concluir, é isso que eu quero saber Deputado, a indenização ou a nossa permanência? Só isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado ao Rosalves.
(PALMAS)

Próximo inscrito, Sr. Daniel Martins.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO - Deputado, só alguns esclarecimentos ao Sr. Rosalves?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vou deixar para o final Cintia, para não inflamar muito.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Certo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Sr. Daniel Martins é Secretário do Município de Nobres. Veio de Nobres, especialmente para esta Audiência.

O SR. DANIEL MARTINS – Boa noite a todos.

Em nome do Deputado Wilson Santos, eu cumprimento à Mesa e todos aqui presentes hoje.

Para explicar a minha fala e aproveitar que está sendo gravado, quero deixar a contribuição nessa Audiência. Isso é muito nobre para o Estado de Mato Grosso, ouviu Sr. Wilson, o senhor mais uma vez provando que é corajoso, porque quando você coloca o tema, provoca a presença de personagens, que se fossem falar somente de Turismo ou se fossem falar somente do meio ambiente, nem estariam aqui.

Então, às vezes, o tema é colocado com foco para chamar a atenção e provocar, como o senhor esta conseguindo fazer, nessa noite de hoje.

Mas, o que eu gostaria de deixar claro, é que estou aqui representando o Circuito das Águas e o Ministério do Turismo; estar no mapa do Turismo no Brasil. O Circuito das Águas representa oito Municípios: Chapada, Diamantino, Nobres, Jangada e Nortelândia são os Municípios que compõem esse circuito, que agora é Circuito das Águas.

Conseguimos realizar o seu primeiro encontro de Secretários de Turismo e de Prefeitos dos Municípios. Conseguimos sim Secretário, transformar isso em um Fórum Permanente, nosso Circuito já tem um Fórum Permanente e esse Fórum Permanente já será na próxima reunião em Chapada dos Guimarães, para tratar exatamente do tema: aspectos gerais da política Municipal de Turismo, que é o que sinto falta para todos os Municípios do Estado de Mato Grosso.

Nós temos um poder muito forte, que é atrativo em áreas ambientais. Só que sozinho, eu como Secretário, não conseguiria jamais chegar a lugar nenhum se não provocasse as discussões técnicas.

Primeiro, vamos trazer os profissionais da área do Turismo. Eu vi aqui vários guias de Turismo, várias personalidades do Turismo de Chapada dos Guimarães preocupados. Mas, se o Estado de Mato Grosso não discutir junto com seus políticos, juntos com seus Deputados Estaduais, Federais, junto com a comunidade; escutar o que o Chapada dos Guimarães quer.

Quem é para falar o que é, e o que não é para Chapada dos Guimarães? Eu peço todos os dias em Nobres para escutar os guias, os donos de atrativos, os donos de hotéis, os donos das suas pousadas; vamos entender realmente o que está faltando dentro do Município, qual é essa necessidade.

Ainda tem gente precisando de emprego, em Chapada dos Guimarães, em Nobres, no Estado de Mato Grosso. Se nós sentarmos em cima dos nossos cargos simplesmente com o poder de tomar uma decisão, sem saber se a decisão é da comunidade, não vamos conseguir chegar a lugar nenhum. Não pode ser “fla-flu” realmente.

Eu só quero deixar o recado para vocês. Se nós não conversarmos, se o Município não se entender, o Circuito das Águas não vai ter um roteiro, que seja um roteiro de verdade no Estado. O turista está fazendo *day-use*. Ele vai um dia, usufrui do atrativo e vai embora. A hotelaria não está ganhando dinheiro. Os Municípios estão se enfraquecendo quanto mais o Turismo cresce. E nós temos que sair da irregularidade.

Deputado e Sr. Vereador, eu quero deixar isso. Sejam nobres desse jeito, continuem presentes. E vamos provocar todos os funcionários públicos que têm um cargo, que representam a sociedade, por favor; é hora de saber se realmente está servindo para alguma coisa, se é funcionário público e não conseguiu ajudar a comunidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Turismo precisa se transformar no maior gerador de emprego e renda do Estado de Mato Grosso. Mas é só conversando e se respeitando mutuamente para que cheguemos a algum lugar dentro deste Estado. Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Daniel!

Parabéns, porque Nobres está ficando muito bacana, parabéns a Vossa Excelência, ao Prefeito, aos empresários. Já podemos aprender bastante com Nobres.

Com a palavra, o Sr. Elias Pereira dos Santos, que dispõe de cinco minutos. Depois o Professor Rodrigo Marques.

O SR. ELIAS PEREIRA DOS SANTOS – Boa noite!

Quero parabenizar o Deputado Wilson Santos pela ideia, pelo nome chamativo, realmente, Daniel, falou a verdade, foi para chamar mesmo o pessoal para vir aqui participar.

Eu, como vivi, passei por Chapada dos Guimarães desde 2001... Eu fui Secretário de Turismo de Chapada dos Guimarães em 2003, e só para você ter uma ideia, Dudu, em 2003, nós trouxemos a ideia lá de Bonito, do *voucher*, passaram-se 15 anos e ainda não foi implementado em sua totalidade lá em Chapada dos Guimarães.

Chapada dos Guimarães realmente é supercomplexa. Em 2003, nós colocamos o Conselho do Turismo para funcionar; nós criamos o fundo do turismo, nunca, acho, foi depositado um dinheiro nesse fundo; criamos o Conselho do Meio Ambiente; na gestão do Pedrão, foi criado o Parque da Quineira, está lá parado, foi estadualizado e está lá parado. Então, e o que a Lauristela falou, de que existe um sentimento ali na cidade de Chapada dos Guimarães em relação ao Parque, parece que para a cidade o Parque mais atrapalha do que ajuda.

Quando eu visitei...

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ELIAS PEREIRA DOS SANTOS – Não estou dizendo que seja verdade isso.

Quando eu visitei Bonito e visitei Gramado... Gramado, em 2003, tinha uma receita anual de 22 milhões; Chapada dos Guimarães, 20 milhões. Em Chapada dos Guimarães, hoje a receita anual, acho que é 50 milhões, 56 milhões; Gramado, 240 milhões; Bonito tinha uma receita de 12 milhões, hoje a receita anual de Bonito, acho que é 100 milhões.

Então, assim, nós temos que parar para pensar, não estou dizendo que todos estão errados ou que todos estão certos, nós temos que parar e pensar o que nós estamos errando em Chapada dos Guimarães. Há necessidade de ter uma união mais com o pessoal do Parque e que o Parque seja mais humano com o pessoal de Chapada dos Guimarães, porque nós temos pouco conhecimento da ação do Parque.

Aonde o Parque quer chegar? O que o Parque pretende fazer? Qual é o plano de ação para 2018 do Parque? É atingir o que? “Ah, queremos liberar o Véu das Noivas, queremos fazer uma estação lá dentro, queremos asfaltar, queremos... Não sei”.

Nós não conhecemos o que o pessoal que administra o Parque quer para o Parque.
(PARTICIPANTE SE MANIFESTA.)

O SR. ELIAS PEREIRA DOS SANTOS – A conservação, ou seja, vamos colocar um vidro e nós só vamos olhar por fora? Que se vire a população, que morra de fome a população?
(PALMAS)

Chapada dos Guimarães é o 2º Município com maior índice de analfabeto acima de 15 anos de idade. Chapada dos Guimarães, dos 141 Municípios, é um dos mais pobres do Estado de Mato Grosso, e criaram esse Parque para que? Para preservar apenas? Mas nós não temos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

capacidade de fazer esse Parque gerar emprego, gerar salário, gerar comida para o povo de Chapada dos Guimarães, nós somos tão imbecis, tão burros que só sabemos preservar sem fazer com que aquilo produza dinheiro. É isso que quero entender, é isso que temos que discutir.

Esses dias estavam discutindo a duplicação da estrada, eu pensei que teria pessoas lá que iam perguntar o seguinte: com a duplicação, nós vamos diminuir as mortes das pessoas? Vamos diminuir os acidentes? Vamos diminuir os atropelamentos de animais? Não! “Sou contra a duplicação”. Tem Município aí brigando só para patrolar, colocar cascalho na estrada, nós estamos rejeitando asfalto, estamos rejeitando duplicação, ou seja, nós não temos capacidade de fazer nada que possa conseguir preservar esse ambiente para que os nossos netos, bisnetos possam ver... (PARTICIPANTE SE MANIFESTA – INAUDÍVEL.)

O SR. ELIAS PEREIRA DOS SANTOS – Ué, mas a unidade de conservação é o nosso maior atrativo!

(PARTICIPANTES SE MANIFESTAM – INAUDÍVEL.)

O SR. ELIAS PEREIRA DOS SANTOS– Aí, implanta como?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Tem mais um minuto.

O SR. ELIAS PEREIRA DOS SANTOS – Então, é isso que eu quero, que quem está administrando apresente algumas ideias, algumas sugestões para que nós possamos ajudá-los, essa sugestão que quero sugerir aqui.

O que eu vi aqui foi o pessoal do federal atacando o estadual, do estadual atacando o federal, e eu não vi nenhuma proposta... (PALMAS)... “Olha, gente, o problema do Véu das Noivas é isso, nós sugerimos solução e temos que fazer dessa forma”. Tem que unir, falta união de todos. Como sugestão.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Próximo inscrito é o Professor Rodrigo Marques, Professor e Chefe do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Professor, tem 05 minutos.

O SR. RODRIGO MARQUES – Boa noite a todos! Em nome do Deputado, cumprimento todos os presentes.

É uma questão importante, porque, no plano de fundo, nós estamos discutindo que a sociedade quer ser apropriar de um espaço público, entretanto o conceito de espaço público é deturpado pela sociedade, espaço público não é aquilo que eu faço, que é do meu interesse, começa por aí.

Então, espaço público não é atender interesse de particulares, como sempre foi no Brasil e sempre foi no Estado de Mato Grosso, em que a população é manipulada e é alijada do seu direito fundamental de se apropriar do espaço.

Aí uma questão importante, porque, lá no Departamento de Geografia, chegam alunos cuiabanos, filhos de cuiabanos, netos de cuiabanos, tataranetos de cuiabanos que nunca pisaram no Parque de Chapada dos Guimarães. Ele conhece o Parque quando, num trabalho de campo nas aulas do curso de Geografia, nós levamos o aluno ao Parque. E me permitam os colegas também servidores federais do ICMBio, convidem o Deputado Wilson Santos e o Deputado Federal Valtenir Pereira para almoçarem na copa que vocês têm lá.

Para que eles conheçam qual é a estrutura precarizada, arrebatada onde os servidores comem com fósseis correndo do lado, essa é a situação do Parque, da sede do Parque. E enquanto isso o dinheiro não é utilizado para os fins... Outra questão...

(PARTICIPANTE DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O SR. RODRIGO MARQUES – Nem no VLT está, o VLT ficou para a Copa do Mundo, e eu acho que, até a Copa do Mundo de 2030, ele Sai. Mas vamos lá!

Agora, uma questão importante: quando foi assinado o Termo de Compromisso com a Prefeitura de Chapada, Sr. Fernando?

(O SR. FERNANDO RESPONDE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. RODRIGO MARQUES – Em 2008? Em 2008, o Prefeito era Flávio Daltro? Vice-Prefeito, Sr. Elias? Pois é, Sr. Elias, o Sr. foi Vice-Prefeito por 04 anos em Chapada dos Guimarães...

(O SR. ELIAS PEREIRA DOS SANTOS DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. RODRIGO MARQUES – Tudo bem, mas de 2009 para frente, enquanto Vice-Prefeito, o que vocês fizeram?

(A PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. RODRIGO MARQUES – Várias vezes... Eu fui servidor da Secretaria de Planejamento...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Professor, eu vou pedir ao senhor evitar citar nomes, porque, todo nome que o senhor citar, eu vou dar o direito de resposta e aí não vai terminar.

O SR. RODRIGO MARQUES – OK. O importante é que enquanto propomos... Vamos pegar os documentos que se tem. O Parque, pelo que já foi colocado, nunca esteve de costas para Chapada dos Guimarães, o documento está lá com plano de trabalho, mas as duas partes precisam conversar.

Deputado Wilson Santos, eu o parabenoza pela coragem de, quando demandado, colocar uma proposta mesmo que seja para ser criticado. É função do Parlamentar fazer isso. (PALMAS)

É importante que se resgate esses documentos, aproveitar a proximidade com a Prefeita Thelma de Oliveira e colocar para funcionar o que nunca funcionou, ao menos estamos tendo a oportunidade ímpar de se implementar aquilo que nunca foi pensado no Parque, que é colocar em prática. Os documentos já existem.

Outra questão importante, quando se bate muito no Parque... E aí a fala do Secretário de Meio Ambiente é importante, da gestão compartilhada. Não adianta nada pensar na Cachoeira Véu de Noiva e permitir, na cidade de Chapada, ações de uso do solo que vão arrebentar com as águas, depois, eu posso não ter mais a cachoeira Véu de Noiva. E o que é que os guias irão fazer sem a cachoeira Véu de Noiva?... (PALMAS)

Então, a Prefeitura e as câmaras municipais também têm responsabilidades, e todas as críticas que muitas vezes colocam em cima dos políticos, nós temos que começar a rechaçar, sabe por quê? Porque tudo o que é feito é feito com a conivência da sociedade. Não há governo corrupto e uma sociedade que não é corrupta.

Nós precisamos começar a parar de só jogar pedras nos outros. Cada um precisa assumir as suas responsabilidades. Certo?

É legítima a questão da indenização, está muito claro o que se quer. O maior problema de Mato Grosso não é questão ambiental, é questão fundiária.

O dia que for resolvido o problema fundiário no Estado de Mato Grosso, todos os problemas ambientais serão resolvidos. E nós não podemos nos calar perante isso. Agora, tem uma questão - e eu falo porque vivi isso na pele, descobrimos com o tempo, porque os pais não tinham

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

esse costume -, quando você averba um contrato de compra e venda em uma escritura, infelizmente, aquilo ainda não é seu. Estou com um problema na minha família, e estamos brigando há trinta anos na justiça. Averbaram um contrato de compra e venda, mas não foi feita a escritura, porque o pessoal queria economizar para não pagar imposto. Bom, estamos lá brigando na justiça...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Para concluir, Professor.

O SR. RODRIGO MARQUES - ...Porque não há o reconhecimento.

Eu acredito que temos que ouvir. Agora, entender que cada lugar tem uso adequado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Professor Rodrigo, o senhor enriqueceu o debate.

Eu vou fazer aqui um rápido resumo, porque a televisão vai ter que sair, vai ter que se ausentar, porque há outro evento da Assembleia Legislativa.

Primeiro, eu quero agradecer a todos que vieram aqui e ficaram até agora, às 18h10min. Se nós dedicássemos todo esse tempo para discutir os assuntos de interesse da sociedade, com certeza, nós teríamos menos problemas neste País.

Parabéns a todos que participaram. Isso é exercício da cidadania.

Segundo, eu tenho plena consciência de que os objetivos propostos por esta Audiência Pública foram atingidos. O objetivo principal era provocar o debate. Esse assunto tinha que sair, tinha que vir à tona. E aqui ficou claro que há acertos e erros de todos os atores envolvidos. Ficou claro aqui. Não vou aqui nominar, não vou apontar dedo.

A proposta do Deputado Valtenir Pereira, eu consulto aqui o ICMBio se concordam em participar de um Fórum para continuarmos debatendo esse tema. (PLATEIA SE MANIFESTA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Consulto aqui a Cintia, se é possível continuarmos, depois vamos fazer uma agenda, um calendário.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO - Eu falei com o Luiz, Assessor do Deputado, e pedi que nos procure para entendermos melhor a proposta do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - A proposta é clara. A proposta é estabelecermos um grupo de trabalho e envolvermos todos os atores, um grupo menor, e esse grupo vai... Agorinha, consultei a Cíntia e disse: de alguma forma, você acha que alguma dessas propostas que surgiram aqui, é possível acatar? Ela falou: "Todas não, mas dá para discutir algumas". Quer dizer, há ambiente para prosperar. Nós somos negociadores de interesses públicos, nós estamos aqui para encontrar uma solução, eu tenho certeza de que, com essa solução, ganhará a natureza, ganhará a cidade, ganhará todo mundo. Agora qual é a solução? Eu não tenho. Então, o que o Deputado propôs, eu assino embaixo, se não é isso que ele propôs, eu proponho: criarmos um grupo de trabalho, envolvendo todos os interessados, para dentro de 30 dias, quem sabe, realizarmos uma nova Audiência Pública já com algumas coisas consensualizadas. Essa é a proposta, é continuarmos discutindo o PAC, em resumo.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO - Deputado, esse Fórum já existe, é o Conselho do Parque, ele é aberto à sociedade e se reúne quatro vezes por ano, ordinariamente. Nossa próxima reunião ordinária será na segunda sexta-feira de agosto. Nesse espaço, Elias, nós passamos todo o nosso planejamento anual e o nosso resultado da gestão daquele ano.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

A Prefeitura de Chapada dos Guimarães sempre foi presente, sempre esteve convidada a participar do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Cíntia, esse é um espaço que já existe, nós estamos querendo criar um outro espaço.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO - Mas ele existe e é aberto à população e a quem quiser participar.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Mas o ICMBio aceitaria participar de um grupo de trabalho capitaneado pela Assembleia Legislativa? Convidando o Ministério Público Estadual, aceita participar?

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO - Deputado, assim como o Geoparque proposto por Vossa Excelência, se o convite chegar ao Parque, o Parque estará presente para a reunião para a qual foi convidado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Respondido, muito obrigado.

Agradeço a presença, e nós vamos convidar a todos, o Ministério Público Estadual, Federal, que se manifestaram documentalmente em relação a essa proposta, nós vamos convidar.

Com relação às indenizações, é lógico, não há como. É um direito líquido e certo, está na Constituição, indenização é previamente paga, não dá para você desapropriar uma área, não indenizar o proprietário e ainda ter atitudes como foi citado aqui, de destruir, derrubar, impedir, intimidar... (PALMAS)... Isso aí é líquido e certo. E qualquer um de nós pode sofrer essa violência. Não que a Sr^a Cíntia, o Sr. Deputado Wilson Santos estejam fazendo isso. Eu sei que ninguém aqui defende isso. Então, essa é uma posição firme.

Outra coisa que eu gostei aqui: preservação ou exploração?

Primeiro que essa exploração não foi colocada na terminologia completa. As duas coisas podem perfeitamente conviver. Quem anda o mundo vê isso, gente. Vá a Bonito, que está bem aí; vá a Nobres; vá às Pousadas do Vicente e do Toninho, ao mesmo tempo em que se preserva a natureza, não se pode pescar um lambari. Lá está saltando peixe para fora do rio. Ninguém ataca os peixes, é um exemplo de preservação, e ao mesmo tempo gera centenas e centenas de empregos. Bom Jardim está bem aí. Então, eu acho que dá para conviver, sim, com a preservação ambiental. E aqui foi unânime, ninguém propôs reduzir o tamanho do Parque em um hectare sequer; ninguém propôs desviar uma cabeceira; ninguém propôs absolutamente nada de cortar, de diminuir, ou de destruir mata ciliar, coisíssima nenhuma. Nessa questão, há uma unanimidade, eu acho que temos como consensualizar em outras.

Outros aspectos de gestão.

Foi admitido aqui que há falhas na gestão. E há!

Se você for a Mônaco, se você for à Casa Branca, se for à Suíça, se você for à Dinamarca, haverá falha, como não? O céu chegou a algum lugar aí? Se chegou, me leve logo para lá. É claro que há falha. E há falha, por quê? Porque disse aqui alguém. “Vá comer na cozinha onde comem os servidores”. É amanhã, se quiser ir lá amanhã, estou pronto, Rodrigo. Faz lá uma carne com arroz, uma banana da terra, um revirado, estou lá, amanhã. Aliás, eu conheço lá. Esses dias eu almocei em frente.

Nós estamos aqui para ajudar. Se for preciso, disse aqui o Deputado Valtenir Pereira: “Estou pronto para colocar emendas”. Eu também estou aqui, posso colocar emendas. Eu acho que há uma distância enorme - eu disse à Cíntia reservadamente e digo agora - entre o Parque e a sociedade. Ela disse: “Não, não há, não, nós nos reunimos permanentemente”. Então, tem que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

divulgar mais. Fazer como fizemos com esta Audiência Pública, chamar a atenção para as pessoas virem para cá para discutir, e vamos chegar a um consenso.

Então, ao encerrar a minha fala - eu me antecipei um pouquinho, porque a televisão vai embora e o pessoal da Assembleia Legislativa achou conveniente eu fazer o encerramento.

Quero dizer que foi uma Audiência Pública muito frutífera, os ânimos não estiveram tão exaltados como eu imaginava. Todos se comportaram muito bem. Alguma coisa que houve a mais faz parte do debate, do calor. Este é um assunto apaixonante! É polêmico mesmo!

Mas aqui eu quero, em nome de todos, pedir desculpas! Se alguém se sentiu ofendido, que perdoe e esqueça. Nós temos que continuar no mesmo espaço físico discutindo, queimar fósforo, fosfato, queimar a cabeça até encontrarmos uma solução. Do jeito que está nós temos todas as condições de melhorar e adequar perfeitamente a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, com a geração de emprego, com a geração de renda de forma equilibrada, justa e que esse parque continue dando muita honra a Mato Grosso.

Então, feita esta observação, eu chamo o próximo inscrito que é o Sr. Odenil Alcântara.

O José Guilherme, também, está inscrito; o Afrânio Motta e Luís Carlos Nigro, ex-Secretário de Turismo do Estado de Mato Grosso que tem muito a nos falar, tem muito a nos contar.

Eu convido o Sr. Luís Carlos Nigro para compor conosco a mesa, por gentileza, com o Secretário Municipal de Nobres, Sr. Daniel Martins, para preencher a mesa dos trabalhos.

Com a palavra, Sr. Odenil Alcântara, Diretor de Planejamento da Agência Metropolitana de Cuiabá-AGEM.

O SR. ODENIL ALCÂNTARA – Boa noite!

Eu quero cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Wilson e todos os presentes com igual importância.

Como foi apresentado, eu sou da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. Não sei se alguns de vocês desconhecem essa autarquia, mas ela cuida, exatamente, das funções públicas de interesse comum dos 6 municípios que compõem a Região Metropolitana.

Quero registrar aqui que acabamos de fazer o Plano Metropolitano, um trabalho de quase 2 anos, com consultores que têm *know how* no assunto das questões metropolitanas, e um dos assuntos tratados foi, exatamente, o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães dada a importância que ele tem para toda a Região Metropolitana. Então, qualquer coisa que é feita lá em cima impacta, sobremaneira, o abastecimento de água de Cuiabá e das cidades próximas.

Eu quero registrar, também, Deputado, que a Agência Metropolitana havia solicitado essa proposta. Nós não recebemos! Talvez, não tenha chegado a tempo, mas eu quero novamente solicitar a proposta para que a Agência possa se manifestar da forma correta.

Eu quero registrar, também, que estou representando a Presidente da Agência, Sr^a Tânia Matos, que, infelizmente, não pode estar presente e que poderia, também, contribuir com essa questão.

Como não tivemos acesso a esse documento devemos dar importância para cada setor, cada atividade. É obvio que precisamos preservar, mas, também, precisamos desenvolver a vida das pessoas. Como arquiteto e urbanista, precisamos fazer uma edificação, mas, também, pensar no meio ambiente. Afinal de contas, só temos uma casa e é esse objeto que está em debate e não as questões pessoais de cada setor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Então, é esta a minha fala; é esta a fala da Agência, Deputado Wilson Santos! Precisamos conhecer com profundidade essa proposta para daí nos manifestarmos. A Agência está presente, exatamente, porque essa é uma questão que impacta toda a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.

É esta a minha fala!

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Sr. Odenil!

Eu quero fazer algumas observações!

Primeiro, eu tive o privilégio, Odenil, de ser autor da inclusão de Chapada dos Guimarães na Região Metropolitana. Originalmente, a Região Metropolitana era composta por 4 municípios: Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger e Cuiabá. Eu fiz um Projeto de Lei e incluímos mais 2 municípios: Chapada dos Guimaraes e Acorizal. Então, hoje, é a Região Metropolitana – esse Projeto já virou lei - inclui Chapada dos Guimaraes e Acorizal. Então, Chapada dos Guimarães, também, faz parte da Região Metropolitana de Cuiabá.

Com relação à proposta ela não é nem da Assembleia Legislativa e nem do Governo do Estado. Sejamos bem justos! Essa proposta é do Deputado Estadual Wilson Santos! É uma provocação ao debate! Eu nunca consultei o Governador sobre isso, não consultei a SEMA, SEDEC! Ninguém! Essa proposta é minha! Eu vi essa experiência na Argentina, no Parque Nacional Aconcágua que se transformou em estadual e houve um grau de satisfação muito grande. Eu sugeri!

Eu acho que é diferente quando alguém coloca: “Ah, por que o Estado não cuida dos outros parques dele?”. Essa é uma afirmação verdadeira! Não há nenhuma inverdade quando dizem isso! Por que o Estado ao invés de querer cuidar de um parque nacional não cuida dos seus estaduais? Primeiro que o Estado não se manifestou e a proposta não é do Estado. Certo! Eu não consultei o Estado sobre isso. Eu tenho autonomia, sou parlamentar e posso propor. Certo! De forma nenhuma! E segundo que eu penso que o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães é diferente dos demais parques. É diferente do Parque Roosevelt, do Parque Culuene do parque estadual. É diferente! A localização dele o faz diferente!

O Estado tem 3 parque estaduais na Capital, no perímetro urbano, e os 3 muito bem cuidados: o Parque Mãe Bonifácia por onde passam de 5 a 10 mil pessoas por dia e que vai receber, agora, do Estado mais um investimento de 2 milhões e meio de reais e serão feitas 6 ações no parque; o Parque Estadual Zé Bolo Flô, na região do COOPHEMA/Coxipó e o Parque Massairo Okamura. O Estado vem cuidando muito bem desses 3 parques. Pela localização, por ser o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães dentro de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, pertinho, próximo ao Centro Político Administrativo, muito próximo da Capital, não tenho dúvida que esse parque mereceria, Sr. Mário, uma atenção diferenciada. Eu não tenho dúvida em relação a isso! Ele seria tratado proporcionalmente ou igual que está tratando o Parque Mãe Bonifácia que você não vê reclamação.

Então, é diferente de um parque estadual no Baixo Araguaia. É diferente! É claro que todos merecem atenção, mas pela localização desse parque não tenho nenhuma dúvida que o Estado daria uma atenção especial a esse parque.

Além disso, nas mãos do Estado, haveria cobrança do ingresso. Nós não hesitaríamos nisso. Não haveria dúvida em relação a isso. Nós cobraríamos o ingresso. O ingresso na média de 10 reais por pessoa, com 170 mil, isso passaria logo para 200 mil, você teria entre 1 milhão e 700 mil ao ano a 2 milhões ao ano. Isso daria mais de 200 mil reais por mês, aproximadamente 200 mil, de 150 a 200 mil por mês, que é um valor que reaplicado no parque é extraordinário. Em 4,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

5 anos teríamos um parque de padrão internacional. Eu não tenho dúvida! Eu não tenho dúvida em relação a isso. Agora, vai continuar federal? Vai cobrar? Não vai cobrar? Vai continuar como está? Fica essa dúvida! Eu não tenho nenhuma dúvida que se esse parque for estadualizado, vai receber o carinho e o tratamento de um parque de Capital. Eu não tenho dúvida em relação a isso! Nenhuma!

Mas vamos ao próximo inscrito que é o Sr. José Guilherme.

Depois, o Sr. Afrânio Motta inscreveu a arquiteta urbanista Juliana Valentim, que é a última inscrita. Depois, também, teremos o Sr. Luís Carlos Nigro e a Sr^a Cíntia.

O SR. JOSÉ GUILHERME AIRES LIMA - Boa noite!

Pessoal, quem fica por último não tem muito que falar, porque todos acabam falando um pouco daquilo que estamos pensando.

Então, há 40 anos estamos preocupados com a Chapada dos Guimarães e fizemos uma proposta de um parque nacional pensando nisso tudo para o futuro.

Nós acompanhamos dia a dia... Agora retornei ao Parque como servidor, há um mês, e estou vendo uma série de evoluções, uma série de problemas e estamos preocupados, porque temos uma data que para nós é muito importante...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Simoni! Um abraço! Bom retorno.

O SR. JOSÉ GUILHERME AIRES LIMA – É muito importante essa data, porque vamos refletir também esse tempo todo.

Há quarenta anos, o Deputado Milton Figueiredo estava lá fazendo uma indicação, o Deputado Kazuo Sano... Esse Parque, Deputado, nos custou muita luta. O senhor consegue provocar, porque, senão, não estaria aqui. No princípio, quando o senhor convocou para o geoparque, nós estivemos aqui e estou levantando todas as histórias das Minas do Cuiabá, os sítios arqueológicos, a parte cultural para enriquecer mais o nosso Parque, a nossa representatividade.

Eu estou trabalhando agora no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, estou me aposentando e talvez tire de lá um pouco do tempo para entregar esse produto.

Tudo que estou vendo aqui nada é novidade para mim. Nada é novidade. Lógico, o tempo passa, algumas situações melhoraram e outras pioraram. Há vinte e cinco anos nós tínhamos um comitê estadual de implantação, as prefeituras e os deputados estavam participando da gestão, hoje temos um Conselho dentro do Parque e o senhor vai lá e nos provoca.

Eu ia falar: poxa vida, vai mexer com aqueles defuntos, nossos defuntos, que brigaram muito para que tivéssemos esse Parque. Eu não vi ninguém perguntar sobre aquilo que ficou fora do parque, que não conseguimos colocar dentro do Parque na hora em que fizemos aqueles limites, aquelas serpentes emplumadas foram lá e cortaram o rabo da serpente, deixaram uma interrogação e um enclave lá dentro, que era a Salgadeira, que agora vocês estão dando a resposta.

Outra coisa, a minha amiga me disse há pouco: “Olha, nós tínhamos espécies, digo que tínhamos, porque encontramos apenas dois exemplares que ficaram fora do Parque”. Preocupa, porque a hora que vamos dizer que esse Parque tem essas espécies, esses sítios arqueológicos - temos sítio arqueológico o maior do Centro-Oeste, da pesca, da flora - preocupa-me.

Eu, que estou lá no Mutuca, vejo caminhões passando de madrugada e alguém diz assim: “nós vamos abrir uma rodovia, que é a MT...” Não sei o que estão falando, que nunca existiu como alternativa. Aquilo lá é estrada real, aquela estrada real me preocupa passar ali, fragmentando aquelas comunidades, se houvesse como alternativa, que não é, porque a alternativa já existe, está lá

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

no quilômetro 55 para acessar Campo Verde... Então, eu tenho que ficar olhando tudo aquilo com muitos olhos, Felipe, com todos os olhos.

Eu estou preparando agora para fazer o levantamento das trilhas históricas de uma série de locais que vai dar uma importância muito maior em questionamentos, porque estou dentro do órgão e estou vendo coisas que nós erramos, equivocamos, construímos locais inadequados.

Teve uma época que esse Parque foi telado e as pessoas diziam assim: “Olha, Ema tem que pagar para entrar. Tatu fura por baixo”. Eu entrei lá dentro do rio Claro e fiquei surpreso, porque passei por ali e vi todo aquele desmonte. Vai dar trabalho para tirar. E se eu tiver autorização para tirar tudo aquilo, eu tiro com o maior prazer. Se aconteceu algo aqui, que você disse, ponha isso como questão criminal, processo, enfim...

Então, é o seguinte.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOSÉ GUILHERME AIRES LIMA – Desculpe, eu estou me referindo a vocês. Estou falando para você, porque você falou disso. Estou falando ao Deputado e para todos.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Calma!

O SR. JOSÉ GUILHERME AIRES LIMA – Então, é o seguinte: esse parque custou muito e não vai ser estadual nunca. Ele está dentro do Estado de Mato Grosso. Ele já é Mato Grosso. (PALMAS). O que nós temos aqui é o nosso jardim suspenso.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOSÉ GUILHERME AIRES LIMA – Você não me conhece. Você não pode falar.

Garanta-me a palavra, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quando você falou, ele respeitou.

O SR. JOSÉ GUILHERME AIRES LIMA – Veja só, tem problemas demais!

Depois da tijuca, quando montamos a árvore do problema esse é o parque que mais deu problema. Hoje somos 13 servidores, um corpo qualificado, temos 30 brigadistas, tem recursos para pagar para vocês. Aqueles que merecem vão receber. Aqueles que não merecem, vão ser também responsabilizados como foram responsabilizados pelos seus atos, vão ser autuados como qualquer um vai ser autuado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – José Guilherme, não desconcentra, não. Você tem mais um minuto.

O SR. JOSÉ GUILHERME AIRES LIMA - Então, é o seguinte... O senhor conseguiu me provocar. Não vamos desenterrar os defuntos. E daqui a 50 anos, 100 anos, estaremos comemorando este momento.

Eu estou vindo lá de Campo Grande, como veio a pessoa de Nobres... Você vai a Roma para visitar o Papa, na praça, chega lá na Lagoa Azul, parque estadual, você não consegue entrar na gruta.

Vocês não conseguem fazer um plano de manejo na estrada parque integrado, uma APA e Parque Nacional, gente? Nós somos incompetentes.

Então, quer dizer, eu achei que vocês fossem desenterrar o decreto do Pedro Celestino de 1910 e dizer que ele não foi revogado. Eu falei: Poxa vida! Que legal!

Estamos lá, amigo. No ano passado trabalhamos com o pessoal do Rio Claro. Participaram! Agora só vão receber aqueles que têm direito, tem que comprovar que têm domínio lá dentro...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Essa é uma questão jurídica já.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O SR. JOSÉ GUILHERME AIRES LIMA – Exatamente! E o desafio é esse, pessoal!

Eu fui ao Pico da Neblina para uma missão de 30 anos. Peguei aquilo lá uma bagunça. Os índios Yanomamis vão abrir o Parque do Pico da Neblina, vamos fazer 30 anos no ano que vem, de 40 de luta.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Zé! Muito obrigado!

O SR. JOSÉ GUILHERME AIRES LIMA – Obrigado, pessoal! Desculpe!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Zé! Com todo respeito a você! (PALMAS).

Próximo inscrito, Afrânio Motta Junior.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado! Todos têm direito de opinar. Todos têm direito de trazer sua posição.

Afrânio, antes de você começar, eu vou conceder a palavra à Cíntia.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Eu acho que posso falar depois do Sr. Afrânio. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com a palavra, Afrânio Motta Filho.

O SR. AFRÂNIO MOTTA FILHO – Boa noite a todos!

Eu vou economizar nas palavras.

Chapada dos Guimarães é uma região de especialistas. Todo mundo se acha o dono da verdade em Chapada. Sempre foi assim, historicamente. Eu nasci e cresci em Chapada dos Guimarães fazendo trilha, acampando, escalando o Morro de São Jerônimo. Eu passei a vida inteira lá e tem gente que me pergunta: mas e aí, o que você já fez por Chapada dos Guimarães? Eu fiz, talvez, o que poucas pessoas tenham feito, eu defendi uma dissertação de mestrado na Escola de Comunicação e Artes da USP, com o tema: Chapada, paraíso até quando? Porque eu sempre tive, herdei isso da minha família, a preocupação sobre a preservação ambiental de Chapada dos Guimarães.

Eu também fiz parte da Sociedade Civil que se mobilizou para a criação do Parque. Eu herdei isso, principalmente, do meu pai, que morreu, em janeiro deste ano, como criminoso, como autor de crimes ambientais forjados, inventados.

Há poucas semanas recebemos uma intimação do Juiz Federal Bearzi, dizendo que decidiu fazer uma perícia na nossa área e essa perícia custa 20 mil reais e a responsabilidade do pagamento é nossa e se não pagarmos ele vai expropriar a nossa terra. Nós vamos pagar a perícia e sei o que vai acontecer e já sei o resultado: vai ser identificado crime ambiental lá, sim, porque já está decidido isso.

Existem alguns equívocos que me incomodam muito: o primeiro foi dizer que em Mato Grosso existe grilagem. Em Mato Grosso existe, sim, um sério problema fundiário que é histórico e quem é de Mato Grosso conhece muito bem. A outra coisa é dizer que não existe direito de propriedade em terras públicas. Só que minha família estava nessa terra dez anos da criação do Parque Nacional de Chapada, lá foi colocado recursos de muito trabalho, de anos e anos de trabalho da minha família inteira.

Hoje somos criminalizados porque compramos um direito de posse numa área que se tornou Parque Nacional.

Minha gente, vamos ser coerentes! Minha família não quer ser contra o Parque, não é contra o Parque.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Eu quero inclusive cumprimentar o Deputado Wilson Santos por essa provocação, porque este debate é fantástico, está tirando todo mundo da zona de conforto e todo mundo está colocando a cabecinha para fora do buraco.

Eu senti falta da presença do Juiz Federal Bearsi, que é o executor dos supostos crimes ambientais identificados pelo ICMBio, que lá derrubam...

Há alguns dias uma equipe do ICMBio arrancou uma porteira de nossa propriedade porque tinha uma equipe de filmagens que queria fazer cena lá.

Gente, vamos ser coerentes! Vamos ser coerente!

Eu não sou contra o Parque, não quero aqui me posicionar nem contra, nem a favor de manter o Parque federalizado, ou estadual o Parque.

Eu acho que o Parque precisa servir a população.

Unidade de preservação não é cercar e proibir qualquer coisa. A política do nada pode não vai resolver nada.

De que adianta o Parque Nacional preservado e a população de Chapada dos Guimaraes morrendo na miséria?

Onde jovens... Quem mora em Chapada dos Guimarães sabe do índice de criminalidade, do índice de gravidez na adolescência.

Quando defendi minha tese de mestrado, fiz um levantamento e descobri que mais de 50% das jovens até 12 anos de idade em Chapada dos Guimarães já eram mães solteiras, e dessas, mais de 50%, quase 70%, eram mães solteiras de pais desconhecidos, porque eram meninas que caíam na lãbia dos filhinhos de papai que subiam para o Festival de Inverno, para o Reveillon e para a Semana Santa, cantavam as meninas, colocavam nos seus carrões, levavam para o Mirante e elas não sabiam nem com quem ela tinham feito sexo.

Então, não adianta falar em Parque Nacional Unidade de Preservação, se o parque não tem nenhuma utilidade para a sociedade civil.

É extremamente importante que a população de Chapada dos Guimarães faça parte do Parque, seja conscientizada de que o parque precisa ser preservado.

Um dos muitos caseiros que passaram pelo nosso sítio preparava o melhor xarope que eu já vi, que já experimentei na vida, para bronquite.

O potencial farmacológico do Parque Nacional é gigantesco! E o que é que tem sido feito para se aproveitar isso? Nada! Por quê? Porque lá tudo é proibido. Não se pode estudar, não se pode fazer nada, porque a lei é proibir.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Dr. Afrânio.

Com a palavra, a Sr^a Cintia.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Eu ia começar de onde eu tinha pedido a palavra, mas vou aproveitar a fala do senhor Afrânio.

O Parque tem conhecimento do que acontece em Chapada dos Guimarães.

A questão da prostituição infantil em Chapada dos Guimarães nós sabemos que é pesada. Nós temos trabalhado bastante com as escolas estaduais para evitar principalmente que os alunos de 2º grau fiquem à toa, digamos assim, sem muita ocupação.

Sabemos qual é o problema da prostituição infantil e de gravidez de adolescente no município.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Vários professores nos procuram desesperados: “deixem-nos trazer alunos para cá mais vezes na semana, porque não queremos que os nossos alunos passem pelo que estão passando hoje.”.

No ano passado foram dois mil estudantes que recebemos durante o ano inteiro no Parque.

Nós temos total ciência. Infelizmente temos total ciência e conhecimento disso.

Eu não sei se o Município de Chapada dos Guimarães tem esse conhecimento e quais providências o Município de Chapada dos Guimarães tem tomado para poder acabar com isso que acontece dentro do município hoje.

Infelizmente, para quem mora em Cuiabá é muito fácil ter uma casa em Chapada dos Guimarães para passar sábado e domingo e não saber o que acontece nos bastidores do município, não saber que as casas estão sendo roubadas, não saber que as crianças estão na rua, que a prostituição infantil, a questão das drogas e outros crimes estão tomando conta da cidade.

Isso me preocupa muito, Sr. Afrânio. Não só ao senhor, mas a mim e a toda a minha equipe.

Nós temos ciência do que acontece naquele município, somos moradores do município e não vamos passar só sábado e domingo em Chapada dos Guimarães, aproveitar o clima fresco de 11, 12 graus, como foi na semana passada.

Sobre a reunião do Conselho, que era uma resposta para o Elias, já acabei comentando. Então, todos estão convidados, as reuniões do Conselho têm datas fixas, as datas são fechadas no início do ano, na primeira reunião, que é em fevereiro, e na segunda sexta-feira de agosto estão todos convidados para a nossa reunião. Ou fazemos no Veu de Noiva ou fazemos no Município de Chapada dos Guimarães. Por que fazemos no Município de Chapada dos Guimarães? Para facilitar a locomoção das pessoas que moram em Chapada dos Guimarães para participarem da reunião. Essa reunião geralmente acontece, ou na Câmara, ou no Auditório do Ministério Público, quando feita no Município ou então no próprio Auditório do Parque Nacional de Veu de Noiva.

Segunda sexta-feira de agosto, às 14h, o local só precisa ser confirmado. Estão todos convidados.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Cíntia, eu gostaria que você oficializasse o convite.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Sim! Encaminharei oficialmente para a Assembleia Legislativa, para o gabinete do Deputado.

Sr. Rosalves, o senhor falou uma coisa que é muito importante para nós, que o senhor tem uma foto de um trator nosso saindo da área, onde as casas foram derrubadas.

Eu não sei se o senhor sabe, mas quando ocorreu a derrubada de casas ali na região do Rio Claro, eu, Cíntia, chefe do Parque, fiz uma denúncia ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.

A Polícia Federal tem feito a investigação. Se o senhor puder encaminhar isso para o Dr. Cristiano, Delegado do Meio Ambiente, responsável por essa área na Polícia Federal...

(O SR. ROSALVES ANTUNES DA SILVA INTERROMPE A ORADORA – INAUDÍVEL.)

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Que bom!

Agradeço ao senhor, porque vai ajudar muito na investigação que ela está fazendo, inclusive vou pedir a cópia da Audiência e vou encaminhar para o Dr. Cristiano, para ele ter ciência desse fato. Até então eu não sabia que vocês tinham uma foto de um trator, que esse trator era nosso...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

O SR. ROSALVES ANTUNES DA SILVA (FORA DO MICROFONE) - Vocês não respeitara nem a liminar...

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – A questão da liminar é outra questão. Não vamos levantá-la aqui. Era um processo de 1996 contra o IBAMA e não contra o ICMBio, mas eu não tenho...

(O SR. ROSALVES ANTUNES DA SILVA INTERROMPE A ORADORA – INAUDÍVEL.)

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Não. Somos duas autarquias distintas.

Então, eu peço encarecidamente ao senhor que encaminhe isso para o Dr. Cristiano, na Polícia Federal, para auxiliá-lo na investigação que ele tem encaminhado, tanto a ele quanto para o Ministério Público Federal, que também faz parte desse processo.

Era isso o que eu tinha.

A questão da exploração do Parque e aproveitamento de recursos, só temos que lembrar que o Parque é uma unidade de proteção integral, que existem regras para o uso e exploração e como deve ser feita, tanto na Lei nº 9.975 que cumpre o Art. 225 da Constituição Federal, a qual garante o meio ambiente ecologicamente equilibrado para todos os cidadãos brasileiros e aqueles que aqui vêm morar.

Eu acho que é isso. O Dr. Leandro tem uma fala.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com a palavra, o Sr. Leandro, depois o Sr. Elias Pereira Santos, porque ele foi citado. E, por fim, a Juliana Valentim e Luís Carlos Nigro, são os nossos dois últimos.

O SR. LEANDRO VOLOCHKO – Deputado, rapidinho.

De forma objetiva, eu fiquei com uma pergunta em aberto. Eu não obtive essa resposta ainda, que é a seguinte: o Estado tem dinheiro para indenizar os proprietários numa situação de Estadualização? Uma vez que o pano de fundo aqui é a questão fundiária. Até porque não se entrou em nenhum outro tema relativo ao Parque que não seja esse.

Segunda situação, deixando bem claro que o Ministério Público se posiciona contrário à Estadualização, mas Vossa Excelência fez uma proposta interessante e pergunto. Vossa Excelência disse que o Estado cobraria assim que Estadualizasse o Parque Nacional. Qual o Parque Estadual atualmente tem cobrança?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Que eu saiba nenhum.

O SR. LEANDRO VOLOCHKO – Então, a proposta que eu faço, é que primeiro se cobre os Parques Estaduais, para vermos a experiência de saber como é que vai ser feito isso. E no segundo momento, pensemos eventualmente na ideia de Estadualizar um Parque que se destaque no cenário nacional. Era isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Então, eu vou responder ao doutor.

Eu consultei a Dr^a Cíntia no sentido de qual seria o custo anual do Parque? Ela me disse um milhão de reais/ano, contando com tudo, com folha de pagamento. A arrecadação do Estado é de 20 bilhões/ano. Quer dizer, isso é algo insignificante para o orçamento do Estado, primeira resposta é esta.

Segundo, se o Estado tem dinheiro para indenizar? Tem. O Estado faz diariamente indenizações de imóveis. Indenizamos todos os imóveis do Largo do Rosário, são 15 imóveis, gastamos bilhões agora recentemente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Eram 15 imóveis ali, um dos quais da viúva do Desembargador José Vidal, na qual foi indenizado, quase um milhão de reais, só esse imóvel; outros imóveis de 800, 900 mil. O Estado tem. Indeniza até fazenda. Então, isso não é problema. Não vejo problema nisso.

O que eu vejo é que o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães é diferente dos outros Parques. Ele está dentro de Cuiabá. E o Estado tem três Parques dentro do perímetro urbano, os 3 muito bem mantidos, que é o Parque Mãe Bonifácia, Massairo Okamura e Zé Bolo Flor. Esse Parque é diferente para o Cuiabano, o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães é diferente.

Bom, próximo inscrito é a Juliana Valentim, a Juliana é Arquiteta Urbanista e pediu aqui, no apagar das luzes, que gostaria de usar a palavra, e também o Luís Carlos Nigro que é ex-Secretário de Estado da pasta de Turismo na gestão Pedro Taques.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com a palavra, a Sr^a Juliana Valentim.

A SR^a JULIANA VALENTIM – Boa noite, eu vou ser bem sucinta. Sou Arquiteta Urbanista e me interessei recentemente, confesso a vocês.

Então, ainda tenho poucas informações, mas me interessei muito a respeito de Unidades de Conservação, e venho estudando o assunto. A minha presença aqui hoje é em busca desse conhecimento, e o que eu percebi, que é o que mais falta, é conhecimento, da parte de um lado, e da parte do outro.

Da mesma forma que eu entendo que existem pessoas que tem a posse, na qual está na legislação imobiliária e tudo mais. O que é posse? O que é direito?

Então, temos as pessoas que estão morando, mas não tem o documento. Então, falta informação de como irão correr atrás do direito de vocês. Eu entendo dessa forma, e como se colocou um possível pano de fundo, dessas questões de regularização fundiária. Tenho certo receio de que aconteça exatamente isso, como o Senhor Deputado acabou de dizer.

O Estado tem dinheiro para pagar, mas será observado item a item? Ou vai ser facilitado esse pagamento das pessoas que já estão lá? Como nós vemos às vezes, na própria cidade, vemos documentos, por exemplo, ruas asfaltadas, que não tem asfalto, então vai ter gente recebendo indenizações que não tem direito. Então, é muito preocupante chegar nesses pontos.

Vejo o Ministério Público, vejo pessoas na qual entendem o quão difícil é amarrar a legislação e fazer com que a Lei chegue ao cidadão de tal forma que facilite mais do que atrapalhe, isso é uma preocupação. Outro ponto que me atentei; muito se falou em usufruir do Parque que é uma Unidade de Conservação. É para conservar, o nome já diz.

Nós temos exemplos de Parques para serem conservados, de unidades particulares. Eu me lembrei de duas que eu estudei recentemente, que são belos exemplos, são particulares, mas são belos exemplos de sustentabilidade. O SESC de Porto Cercado, que agora também está em Nobres, e o Rio Cristalino.

Eles desenvolvem pesquisas, eles mapeiam pássaros, escrevem livros, ganham prêmios, fazem arrecadação, trazem a população do entorno para trabalhar junto. Então, o Parque tem o plano de manejo, a população também tem que se informar de que plano de manejo se fala, como que ela pode colaborar.

Como a Cintia falou, temos as reuniões, participem das reuniões, o que não podemos, é ficarmos nessa guerra, nós precisamos nos informar para nos aliarmos. Outro exemplo, o nosso Deputado falou sobre os Parques Urbanos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Fui pesquisar a respeito disso, nós temos três Unidades de Conservação Urbana dentro de Cuiabá, que são o Parque Mãe Bonifácia, Parque Zé Bolo Flô e o Massairo Okamura.

O Parque Mãe Bonifácia tem esgoto a céu aberto lá dentro dos nossos córregos; o resíduo sólido da sociedade sendo jogado dentro do Parque, está lindo? Não está! É só passear no Zé Bolo Flô, você observará os buracos nas trilhas, você observará as pontes com problemas, você perceberá os funcionários com dificuldade de trabalhar.

Então, não está perfeito, o Estado tem seus deveres para serem feitos, vamos dizer assim, para podermos abraçar o Parque de Chapada, vamos lucrar sim, colocar a sociedade para trabalhar junto, mas dentro do que o plano de manejo prega que é conservar. Tem que ser do maior interesse para pode se unir a sociedade e fomentar educação ambiental e demais coisas.

Eu tive essa impressão que às vezes a falta de informação está dificultando isso, então é recurso que não sabe para qual lugar foi; é informação que não chega de um lado e de outro.

A princípio eram esses pontos que eu queria destacar.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Meu muito obrigado, Juliana.
(PALMAS)

Juliana, se o Parque Mãe Bonifácia tem problema, você calcule o Parque da Chapada dos Guimarães, não dá para comparar. Não tem comparação, de vez em quando eu ando por lá, faço a trilha das cachoeiras, dou entrada ali quando posso, porque às vezes você anda ali com mais medo que tudo, como disse alguém aqui, tudo é proibido.

Se você comparar o Parque Mãe Bonifácia, ele é um céu; estacionamento, banheiros, agora está recebendo mirante com elevador, pista de areia todo cercado, não tem nem grau de comparação, não é? Então, se for comparar, você ficará absurdamente... Verá que é um fosso com uma diferença enorme, não tem grau de comparação. Você, como Arquiteta Urbanista, tem consciência disso, que não tem grau de comparação.

A SR^a JULIANA VALENTIM – Só mais um item que estava na minha lista e eu acabei me perdendo, mas foi justamente isso. Nessas reuniões que eu tive, inclusive, com funcionários da SEMA, eles ressaltaram muito em relação a isso, aos recursos. Que os recursos que chegam ao Parque malemá dão para eles fazerem a programação deles. Então, em inúmeras unidades de conservação no Estado, está faltando recurso.

Então, se Vossa Excelência está me dizendo que chegará o recurso, fico feliz, mas nós também temos, às vezes, essa dificuldade de ver o projeto ser montado de forma que seja aprovado e que chegue a ser construído. Então, às vezes, até vem o recurso, como era o exemplo que eu ia dar do ICMS ecológico, cada Município que tem a sua unidade tem direito da sua parte. Então, poderia pegar esse ICMS ecológico e ser investido no Parque.

Foi uma das maiores reivindicações que eu vi da parte do pessoal dos parques com quem eu conversei, do Massairo Okamura, do Parque Mãe Bonifácia, pedindo, e dos proprietários particulares também, porque eles estavam reclamando isso. Eles falaram: “Nós temos as unidades, nós queremos conservar, com que dinheiro? Não vem recurso para nós investirmos, para nós cuidarmos, para não entrar fogo.” O pessoal do índio e tudo mais...

Então, realmente, se há esse recurso, que chegue, mas que chegue de fato, que não some no meio do caminho. Essas informações que eu imagino que não possam ser... Vou continuar me informando e eu acredito que acrescentou muito ter participado e colhido mais informações aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Nós quem agradecemos, Sr^a Juliana.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

A minha proposta é de cobrar a entrada no Parque de Chapada dos Guimarães. Os parques estaduais de Cuiabá todos são gratuitos, não há cobrança no Massairo Okamura, no Parque Zé Bolo Flô e no Mãe Bonifácia, mas eu defendo a cobrança no Parque de Chapada dos Guimarães, não existe almoço de graça, com algumas exceções: a população de Chapada dos Guimarães, talvez idosos, deficientes, enfim, eu acho que há exceções, mas o grosso é cobrar.

O Parque Nacional de Foz do Iguaçu...

(PARTICIPANTE DIALOGA COM O PRESIDENTE, DEPUTADO WILSON SANTOS, FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É um parque federal, ele foi terceirizado, não é isso? Como é que está? Eu não estou sabendo como que está.

A SRª CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Foz de Iguaçu é um serviço de concessão de... Na verdade, é um processo de concessão de alguns tipos de serviço, assim como nós estamos também tratando de fazer em Chapada dos Guimarães, conceder alguns tipos de serviços.

Hoje, a portaria só não é cobrada no Parque, nós já temos valor da cobrança de ingresso, quanto é esse valor para o público nacional e internacional, justamente por não termos uma obra entregue.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Aí fica... Não tem uma obra entregue, aí se entrega também a obra... Vamos à luta, vamos trabalhar, fica dormindo. Porque não fez, eu vou dormir? Não pode, Cíntia!

A SRª CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – As cobranças...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Não...

A SRª CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Deputado, as cobranças eram mensais ao Secretário Nigro, à SECID, e o Ministério Público Federal acompanhando tudo, fazendo cobrança também às duas Secretarias.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Então, se não resolveu, vamos dar um jeito, vamos fazer um mutirão, vamos pegar a população...

A SRª CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Eu espero que possamos resolver...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vamos resolver, o que não pode é ficar com os braços cruzados esperando o estado brasileiro resolver. É isso que eu não aceito...

O SR. LEANDRO VOLOCHKO – Eu posso dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vamos fazer um mutirão, eu arrumo 30 homens lá. Vamos fazer!

O SR. LEANDRO VOLOCHKO – Eu tenho uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vamos chamar a Prefeitura e a Câmara. O que não pode é ficar 05 anos... Tudo é o estado brasileiro, tudo é o estado brasileiro. Não! Gente, vamos acordar para Jesus. Não pode ficar 05 anos com uma obrinha daquele tamanho esperando resolver em Câmara Municipal, em Congresso Nacional.

Eu desafio, se você me entregar, eu entrego aquela guarita em 90 dias pronta. Se você me der agora o documento, eu entrego aquela guarita em 90 dias para a senhora a custo zero do Parque.

(A SRª CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO INTERROMPE O DEPUTADO – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Amanhã.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Que horas que eu vou buscar a autorização? Eu vou lá buscar! Não é possível! Cinco anos esperando os governos, cair do céu! Não cai mais maná do céu! Nós temos condições, gente, de dar jeito no corpo! De resolver aquilo. Não dá! O dinheiro veio em 2013 e sumiu em 2015! Anularam o convênio...

O SR. LEANDRO VOLOCHKO – Deputado, o senhor pode...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu faço um desafio: vamos entregar ao gabinete de Wilson Santos que em 90 dias eu entrego a vocês...

O SR. LEANDRO VOLOCHKO – Faça uma emenda, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – ...a custo zero essa guarita pronta.

O SR. LEANDRO VOLOCHKO – Posso desafiá-lo a fazer uma emenda...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu não preciso de emenda. Eu faço essa guarita...

O SR. LEANDRO VOLOCHKO – Uma emenda, assim como foi feita para Casa Guimarães, Salgadeira...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu não preciso de emenda, Dr. Leandro. Esse assunto o senhor deixa comigo que eu termino lá! Se é para terminar guarita, eu não preciso de emenda. Eu dou jeito no corpo, eu busco junto ao setor empresarial, eu busco junto ao terceiro setor e eu faço e entrego com a minha equipe. Vai ficar mais 05 anos esperando isso? Ora, é o fim do mundo!

Dê-me isso por escrito, que eu vou fazer. Dê-me isso por escrito, amanhã. Autoriza-me a fazer. Eu faço um mutirão e entrego isso aí.

Eu fiz escola em Cuiabá em um mutirão, eu fiz centros comunitários, fiz postos policiais em Cuiabá.

A Escola do Bairro Altos da Serra foi construção minha, a Escola do Jardim Ubirajara, a primeira do Jardim Vitória, eu construí. Eu entrei com o recurso e a comunidade entrou com a mão de obra. Eu tenho experiência em fazer esse tipo de mutirão. Agora, poxa, vamos ficar mais 05 anos, mais 10 anos aguardando a burocracia.

Então, Cíntia, eu faço aqui com todo carinho...

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Amanhã, eu mando para Vossa Excelência, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ótimo! Grande notícia que você me dá.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Amanhã, estarão tudo em suas mãos, inclusive, os ofícios que nós encaminhamos à SECID, à SEDEC; o ofício em que a CGU mandou suspender o resto.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – A mobília não é comigo. É com vocês. Já começa a trabalhar a mobília, porque eu vou terminar a obra.

(ALGUÉM FALA DA PLATEIA: “O SENHOR DEMOROU PARA FAZER ISSO”.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu estou sabendo hoje, amigo. A partir de agora está feito o desafio, amigo.

Com a palavra, o Sr. Luís Carlos Nigro.

O SR. LUÍS CARLOS NIGRO – Boa noite a todos!

É um prazer muito grande estar com vocês nesta Audiência Pública. Desculpem-me o atraso, eu não pude estar antes aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Eu iria começar falando outro assunto, mas como está o assunto da portaria, eu gostaria de esclarecer, porque como foi citado o meu nome, eu estou responsável realmente pela obra.

Quando nós assumimos, em 2015, a Secretaria, Deputado Wilson Santos, nós recebemos aquela obra paralisada. Eu fiz uma primeira visita à Cíntia no Parque. Com 03, 04 meses, conseguimos resolver o problema da obra para ser reiniciada. Contatamos o empreiteiro da obra. No dia que era para reiniciar a obra, tinha expirado o termo de cooperação do Governo do Estado com o ICMBio. Paralisou a obra novamente. Não pode recomeçar a obra, porque o termo de cooperação estava... Isso em abril e maio de 2015.

O termo de cooperação demorou 01 ano e 10 meses para ser assinado. Foi assinado depois, meados de 2016, que ficou parado no ICMBio em Brasília. Até foi uma das cobranças. Nós temos bastante cobrança. O Sr. Fernando nos ajudou muito. Isto quero dizer: o trabalho de cooperação da Secretaria Adjunta de Turismo com essa equipe do ICMBio, que é o Fernando e a Cíntia, foi muito bom nesses últimos três anos e meio. O melhor da história que eu poderia dizer é isto: uma equipe muito eficiente, muito parceira, mas não tivemos o mesmo respaldo em Brasília, não é isso, Cíntia? Não tivemos o mesmo respaldo.

Quando assinado o termo de cooperação, a Caixa Econômica tinha rescindido já o contrato, porque estava sem execução por um período, e não conseguimos. Tentamos. E lá em Brasília junto com a Teté Bezerra conseguimos reativar o convênio. Reativado o convênio, tivemos que fazer o replanejamento de todo o convênio dos orçamentos. Hoje, o convênio está pronto lá na SECID, foi entregue agora no mês de maio na Secretaria das Cidades, está quase pronto para uma nova licitação, vai ter que ser feita uma nova licitação. Então, ele está pronto lá na Secretaria das Cidades, Deputado Wilson, para uma nova licitação.

Logo no início, quando nós falamos em construir, nós conseguimos, em 2015, antes de entrar em contato com o construtor, conseguimos um pessoal para patrocinar a obra. Só que nós fomos à Caixa Econômica Federal e isso não podia ser feito, se fosse feito - lembra disso, Cíntia? - teria que devolver o dinheiro que já foi investido lá, corrigido, e aí não houve essa possibilidade. Então, aconteceu tudo isso.

A burocracia é uma das coisas que nos atrapalha muito, atrapalha muito. Então, nós temos muita dificuldade em termos burocráticos ali, e não é culpa só do ICMBio, não podemos culpar só o ICMBio. É a burocracia do Governo de um modo geral, o mecanismo que está implantado hoje no País, Deputado Wilson, é muito complicado. São várias situações que demoram muito. O Promotor Leandro de Chapada está me cobrando aqui sobre o Mirante. No início, também lá em Chapada dos Guimarães, fizemos um trabalho com o Dr. Leandro e com a Cíntia, que andou bem até chegar à questão da desapropriação da área e à questão da compensação ambiental. E não conseguimos avançar, inclusive, dando um retorno, nós estamos aguardando uma posição do Dr. Pedro, que é do Ministério Público Federal e do André Baby, porque a desapropriação foi feita de uma maneira que precisa ser corrigida, porque lá é uma RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural, e precisa ser excluída a RPPN da desapropriação. Nós estamos aguardando o Dr. Pedro com o posicionamento, junto do André Baby, para nós podermos reformular o decreto de desapropriação. Esse é o andamento do processo hoje do Mirante.

Então, a burocracia, por mais boa vontade que tenhamos, ela atrapalha muito. A mesma situação nós estamos vendo na questão da desapropriação, é a burocracia, e às vezes a falta de conhecimento, a falta de um bom advogado para poder acompanhar. Mas nós estamos trabalhando por Chapada dos Guimarães, trabalhamos muito com essa equipe.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Nós fomos muito prejudicados com o fechamento do escritório do ICMBio aqui em Cuiabá, Deputado Wilson Santos, acho que essa é uma guerra que temos que travar com o ICMBio para trazer de Goiânia, de volta para Cuiabá, o escritório que dá uma agilidade maior dentro dos processos. Nós tivemos muita ajuda do Fernando, quando ele estava aqui em Cuiabá, isso dá uma ajuda muito grande, acelera muito o processo.

E com relação à questão de outras obras importantes, eu não posso deixar de destacar a ajuda que o Deputado Wilson Santos deu na conclusão da obra da Salgadeira. Se não fosse este homem aqui, nós não teríamos a Salgadeira, realmente foi uma pessoa que avançou muito na questão da Salgadeira, conseguiu finalizar essa obra, que está pronta para ser inaugurada.

Nós tivemos ali um trabalho gigantesco de várias pessoas e várias equipes, inclusive o ICMBio, diga-se de passagem, que foi muito parceiro ao aprovar muitas coisas do projeto.

E nós precisamos, meus amigos, para que o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães ande para frente, é de mais união das pessoas. Eu vejo um grande problema ali em Chapada dos Guimarães: a guerra interna que existe na cidade, a guerra velada que existe lá, em alguns momentos, até aflora. E nós precisamos de mais união.

Eu não acredito - desculpa discordar, Deputado Wilson Santos - que a estadualização do Parque seja a solução, desculpa discordar, mas eu acredito que esta discussão é importante, trazer esse assunto importantíssimo, e Vossa Excelência está de parabéns, temos que buscar uma solução para o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Hoje, o que acontece é que só tem dinheiro para custeio e olhe lá, quando tem para custeio, porque tivemos aquele problema do contêiner que não chegava dinheiro nem para pagar o aluguel do contêiner. Então, precisamos repensar o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, precisamos repensar, precisamos de uma ideia, precisamos estar mais presentes nesse conselho do parque para poder discutir propostas propositivas que vão levar para frente o Parque de Chapada.

Eu concordo com a cobrança, Deputado Wilson Santos, acredito na cobrança do Parque, e que esse dinheiro fique em um fundo do Parque, administrado pelo Conselho do Parque, que não caia em um buraco negro de Brasília esse dinheiro, que ele fique aqui no Parque Nacional.

Eu vim agora dos Estados Unidos, passei 20 dias nos Estados Unidos com as minhas filhas que se formaram. Eu visitei 23 parques nos Estados Unidos, na Costa Oeste dos Estados Unidos. Nos 23 parques, é cobrada a entrada, nenhum é de graça. E a infraestrutura também, a contrapartida desse serviço que você recebe também é espetacular. É uma coisa de outro mundo! É quase igual, tão bom quanto - não podemos deixar de falar, o Brasil também tem bons exemplos -, é quase igual ao Parque Nacional do Iguaçu, que eu visito, conheço, e tem uma infraestrutura também espetacular. Existe a cobrança e muita coisa ali dentro é privatizada.

Acredito que esse modelo de concessão precisa ser estudado para o nosso Parque, até porque na Salgadeira será feita a concessão. Então, temos que trabalhar com esse modelo de concessão para a iniciativa privada, fazendo a concessão dos serviços dentro do Parque, da infraestrutura necessária dentro do Parque. Eu acredito muito nisso. Com a iniciativa privada, vamos conseguir por meio do modelo de concessão melhorar muito a situação do Parque Nacional. Agora, precisamos, sim, de uma revolução no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. E em muitos outros parques estaduais do Estado, precisamos de uma revolução, e essa revolução está sendo feita, ainda não está divulgada, mas já existe a questão da concessão dos serviços que também está sendo estudada pelo MT-PAR e pela Secretaria de Meio Ambiente, a concessão de alguns serviços em alguns parques estaduais. Isso é importante! Isso dará capacidade maior de investimento hoje para os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

parques estaduais. E nós já deveríamos ter feito esse dever de casa no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, essa concessão há mais tempo. Está aí o exemplo: Foz do Iguaçu é o exemplo de que isso dá certo! De que esse trabalho dá certo. Nós precisamos tirar das mãos do Governo Federal, Estadual, várias situações, porque o Governo não é capaz de tocar, infelizmente. Às vezes, em algumas gestões, ele consegue, segue bem, como é o caso em algumas situações, como estamos agora em algumas situações do governo, mas em outras, troca o governo, muda a gestão, mudam as pessoas. “Ah! Aquilo ali não é mais interessante tocar...”, e acaba.

Então, nós precisamos realmente desse posicionamento, de estudar, de sentar, de conversar para podermos achar um denominador comum para essa questão, porque, hoje, os recursos são escassos. Não temos mais muitos recursos fáceis e a solução é por meio da iniciativa privada que é o exemplo que o Deputado Wilson Santos deu da Salgadeira que será passada essa administração.

O Complexo da Salgadeira vai custar 300 mil reais por mês ao Governo do Estado, se ela não for feita a concessão. É segurança, limpeza, material de limpeza, manutenção do jardim, manutenção da estrutura. São 300 mil reais por mês que vão custar para o Governo do Estado. Nós não podemos... Precisamos desse dinheiro em outras áreas. Temos que fazer a concessão para podermos dá-la à iniciativa privada. Se nós passarmos o Parque Nacional à iniciativa privada no modelo de concessão, assim como Foz do Iguaçu, vamos ter receita para atender vários serviços lá dentro e realizar várias situações lá dentro que, hoje, não temos.

Eu quero, Deputado Wilson Santos, para finalizar, mais uma vez, parabenizar Vossa Excelência por esse trabalho.

Pedi ajuda da Cíntia, já falei com o Fernando, pedi ajuda, porque, ainda, não conseguimos dar entrada no projeto do Portão do Inferno. O Projeto do Portão do Inferno está entregue. Temos duas situações do Portão do Inferno para fazer: apresentação em Chapada dos Guimarães, na Câmara dos Vereadores, para toda a sociedade que, ainda, não conhece o projeto e estamos aguardando, também, porque temos que trazer a Superintendente, de Brasília, que nós conversávamos, e fazer a inserção desse projeto para o licenciamento ambiental, pois até hoje o Ricardo não conseguiu inserir dentro do Portal do IBAMA esse projeto para fazer o licenciamento.

O projeto está pronto, projeto executivo com tudo, falta só o licenciamento ambiental que nós precisamos da sua ajuda para poder inserir dentro do Portal do IBAMA.

Obrigado, Leandro! Peço desculpas a você! Nesses 3 anos não conseguimos resolver esse sonho que é o Mirante. Não conseguimos resolver! Empacamos na burocracia! É a única coisa que, ainda, está mais enrolada de Chapada dos Guimarães, porque ao restante demos andamento com demora e tudo, mas 3 anos passam muito rápido, principalmente quando você pega 3 anos e tem que começar muitas coisas do zero.

Do zero mesmo, Deputado Wilson Santos, porque somos muito carentes de projeto na área turística. E, hoje, sem projeto e sem licença ambiental você não consegue captar recursos em Brasília ou em qualquer outro lugar para fazer as grandes obras que o turismo precisa no Estado.

Obrigado a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Nós que agradecemos o ex-Secretário Nigro.

Com a palavra, o Sr. Noam Salzs Tein.

O SR. NOAM SALZS TEIN - Eu serei breve!

Na verdade, está sendo muito bom este debate e eu não gostaria que ficasse, apenas, na questão fundiária, porque vejo que há pessoas que estão querendo receber indenização e eu não tiro a razão delas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Eu quero falar, também, na questão das unidades de conservação para não esquecer que a estrada em si, também, é uma unidade de conservação. É uma estrada-parque que estamos aguardando que vocês concluam o recapeamento da estrada, porque para nós ela é muito importante. Então, quando nos posicionamentos contra a duplicação não queremos... Na verdade, não é contra a melhoria. Nós queremos segurança na estrada. O que não queremos ser é via de escoamento do agronegócio. É isso que não queremos! Não queremos virar um trânsito de carretas, porque não é lá o lugar. Nós preferimos... Nem que seja construída outra estrada.

A outra questão que estão todos falando, chegando à conclusão, é que é preciso gerar recursos, porque o parque precisa estar melhor estruturado para receber melhor os visitantes para explorar e, inclusive, preservar melhor e ter um organismo mais eficiente de fiscalização na questão da conservação e, ao mesmo tempo, na questão daquilo que chamou de exploração uma forma melhor de conseguir gerar renda ao município, à comunidade.

Então, qual é o próximo passo deste debate? O próximo passo é a concessão.

E nesse sentido da concessão eu gostaria de pedir à Cíntia, porque a nossa Associação, a Associação de Guias e Condutores de Chapada dos Guimarães, tentou participar desse processo, mas não conseguiu. Faltaram, infelizmente, para nós estrutura e capacidade de investimento, porque o estudo tem um custo. Embora os servidores tenham se prontificado a nos ajudar e tudo mais, infelizmente, não conseguimos. No entanto, gostaríamos de ter mais dados sobre a concessão.

Eu quero dizer que, a princípio, sou favorável à concessão. Eu acho que ela pode trazer muitos investimentos que estão faltando no parque que poderiam ajudar muito. A questão é: como vai ser essa concessão?

Então, fizemos um acordo, inclusive, com a chefia do parque de que viria um pessoal de Brasília para nos dar um retorno sobre como está sendo feita essa concessão. E nós não queremos ser os últimos a ficar sabendo! Se alguém vier aqui nos esclarecer quando já for um fato consumado, para nós isso não adiantará. Simplesmente para...

Olha só, a concessionária quer pegar só o filé do parque. Ela escolheu somente os atrativos mais rentáveis. Então, para nós, simplesmente, pegarmos uma coisa que já funciona, mal ou bem, mas funciona e que já gera renda, simplesmente, entregarmos nas mãos da iniciativa privada sem consultarmos a comunidade, não sobre a concessão em si, mas sobre a forma de concessão, eu acho um desrespeito com a comunidade, com quem está lá.

Então, eu peço...

Tenho certeza que não é um problema dos gestores locais, que é um problema de Brasília, mas que venham aqui e ponham as cartas sobre a mesa e nos mostrem, senão, peço ajuda ao senhor e a quem quer que seja que faça uma Audiência Pública, exclusivamente, sobre a concessão, porque não pode deflagrar, o processo estar adiantado como já está sem as pessoas da comunidade saberem como anda. Inclusive, os documentos que nos foram divulgados nos pediram para não divulga-los. Nós cumprimos o nosso acordo de cavalheiros e, agora, está na hora de vocês cumprirem o acordo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado Noam!

Eu passo a palavra, agora, para a Cíntia para a resposta.

A SR^a CÍNTIA MARIA SANTOS DA CAMARA BRAZÃO – Respondendo sobre a concessão, Noam, você...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

Na verdade, quem está de Conselheira é a Ciça. A Cecília que está de Conselheira no Parque e estamos discutindo isso em todas as reuniões.

A resposta para a Associação era que a reunião seria, agora, entre maio e junho, abril, mas teve alguns problemas. Qual foi o problema? Na verdade, não foi um problema. O Secretário Baby tocou no assunto da lei que foi aprovada, recentemente, de compensação ambiental e essa lei, também, trazia questões voltadas à contratação de brigadistas e à concessão. Por que a concessão, também? Porque hoje em dia é feita só a concessão de área. Não é feita a concessão de serviço, o que permitia nós fazermos. Então, temos uma lei, hoje, que alterou a forma como é feita a concessão. Nós trabalhávamos com a concessão ambiental de serviços turísticos em área de unidade de conservação com base na Lei nº 8.666, que é uma lei que foi criada para obras públicas e não para serviços. Ela acaba sendo utilizada para serviços, mas não é o seu fim.

Então, hoje, temos uma lei voltada para isso que nos auxilia com essa parte. O mês de abril era, justamente, a época em que a Medida Provisória estava em votação. Por isso, foi mudada a data da reunião. Ela ia ser feita agora em junho. E qual foi o problema em junho? Nós tivemos uma mudança recente na Presidência do Instituto. Acredito que as pessoas acompanharam isso. O novo Presidente do ICMBio, o Paulo, assumiu na semana passada e está tomando pé das agendas do Instituto.

Além disso, teve um problema grave, quer queira quer não, foi a Copa do Mundo que estava atrapalhando alguns processos encaminharem por esvaziamento de plateia. Então, o que se viu com outros parques, que fizeram reunião agora, que não estava sendo valido fazer reunião de concessão agora. Mas a reunião está para agosto, quando vai ser explicado tudo que vai ser feito de concessão dentro do processo. Você já viu documento, sabe quais são as áreas e tipo de serviço.

O Termo de Referencia não está pronto ainda. Nós escrevemos um pouco aqui, Brasília analisa um pouco de lá, vai e volta, estamos nessa troca de informação, ainda, para que o Termo de Referência fique pronto e agosto nós façamos como uma Audiência Pública chamada pelo ICMBio e com prazo de manifestação da população aberto por trinta, sessenta dias. Esse é o prazo que está sendo definido para manifestações que devem ser levados em consideração, também, para concessão de serviço.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quero agradecer a todos que vieram e dizer que está Audiência Pública durou, simplesmente, cinco horas. É um tema superimportante, agradeço a todo mundo.

Quero dizer à Cíntia que está de pé a minha proposta de terminar essa obra. Se me passar, eu assumo a responsabilidade e termino essa obra. Vou trabalhar com a Bancada Federal um projeto de lei para estadualizar o Parque. Vou em frente.

Respeito as posições diferentes respeito a posição do Ministério Público Estadual e Federal, que é a mesma posição, mas eu dirijo radicalmente e acho que a estadualização desse parque é o caminho.

Convidado, eu estarei presente em todas as reuniões, debates, e se não for possível, devido a minha agenda, vou encaminhar representantes do gabinete.

Mas esse é um tema muito importante, é um tema que, tenho certeza, só tende a trazer solução.

Eu defendo preservação com desenvolvimento. É possível, sim. O mundo civilizado fez isso. Às vezes, quando nos sobra um dinheiro viajamos por aí, vai nesses parques, vai nesses atrativos, pagamos e voltamos de lá abismados como eles conseguem fazer e nós não conseguimos fazer.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A ESTADUALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, REALIZADA NO DIA 18 DE
JUNHO DE 2018, ÀS 14H30MIN.

É fundamental a presença de todos os agentes, dos guias turísticos, do ICMBio, do Ministério Público, do Parlamento, da sociedade civil nessa discussão importante. Como está não pode ficar e temos que continuar debatendo como fizemos aqui, hoje. De forma civilizada, de forma organizada, tenho certeza que vamos encontrar a solução.

São trinta anos! Espero que nos próximos encontremos um denominador comum e possamos ter um parque voltado para a cidade, um parque que continue a nos orgulhar.

Muito obrigado a todos!

Declaro encerrada esta importante Audiência Pública! (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Alessandra Maria Oliveira da Silva
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patricia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.